



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 104

III Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 16 de junho de 2015

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se de imediato para a Agenda da Reunião:

1 - Interpeção ao Governo Regional sobre “As conclusões do relatório do Gabinete de Prevenção e de Investigação de Acidentes Marítimos relativo ao acidente do navio Gilberto Mariano em São Roque do Pico”, apresentada pela Representação Parlamentar do BE.

Iniciado o debate pela Sra. Deputada Zuraida Soares, usaram da palavra para participar no mesmo os Srs. Deputados Miguel Costa (*PS*), Cláudio Lopes (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Lizuarte

Machado (PS), José Contente (PS), a Sra. Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e ainda o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga).

2 - Proposta de Resolução n.º 9/X – “Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2013”.

Apresentado o relatório da Comissão de Economia pelo Sr. Relator José Ávila (PS), participaram no debate os Srs. Deputados António Marinho (PSD), Aníbal Pires (PCP), Francisco César (PS), Paulo Estêvão (PPM), a Sra. Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila).

Colocada à votação, a mesma foi aprovada por maioria.

3 - Projeto de Resolução n.º 121/X – “Recomenda ao Governo Regional que desenvolva as iniciativas necessárias com vista à aquisição de um navio com capacidade de transporte de passageiros, veículos e carga, para estabelecimento de uma ligação marítima regular, anual, entre as ilhas de São Miguel e Santa Maria”,

apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a apresentação feita pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, proferiram intervenções os Srs. Deputados Paulo Estêvão (PPM), Jorge Macedo (PSD), Duarte Moreira (PS), Paulo Parece (PSD), João Bruto da Costa (PSD), as Sras. Deputadas Zuraida Soares (BE) e Graça Silveira (CDS-PP) e o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga).

O diploma supracitado foi rejeitado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 18 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 10 minutos)

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes
Deputados/as:*

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz **Costa**

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata **Correia** **Botelho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros de **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça** **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.
Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã de trabalhos está reservada ao ponto um da nossa Agenda:
Interpelação ao Governo Regional sobre “As conclusões do relatório do Gabinete de Prevenção e de Investigação de Acidentes Marítimos relativo ao acidente do navio Gilberto Mariano em São Roque do Pico”, apresentada pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes conforme estipula o artigo 132.º do Regimento e estão assim distribuídos: a interpelante, o PS e o Governo Regional dispõem de 32 minutos; o PSD de 24 minutos; CDS, 13 minutos e o PCP e o PPM, 10 minutos.

Para iniciar esta interpelação tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No seguimento de vários incidentes ocorridos - nos portos da Horta e da Madalena -, no dia 14 de novembro de 2014 deu-se novo acidente, no porto de S. Roque do Pico, o qual causou a morte do cidadão José Norberto da Silva.

A gravidade deste trágico acidente impõe que a responsabilidade não morra solteira.

Num Estado de Direito, deixamos à justiça o que é da justiça. Aqui e agora, debruçamo-nos sobre as responsabilidades políticas.

Quando abordamos este caso, é impossível não nos vir à memória o trágico acidente de Entre-os-Rios, no qual morreram dezenas de pessoas, tendo a justiça ilibado todos os arguidos, pelo facto de não haver legislação ou protocolos técnicos, que estes tivessem a obrigação de cumprir. No entanto, foi e é de realçar a dignidade e a coerência do, então, ministro Jorge Coelho, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, sim senhora! É verdade!

A Oradora: ... o qual, sem delongas, assumiu as responsabilidades políticas do acidente e apresentou a sua demissão do Governo de então.

Portanto, deixando à justiça o que é da justiça, no campo político - que é o nosso -, importa apurar responsabilidades, objetivo que, ao que tudo indica, nem o Partido Socialista, nem o Governo Regional, pretendem assumir.

Desde logo, com todo o rocambolesco processo de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito ao transporte marítimo de passageiros e infraestruturas portuárias, nos Açores. O facto é que, não a podendo

inviabilizar à partida – por ser potestativa, logo, não sujeita a deliberação e de natureza obrigatória -, o Partido Socialista, usando a sua maioria absoluta, utilizou todo o tipo de pretextos para que o processo não seguisse o seu curso normal.

Por outro lado, a falta de resposta (até hoje) do Governo Regional ao Requerimento do Bloco de Esquerda, sobre o inquérito ao acidente de S. Roque do Pico, enviado em janeiro de 2015, é bem elucidativo.

Para quem quer apurar a verdade dos factos, no mínimo, podemos dizer que mostrou pouco interesse.

Contudo, a verdadeira estratégia do Partido Socialista, sobre este caso, é claramente posta a nu, com a sua reação ao Relatório de Investigação do Gabinete de Prevenção e de Investigação de Acidentes Marítimos, autêntico marco sinalizador da incúria, da negligência e da irresponsabilidade que estão na origem deste trágico acidente.

Vamos, então, a questões mais concretas.

O Relatório de Investigação do GPIAM foi tornado público, por obrigação legal, no dia 2 de junho de 2015. Ora, como assumiu o Diretor da entidade referida, também por imperativos legais, este Relatório foi, antes, entregue às empresas envolvidas.

Estas empresas tiveram trinta dias para se pronunciarem sobre o mesmo. Logo, o Relatório foi, pelo menos, entregue a 1 de maio de 2015 e desde esta data que estas empresas públicas conheciam o seu teor.

A pergunta que o Bloco de Esquerda coloca (a primeira pergunta que o Bloco de Esquerda coloca) é: - Não conhecia o Governo Regional, desde o dia 1 de maio de 2015 (pelo menos), o Relatório do Gabinete de Prevenção e de Investigação de Acidentes Marítimos?

No caso do Governo não o conhecer, como explica o Senhor Secretário Regional do Turismo e Transportes que os presidentes da Portos dos

Açores e da Transmaçor – mas, particularmente, o primeiro -, não tivessem dado conhecimento à tutela de um relatório deste teor?

Em qualquer das situações, acha o Senhor Secretário Regional que o Senhor Engenheiro Fernando Nascimento mantém as condições requeridas, para continuar a presidir a tão importante estratégica empresa da Região?

Esperamos a sua resposta mas, para nós, é óbvio que o Governo Regional conhecia o teor do Relatório.

Mas, mesmo assim, assumiu a decisão política da recondução do Presidente do Conselho de Administração da Portos dos Açores porque, para o Governo e para o Partido Socialista, interessa mais a defesa do Partido do Governo e dos seus amigos do que a verdade dos factos.

Aliás, a linha de ação (ou de reação) fica, claramente, assumida, quando o Senhor Presidente do Governo Regional defende, publicamente, que a responsabilidade política não está em “fugir” mas “em tomar as medidas necessárias para que acidentes, como o que está em causa, não se voltem a repetir, ou sejam minimizados”.

Ora, é evidente que a responsabilidade exige que se tomem medidas para o futuro, as mesmas que não foram tomadas até agora.

Mas de quem é a responsabilidade política dessas medidas não terem sido tomadas, até hoje, e terem tido, como consequência, a morte de um ser humano?

Para o Senhor Presidente do Governo Regional, o apuramento de responsabilidades do passado recente não é importante. E, em consequência, para o Senhor Secretário Regional do Turismo e Transportes também não. Como tal, afirma o Senhor Secretário que, sendo o responsável da tutela, o acidente se deve a vários fatores, não

havendo uma causa única. Em conformidade, não assume qualquer tipo de responsabilidade.

É, pois, neste contexto que, para o Governo Regional e para o Partido Socialista, usando da sua maioria absoluta, tudo pode ser atropelado.

Quando decorre uma Comissão Parlamentar de Inquérito (entre outras coisas) também aos trágicos acontecimentos do dia 14 de novembro último; quando, em tempo útil, o Governo Regional está na posse de um Relatório que coloca em causa a política de segurança dos passageiros, desenvolvida pela Portos dos Açores; o Governo Regional não respeita nada, nem ninguém e reconduz, para o mesmo cargo, um dos principais autores desta política errada.

É preciso, pois, Sras. e Srs. Deputados, uma grande desfaçatez, para vir acusar esta Interpelação do Bloco de Esquerda de “extemporânea”. Estou a citar alguns dos Srs. Deputados.

Neste contexto, todos/as percebemos - dentro e fora deste Parlamento - qual vai ser o posicionamento do Partido Socialista, na Comissão Parlamentar de Inquérito e podemos, até, adivinhar algumas das conclusões que a maioria parlamentar vai impor.

Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mas, voltemos ao Relatório do Gabinete de Prevenção e de Investigação de Acidentes Marítimos.

Para qualquer pessoa que o lê - à exceção do Partido Socialista -, o cabeço que provocou a morte de José Norberto Silva estava em deficiente estado de conservação, apresentando zonas com perda de material, por corrosão e acumulações de ferrugem, que chegam a alcançar 1 centímetro de espessura. No referido cabeço, existe uma zona com indícios de fratura recente e uma outra, com cerca de 1/3 do perímetro, que apresenta um

aspecto mais antigo. A zona com aspeto mais antigo, para além de apresentar uma rugosidade diferente da mais recente, apresenta, também, alguma corrosão, indiciando a ocorrência de uma fratura, já com algum tempo de existência e com uma profundidade muito significativa. Mais à frente, pode ainda ler-se que, observando a base do cabeço, pode ver-se que a parte correspondente à zona mais antiga de corrosão, na superfície da fratura, se situava na zona, onde é aplicada a força de tração do cabo. Noutras partes do Relatório, pode, também, ler-se que a tensão ou força que era suposto o cabeço aguentar era muito superior (três vezes superior de acordo com o Relatório) àquela a que este cabeço foi sujeito no fatídico dia do acidente.

Posto isto, resta alguma dúvida a algum ou alguma de nós de que foi, antes de mais, a falta de manutenção do mesmo que originou a trágica morte?

Senhor Secretário Regional do Turismo e Transportes: - nem o seu Gabinete, nem a Portos dos Açores, nem o Governo Regional questionou ou pôs em causa a idoneidade deste Relatório. Não é verdade?

Se é verdade, então, o que o impede de assumir a responsabilidade política pelo mesmo?

Diz o Senhor Secretário Regional que o acidente se deveu a um conjunto de fatores. Vamos, então, de novo ao Relatório e analisemos os ‘outros’ fatores:

- Ausência continuada, ao longo de mais de trinta anos, de manutenção dos cabeços, nos portos dos Açores, em particular, no porto de S. Roque do Pico;
- Posicionamento incorreto dos cabeços para utilização pelos navios RO-RO, no porto de S. Roque do Pico;

- Inexistência, nos portos dos Açores, de documentos com as especificações técnicas dos cabeços;
- Utilização, pelo barco Gilberto Mariano, de cabos exageradamente sobredimensionados, no seu esquema de amarração;
- Metodologia de amaragem incorreta;
- Exposição à ondulação vinda do alto.

Senhor Secretário Regional, com exceção das condições do mar, todas as faltas apontadas pelo Relatório do GPIAM são resultado de falhas de segurança de empresas tuteladas pela sua Secretaria.

Estes são, de facto, os “diversos fatores” de que o Senhor fala para não assumir as suas responsabilidades.

Existem outros fatores Senhor Secretário? O Relatório era credível, no início mas, agora, deixou de o ser? Desde quando? Por que razão?

O Senhor Engenheiro Fernando Nascimento referiu à Comunicação Social, a existência de outros relatórios, portadores de conclusões bem diferentes. Onde estão esses relatórios? Por que razão nos são sonogados? Está na hora, Sras. e Srs. Deputados, de falar a verdade aos/às Açorianos/as. Até porque, falar verdade faz mais pela democracia e pela participação cidadã do que muitas manobras políticas, só para cumprir calendário.

Está na hora da assunção de responsabilidades; está na hora de deixar de se esconder dos/as Açorianos/as, por trás de biombos de retórica, suportados por uma maioria parlamentar.

Em consequência de tudo isto, o Bloco de Esquerda reafirma a sua posição, a saber, que o Senhor Engenheiro Fernando Nascimento não tem condições políticas para presidir à Portos dos Açores.

Senhor Secretário Regional do Turismo e Transportes, certamente que, numa empresa sobre a sua tutela, o responsável da mesma não lhe será

imposto. Ou é? Pelo principal violador de normas de segurança elementares.

É verdade que esta situação não tem só a ver com o passado recente. Mas, Senhor Secretário Regional do Turismo e Transportes, a sua atual postura não dá credibilidade nenhuma para que o futuro possa ser diferente.

Disse.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e Deputado Jorge Macedo (PSD):

Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Conforme define o artigo 184.º do Regimento agora, querendo, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

O relatório, que é a base desta interpelação, convém ser devidamente enquadrado nos seus objetivos e os objetivos deste relatório passam em primeira fase por identificar uma causa ou causas associadas a um acidente (o GPIAM é a entidade que tem essa responsabilidade) e produzir um conjunto de recomendações com o objetivo claro de reduzir a sinistralidade, neste caso, a sinistralidade marítima.

Tal como é dito no referido relatório, este não tem como objetivo determinar a culpa ou a responsabilidade, nem poderá, nem deverá ser utilizado em termos de ação judicial em tribunal.

Na verdade, o que este relatório nos diz e aponta como principal causa como tendo sido um esforço significativo de tração dos cabos do navio sobre o cabeço derivado de uma solicitação brusca induzida ao navio pela ondulação que se fazia sentir ao longo do cais, ao que se acresce um conjunto de fatores contributivos.

Antes mesmo deste relatório ser elaborado e ser tornado público e do conhecimento de todos (como disse o diretor do GPIAM, o Governo teve conhecimento do relatório ao mesmo tempo que ele foi publicado), as empresas tomaram a iniciativa de solicitar um conjunto de peritagens e pareceres e o Governo tomou a iniciativa por sua vez de dar orientações para que fossem implementadas todas as medidas preventivas que esses pareceres e essas peritagens davam indicação para se fazer.

Nesse sentido, a Portos dos Açores já implementou a substituição de um dos cabeços velhos no antigo cais da Madalena, colocou defensas suplementares no mesmo porto, substituiu os dois cabeços que estavam danificados no terminal marítimo João Quaresma, realocalizou todos os cabeços de amarração na ponte cais do mesmo terminal, fez o reposicionamento de defensas no porto das Velas, a revisão da montagem de todos os cabeços no terminal da Horta.

Por seu lado, a própria Transmaçor também tomou um conjunto de medidas de acordo com os pareceres e peritagens que foram feitas que passou pela alteração dos sistemas de amarração, utilizando no caso concreto do terminal da Madalena e da Horta oito cabos, com três lançados à popa, dois lançados à proa, dois *springs*, um à proa e outro à popa e ainda um través à popa, assim como passou a utilizar dois colaboradores na manobra de amarração.

Com isto há um conjunto de medidas que a Portos dos Açores está ainda a implementar, nomeadamente os procedimentos de inspeção e manutenção que, ao contrário do que tem sido dito, a Portos dos Açores não deixava de fazer nem inspeção, nem manutenção dos cabeços. O sistema que utilizava (aliás, que é o sistema que é utilizado em todos os portos nacionais) assenta acima de tudo na inspeção visual. Quanto muito o que se pode aqui apontar o dedo passa por não haver o registo deste tipo

de atividade que era desenvolvida, mas que é uma das medidas que está a ser implementada ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Inspeção sem registo não é inspeção. Não existe!

O Orador: ... em que se tem uma periodicidade variável em função da utilização dos cabeços.

Por outro lado, a Transmaçor (e com vista à preparação dos mecanismos que permitam a definição dos limites de operacionalidade nos cais) está a efetuar um registo em todas as viagens para avaliar os principais problemas que podem ocorrer durante as manobras de atracação e de permanência dos navios aos cais, incluindo as definições das condições meteorológicas limite para a prática de um determinado cais ou porto.

No caso específico do porto de São Roque do Pico, onde se verificou o acidente que todos nós certamente lamentamos, e com vista a retomar a respetiva operação, está a ser elaborado um estudo, por uma entidade externa, destinado a quantificar o dimensionamento necessário nos cabeços, na referida rampa, nomeadamente quanto à tipologia, capacidade e localização, tendo por base os esquemas de amarração dos dois navios 'Mestre Simão' e 'Gilberto Mariano', estudo esse que contamos que esteja terminado no final deste mês ou no decorrer do mês de julho.

Foi igualmente solicitado ao Instituto da Soldadura e Qualidade um estudo tendente ao cabal esclarecimento do estado de conservação e propriedades mecânicas de um cabeço de amarração homólogo ao que colapsou a 14 de novembro, e posteriormente foi solicitado o alargamento do âmbito desse estudo, no sentido de se realizarem ensaios e análises para avaliar a resistência mecânica do mesmo cabeço, de forma a confirmar a informação existente constante dos elementos disponíveis do

projeto original de construção do porto de São Roque que, como todos sabem, é da década de 80.

Entretanto e em todos os portos do Triângulo, já foi efetuado um levantamento das condições de todos os cabeços, com registo documental e fotográfico e em termos de manutenção preventiva, e para corrigir a situação de falta de registo da manutenção que é efetuada, foi adotado pela Portos dos Açores o *software* 'ManWinWin', que faz precisamente o registo e a gestão de manutenção de todos os elementos, incluindo os elementos de amarração.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Agora é que é!

O Orador: Paralelamente, foi adotado o plano de inspeção de equipamentos de amarração *Unified Facilities Criteria Experimental of Marine Hardware*, das Forças Armadas dos Estados Unidos, com as adaptações relevantes, sendo que, para este caso, foi criada uma equipa específica, transversal a toda a organização da Portos dos Açores, que vai fazer o levantamento destas ... ou melhor, vai fazer estas inspeções a todos os cabeços quer dos portos com transporte de passageiros, quer dos portos de transporte de mercadorias, quer das próprias marinas que estão sob a responsabilidade da Portos dos Açores.

Sra. Deputada Zuraida Soares, as suas afirmações de incúria, negligência, irresponsabilidade naturalmente que são afirmações que a senhora tem todo o direito de fazer, mas que não correspondem efetivamente à verdade, tendo como base aquilo que existe neste relatório do GPIAM, porque não é esse o âmbito de avaliação que o próprio relatório tem, porque o relatório não indica nem responsáveis, nem culpados pelo acidente que estamos a falar.

Não é por nós desempenharmos funções executivas no Governo ou numa empresa pública que nós deixamos de ser pessoas sérias, idóneas e de agirmos de acordo com a nossa consciência.

Em relação à questão muito concreta que colocou, tanto a responsabilidade política, como da manutenção da confiança no Eng.º Fernando Nascimento, gostaria de dizer-lhe o seguinte.

A Sra. Deputada teria toda a razão deste mundo se alguma vez ou eu, ou o Sr. Eng.º Nascimento, ou quem quer que seja, tivesse sido alertado que havia um procedimento que estava a ser mal adotado, que havia um mau estado de conservação dos elementos dos portos e não tivéssemos feito nada no âmbito das nossas funções para que essas situações fossem corrigidas.

Mas a bem da verdade, Sra. Deputada, e lamentavelmente essa situação nunca ocorreu e também a bem da verdade durante 30 anos o tipo de manutenção e de inspeção que foi feita nos portos dos Açores, até ao dia do acidente, mostrou-se sempre eficaz, porque nunca tivemos nenhuma situação trágica que pusesse a segurança das pessoas e bens em causa.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é ridículo! Por nunca ter havido um acidente a inspeção é eficaz. Isso é um atentado à inteligência de todos nós aqui dentro!

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor não acredita nisso!

O Orador: E a segurança é efetivamente um dos bens mais preciosos ao nível dos transportes e ao nível da atividade do transporte e é para essa segurança que nós estamos a trabalhar continuamente, no sentido de a reforçar, de adotar todas as medidas complementares que vierem a mostrar-se necessárias para que situações similares não se voltem a acontecer nos portos da Região.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos então agora iniciar o debate.

A Mesa já tem várias inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Faço esta primeira intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista fazendo o enquadramento daquilo que hoje aqui nos trouxe à discussão a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda, interpelando o Governo sobre as conclusões do relatório do acidente ocorrido com o navio Gilberto Mariano, produzido pelo Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes Marítimos, que foi divulgado publicamente no dia 2 de junho.

Ora, como todos nós sabemos e o Bloco de Esquerda também, este tema do acidente ocorrido no porto de São Roque do Pico, entre outros assuntos, integra-se no objeto da Comissão de Inquérito sobre o Transporte Marítimo de Passageiros e Infraestruturas Portuárias. É por isso mesmo que não querendo, nem tendo o direito sequer de questionar a legitimidade e o enquadramento regimental, questiona-se da oportunidade, da coerência e até do respeito pelo trabalho da Comissão de Inquérito ao fazer-se uma interpelação com este conteúdo.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Oportunismo político!

O Orador: A discussão deste documento como aqui se quer fazer só pode ter uma intenção de fazer um número político isolado e propositadamente descontextualizado, afastado de toda a restante informação, de todas as análises que em sede própria devem ser realizadas, o que é absolutamente lamentável.

Deputada Zuraida Soares (BE): Olhe que o povo está a ouvi-lo!

Deputado Berto Messias (PS): Ainda bem que estão a ouvir!

O Orador: Recorda-se que este documento em questão não é o relatório, é um relatório ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... de entre dezenas de documentos que existirão e que já foram inclusivamente solicitados pela Comissão de Inquérito para serem devidamente analisados.

Este relatório (importante, é certo) apenas pode ser analisado na perspetiva da prevenção e respetivas recomendações.

Aliás, como o próprio Diretor do Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes Marítimos disse: “É a única perspetiva em que legalmente pode ser tida em consideração.” Como decorre também da própria leitura do preâmbulo do referido relatório.

Dito também pelo Diretor do referido Gabinete: “Admite-se [aliás, como em todos os relatórios] que possam haver conclusões diferentes.”

Perante isto, este relatório não é mais do que uma peça entre muitas outras que serão discutidas e descortinadas na Comissão de Inquérito devidamente enquadradas, devidamente fundamentadas, inclusive com audição dos seus autores, como ficou e bem decidido na Comissão de Inquérito, e de outros testemunhos que forem considerados importantes para o apuramento dos factos.

Poder-se-á até perguntar se discutiremos aqui em sede dos trabalhos parlamentares todos os relatórios que forem conhecidos, esvaziando e até desrespeitando o trabalho da Comissão de Inquérito. É uma questão que se impõe.

Um trabalho sério e politicamente correto, aliás, que nos é exigido, factualmente enquadrado e legitimado só poderá resultar da análise saturada destes documentos em sede de Comissão Inquérito.

Sras. e Srs. Deputados, é neste enquadramento que iremos hoje aqui discutir o que não deveria coerentemente ser passível de discussão, por manifesta falta de elementos complementares, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade! Não podíamos concordar mais!

O Orador: ... por falta de relevantes evidências que surgirão necessariamente no decorrer do trabalho que a Comissão de Inquérito desenvolverá, e bem, e concluirá.

É por isso que o Grupo Parlamentar do PS considera despropositado o tema desta interpelação por ser fora de tempo, mesmo do tempo político, e até atentatória da respeitabilidade do trabalho da Comissão de Inquérito que tem para desenvolver nos próximos dias.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputada Zuraída Soares (BE): É preciso ter lata!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem! Coerência!

Deputada Zuraída Soares (BE): Coerência? Muito bem!

O Orador: É nesse sentido, é no sentido do apuramento dos factos, de todos os factos que nos devemos concentrar no objetivo de elaborar, esse sim, o relatório final com as devidas, enquadradas e fundamentadas conclusões.

É com esta postura e objetivo que podem contar com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD, em primeiro lugar, gostaria de congratular-se pelo facto do Bloco de Esquerda ter trazido este assunto, neste momento, a esta Casa, que é um assunto de grande pertinência, de grande atualidade e de grande oportunidade.

Portanto, assim numa atitude de coerência em relação àquilo que aconteceu e também denunciado por esta forma aquilo que deveria ter acontecido e não aconteceu.

Sr. Deputado Miguel Costa, este não é um relatório qualquer neste processo.

Deputado Miguel Costa (PS): Não disse isso! Disse que era importante!

O Orador: É bem verdade que a Comissão está em curso, está a trabalhar, vai desenvolver o seu trabalho, mas esta peça que constituiu o relatório de investigação à morte de um cidadão em São Roque do Pico não pode, nem deve ser uma peça qualquer.

Deputado Miguel Costa (PS): É verdade!

O Orador: E falar dela neste momento e fazer a sua avaliação política dos factos que aconteceram trágicos na noite de 14 de novembro não é fora de tempo, não é inoportuno, nem é fora do contexto. Por isso, dou os meus parabéns ao Bloco de Esquerda e é com empenho que o PSD-Açores intervém neste momento e neste Parlamento.

O que parece transparecer é que da bancada do PS-Açores e do Governo há receio em se fazer a avaliação política e isso é que nos deve preocupar.

Deputado Bruno Belo (PSD): Se não estão, deveriam estar!

O Orador: Aliás, responsabilidade que já devia ter acontecido há bastante tempo.

Aliás, ela foi desde logo desafiada a acontecer pelo ilustre Deputado da bancada do PS, Lizuarte Machado, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: ... quando a 5 de dezembro de 2014, pede a responsabilidade política daquilo que aconteceu em 14 de novembro em São Roque do Pico, pedindo a demissão do Secretário Regional da tutela ou então exigindo ao Presidente do Governo que o demitisse.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto foi escrito pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário Regional do Turismo e dos Transportes, a sua intervenção faz-me levar à ideia de que os senhores acordaram apenas ao fim de 19 anos, acordaram para um problema muito sério, um problema que se relaciona com um serviço público que é o transporte marítimo de passageiros nas ilhas do triângulo, por onde circulam anualmente cerca de meio milhão de pessoas, ou seja, diariamente uma média acima de mil pessoas ...

Deputado Miguel Costa (PS): Está a crescer!

O Orador: ... e que foi preciso ter acontecido uma morte de um cidadão para os senhores acordarem e então se preocuparem a fazer a verificação das condições de segurança dos portos do triângulo e da sua operação.

Deputado José San-Bento (PS): Os senhores é que acordaram!

O Orador: Isto é muito grave.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Os senhores acordaram ao fim de 19 anos para um problema muito sério e parece que ainda acordaram apenas de forma estremunhada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:
No dia 14 de novembro de 2014 um homem morreu na ilha do Pico a bordo do barco de passageiros de nome Gilberto Mariano depois de ter sido atingido por um cabeço de amarração do porto de São Roque do Pico.

O porto de São Roque do Pico é de jurisdição da empresa Portos dos Açores; o barco Gilberto Mariano, cujos cabos de amarração que arrancaram o cabeço que atingiu mortalmente o cidadão José Norberto, é propriedade de outra empresa pública, a Transmaçor.

As duas empresas públicas são tuteladas pelo Governo Regional dos Açores presidido por Vasco Cordeiro e em concreto pela Secretaria Regional do Turismo e Transportes, cujo responsável político é Vítor Fraga.

Há poucos dias, embora passados cerca de sete meses sobre este trágico acidente, é tornado público o relatório de investigação deste acidente.

Este relatório é muito claro nas suas conclusões.

Reconhece que a causa principal do acidente se deveu à ausência prolongada por mais de 30 anos da manutenção do cabeço de amarração, o que deixou num elevado estado de degradação esse mesmo cabeço.

Naquela noite do dia 14 de novembro de 2014, quando os cabos de amarração do navio Gilberto Mariano, sobredimensionados ou não, estavam amarrados a este cabeço e num esforço pontual que segundo dizem os técnicos se situaria a um terço da capacidade da resistência do dito cabeço, caso este se encontrasse em bom estado de conservação, acontece que o cabeço foi arrancado e projetado contra um passageiro, atingindo-o mortalmente, causando assim uma vítima e deixando uma família enlutada e em sofrimento.

Perante o ocorrido, o Governo Regional responsável político pelas empresas envolvidas no acidente, a Portos dos Açores e a Transmaçor, foi-se remetendo a silêncios, escudando-se em inquéritos e em relatórios que até agora são desconhecidos e face aos que têm vindo a público nega-se a dar a cara, como foi o caso de não ter aceite estar presente no programa da RTP-Açores, *Grande Plano*, realizado no passado dia 11 de junho, e que trouxe a debate o relatório de investigação que apura as causas deste acidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Mas há algo de preocupante neste domínio que são as afirmações do titular da Secretaria dos Transportes, Vítor Fraga, e do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro.

Deputado Francisco César (PS): Pensava que o senhor tinha aprendido alguma coisa nesse programa!

O Orador: Consigo é que eu aprendo muito pouco, Sr. Deputado!

Deputado Francisco César (PS): Que arrogância! Não se enerve!

Deputada Zuraída Soares (BE): Olha quem fala!

O Orador: É a minha lucidez apenas a funcionar!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Não estou! Estou nervoso é por não ver a responsabilidade política de alguém que a devia assumir. Isso é que me enerva!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: O *Ilha Maior*, 5 de junho de 2015, três grandes títulos que sintetizam esta trágica história: “Falta de manutenção dos portos na origem do acidente mortal em São Roque”, “Secretário dos Transportes recusa responsabilidade política”, “Vasco Cordeiro quer evitar novos acidentes”.

Deputado Francisco César (PS): Aprende-se mais com uns do que com outros!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Francisco, não te metas nisso. O Lizuarte já aprendeu!

O Orador: Pergunto-lhe, Sr. Secretário, admitindo que esta sua declaração de que politicamente não se considera responsável pelo acidente, admitindo que esta é uma declaração inadvertida e da qual já se possa ter arrependido, mas hoje tem a oportunidade de aqui a corrigir, pergunto-lhe: o senhor mantém a afirmação de que não é responsável político pelo que aconteceu na noite de 14 de novembro em São Roque do Pico que levou à morte de um cidadão?

Peço que responda a isto muito claramente a toda esta Casa e a todos os açorianos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Secretária Regional da Presidência, a pergunta seguinte era naturalmente dirigida ao Sr. Presidente do Governo, mas na sua ausência e dado que a senhora responde em nome do Governo e sabendo que a senhora é uma política inteligente e uma governante capaz e mais ainda uma jurista competente, ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Não vá por aí!

Deputado Berto Messias (PS): O que é que vai por aí abaixo?!

O Orador: ... pergunto-lhe: Vasco Cordeiro, Presidente do Governo, reage a este relatório apenas afirmando de forma fria, simples e quanto a mim pouco responsável, “o importante é evitar novos acidentes.”

Então e o que aconteceu?

Apaga-se com uma esponja?

Fica mesmo assim?

O que importa é olhar para a frente agora?

É evitar novos acidentes?

Sra. Secretária, eu de si não espero que se reveja nestas afirmações, por isso gostava que se pronunciasse sobre as declarações do Sr. Presidente do Governo ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Não vá por ai! O meu ego não é assim tão grande!

O Orador: ... de que o importante neste caso é evitar novos acidentes.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, uma palavra sobre a oportunidade da realização deste debate no atual momento:

Reconheço que o Relatório do Gabinete de Prevenção e de Investigação de Acidentes Marítimos, entidade a que atribuo toda a isenção e credibilidade, traz factos da maior importância para a compreensão das causas e avaliação das responsabilidades técnicas e políticas deste acidente.

No entanto, existe uma Comissão Parlamentar de Inquérito ao Transporte Marítimo de Passageiros e Infraestruturas Portuárias, que está a desenvolver o seu trabalho e em cujo seio este relatório terá forçosamente de ser analisado. Cremos que a discussão em Plenário do relatório final

dessa Comissão, quando estiver concluído, será um momento mais adequado para este debate, até porque disporemos então de mais elementos e a nossa discussão não se quedará confinada aos limites de um único relatório técnico.

A abertura deste debate neste momento desvaloriza, diria mesmo que pode perturbar, o trabalho que está a ser realizado no seio da aludida Comissão Inquérito.

O Povo açoriano exige-nos uma análise cuidada e uma reflexão profunda que leve ao apuramento sistemático de todas as responsabilidades políticas desta, já longa, história trágica marítima em que consiste a política, do PS e dos seus governos, para implementar um modelo de transporte marítimo que una e desenvolva a Região.

Considero, porém, e pelas razões que já referi que esta interpelação, neste momento e formato, não contribui para o objetivo maior que é o apuramento das responsabilidades políticas que estão subjacentes às sucessivas e falhadas tentativas de dotar a Região de um modelo de transportes marítimos de carga, viaturas e passageiros, bem assim como das adequadas e seguras infraestruturas portuárias e cujo acontecimento trágico no porto de São Roque do Pico trouxe com maior evidência para a opinião pública regional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Colocadas, que estão, algumas reservas a esta interpelação importa que dentro do contexto e objeto deste debate se coloquem aquelas que são as nossas principais preocupações, as mais imediatas e algumas perguntas que consideramos de maior pertinência.

O conjunto vasto de fatores de risco que contribuem para um acidente pode ser dividido em fatores imprevisíveis e inevitáveis e fatores

previsíveis e evitáveis. E, sem pretender, adiantar-me ao que quer que seja parece-me que se está a tornar irrevogavelmente claro que alguns dos fatores mais determinantes para este acidente em concreto eram fatores previsíveis e evitáveis. No entanto, tragicamente, não foram previstos nem evitados por aqueles que têm obrigação de velar pela segurança da operação marítima de passageiros e viaturas e que em última instância são da responsabilidade do Secretário Regional da tutela.

E o mais grave e preocupante é a forma displicente como os avisos sobre a possibilidade de suceder um acidente deste género foram levianamente ignorados. O trágico acidente de São Roque do Pico foi precedido pelo rebentamento de um cabo de amarração nesse mesmo porto e, depois, pelo rebentamento de não um, mas dois cabeços de amarração no porto da Madalena, que só, por mero acaso, não causaram vítimas.

E a pergunta óbvia é: Quantos mais cabeços ou cabos de amarração é que eram precisos rebentar para que as administrações da Transmaçor e da Portos dos Açores reparassem que havia algo errado, terrivelmente errado, com as manobras de acostagem dos novos navios?

E ainda: Porque é que após os primeiros rebentamentos não foram tomadas medidas de imediato?

Porque é que a operação dos navios não foi imediatamente suspensa se não existiam garantias de segurança?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Só porque não morreu ninguém! Se tivesse morrido alguém teria havido mais atenção!

O Orador: Quem é que determinou ou autorizou que os navios continuassem a operar como se nada se tivesse passado?

Como é que é possível reafirmar-se a confiança nos responsáveis por este desastre, de nomeação governamental, sem que antes se tenha averiguado cuidadosamente a sua ação, ou falta dela.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

E a estas perguntas tem de responder o Governo Regional, designadamente o Secretário Regional do Turismo, pois é Senhor Secretário, V. Exa., embora por vezes não pareça, também tem a tutela dos Transportes.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Essa parte foi mazinha!

O Orador: Tão precipitado como os que precipitadamente querem já tirar conclusões do que ainda está a ser avaliado, o Secretário Regional do Turismo e Transportes já assumiu a postura de que, quer o Governo Regional, quer as administrações por ele nomeadas, não têm qualquer culpa ou responsabilidade neste processo. Que foi um azar, enfim..., um imponderável, e que nada poderia ter sido feito para evitar o acidente. Para V. Exa. Senhor Secretário pelos vistos basta sacudir a água do capote e esperar que o tempo passe para que este acidente e outros incidentes caiam no esquecimento.

Uma atitude política vergonhosa que mostra bem o labirinto em que se perdeu este Secretário Regional e este Governo Regional, enrodilhados em confusões e trapalhadas contínuas e consecutivas, que lançaram o caos nos transportes na nossa Região.

Esta atitude, Senhor Secretário, é bem elucidativa de uma certa forma de estar e exercer o poder, dir-lhe-ia Senhor Secretário que mesmo no nosso país, veja bem, no nosso país, este país de brandos costumes, houve pelo menos um ministro que se demitiu após um trágico acidente sem esperar pelo resultado dos inquéritos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então, é útil ou não é útil?

O Orador: E é do seu pedido de demissão que o Povo açoriano está à espera, é o seu pedido de demissão que este Parlamento aguarda, não

porque isso lhe exigiram mas porque essa é a única posição politicamente digna para quem exerce as funções públicas que V. Exa. detém.

E isto sabe o Senhor Secretário Regional do Turismo muito bem, como o sabe o Governo Regional e a maioria que o suporta.

Se ao PS e ao Governo sobrasse alguma verticalidade política não teria sido necessário pedir a demissão de V. Exa., como hoje o estou a fazer e outros já o fizeram.

Mas infelizmente é, Senhor Secretário. É mesmo necessário pedir a sua demissão. A sua atitude tornou urgente o que já se começava a tornar óbvio, que V. Exa. não tem quaisquer condições políticas para continuar a exercer o cargo para o qual foi mandatado.

A sua demissão tornou-se urgente não porque o PCP-Açores espere que as políticas e o exercício do poder executivo se altere, mas para mostrar ao Povo Açoriano que nesta Região se assumem responsabilidades políticas e que a impunidade política não pode fazer escola.

As suas responsabilidades políticas serão devidamente avaliadas no seio da Comissão de Inquérito, mas face ao que já é conhecido e, sobretudo, às suas palavras e ações depois da divulgação do relatório, V. Exa. só tem uma opção política, demita-se Senhor Secretário Regional do Turismo e Transportes.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Afinal em que é que ficamos?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero aproveitar a oportunidade ao longo deste debate para ir pontuando as várias intervenções ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quantos pontos dá ao Sr. Deputado Aníbal Pires? *Ten points!*

A Oradora: ... sobre esta matéria e a primeira coisa que lhe quero dizer, Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, é que com toda a franqueza o senhor falou, falou, falou, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E não disse nada!

A Oradora: ... mas não disse nada.

A única coisa que na realidade o senhor disse (e é bom que os açorianos e açorianas registem isto) foi que os conselhos de administração quer da Portos dos Açores, quer da Transmaçor, duas empresas públicas tuteladas pelo senhor, lhe sonegaram durante mais de um mês ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Informação!

A Oradora: ... um relatório de investigação que estava na sua posse com o teor da gravidade, como este que nós temos em mão.

Isso é um desrespeito pelo senhor, pela tutela e é uma falta de autoridade da sua parte e, portanto, o senhor, no mínimo (no mínimo!) tem que dizer aqui se na realidade confirma aquilo que eu inferi das suas palavras: o senhor desconheceu durante mais de um mês o relatório que estava na posse do conselho de administração da Transmaçor e da Portos dos Açores?

Isto é muito importante, Sr. Secretário, porque é daqui que advém a afirmação de que o Governo Regional só conheceu este relatório no dia em que foi dado a público e das duas, uma: ou o Governo e o Partido Socialista mentem porque o Governo já conhecia este relatório 30 dias antes, ou então o Governo diz a verdade e está completamente desautorizado pelas administrações destas duas empresas públicas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Depois diz o Sr. Secretário Regional também, no fundo, resumindo aquilo tudo que disse (o nada) é que depois de “casa roubada, trancas à porta”. Muito obrigada, Sr. Secretário! Isso já o povo sabe de ginjeira, mas sabe uma coisa?

Até a PSP, quando nós vamos de férias, no tempo de férias, quando nós temos os carros à porta da nossa residência, nos dão determinadas normas de prevenção para não sermos assaltados, para que não tenhamos que pôr as trancas à porta depois da casa roubada.

Até num simples acidente de carro, Sr. Secretário Regional, onde não há nenhum tipo de consequência, nem feridos, nem mortos, alguém assume a responsabilidade e às vezes até de forma amigável há um dos condutores que diz “a responsabilidade é minha” e assinam uns papelinhos e não precisam de ir para a companhia de seguros, nem para a polícia.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E a culpa é solteira e virgem!

A Oradora: Até num simples acidente de automóvel, Sr. Secretário Regional.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E a culpa é solteira e virgem!

A Oradora: Portanto, a responsabilidade, a culpa do acidente não pode ser o acidente, porque senão isto não é uma democracia, isto não é um estado de direito, isto é uma banda desenhada.

A culpa do acidente não é o que está aqui em causa. É a responsabilidade! O que o Bloco de Esquerda está a falar aqui desde o princípio é de responsabilidade política, não é de culpa. A culpa fica para outras instâncias e o senhor terá oportunidade e todos nós de lidarmos com ela.

Este é o momento da responsabilidade política. Não é quando acabar a Comissão Parlamentar de Inquérito. Não é quando der jeito ao Partido Socialista ou ao Governo Regional. É agora!

E sabe quem é que exige que seja agora, Sr. Secretário Regional?

É a família de um cidadão que morreu e agora porquê?

Agora retomo as suas palavras.

Disse também o Sr. Secretário Regional que o relatório em causa do GPIAM não indica nenhum tipo de responsabilidade. E disse mais!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para não falar nos meios que existiam a bordo para prestar socorro à vítima! Zero!

A Oradora: O senhor não tem bem a ideia do que é que disse!

Que nem o Sr. Secretário, nem o Sr. Eng.º Fernando Nascimento nunca foram alertados para a situação de degradação que se vivia nos portos desta Região.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É ridículo!

A Oradora: Sr. Secretário Regional, mas quem é que tinha que os alertar?

A Providência? Os deuses?

Mas então o Sr. Eng.º Nascimento não ganha um ordenado como gestor público exatamente para estar em cima dos acontecimentos? E não é ser alertado, é alertar. Ele é que tem de alertar, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... ele é que tem de fiscalizar. É para isso que o povo lhe paga, não é para não vir dizer agora que não tem nenhum tipo de responsabilidade.

Tudo isto é extraordinário, Sr. Secretário!

Depois dizer-lhe que as perguntas que lhe fiz dali daquela tribuna respondeu apenas a uma. Todas as outras posso-lhas repetir, se entender, todas as outras continuam por ter resposta da sua parte.

Agora vamos finalmente à oportunidade desta interpelação.

É muito curioso que se fale na oportunidade da interpelação do Bloco de Esquerda, porque o Bloco de Esquerda fala do oportunismo do Governo Regional e do Partido Socialista.

Nunca teria havido interpelação nesta Casa do Bloco de Esquerda se o Governo Regional não tivesse oportunisticamente e irresponsavelmente reconduzido um gestor público sem exatamente esperar pelo fim do inquérito parlamentar, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... da Comissão de Inquérito Parlamentar. O oportunismo é este, o amiguismo é isto, Sr. Secretário Regional.

Portanto, o comportamento oportunista irresponsável do Governo é que provocou esta interpelação oportuna e responsável do Bloco de Esquerda e isto o Sr. Secretário Regional pode fazer o pino, mas não pode negar, porque é público e é conhecido por todos os açorianos e açorianas.

Finalmente, Sr. Secretário Regional, dizer-lhe também o seguinte. Este relatório é a única coisa de concreto que ao fim de sete meses de um acidente mortal os açorianos e açorianas, e em particular a família do cidadão que faleceu, tem na mão, porque durante sete meses o Governo Regional remeteu-se ao mais indecente e indigno silêncio. Nunca disse nada.

Um mês depois do acidente diziam as notícias que estava tudo em postos para uma quantidade de inquéritos e de investigações.

Sete meses passaram e o povo não soube de nada.

Aliás, à semelhança de um outro acidente ocorrido em São Jorge num contexto completamente diferente, mas que há um ano o Bloco de Esquerda anda a pedir ao Governo que responda ao requerimento sobre as investigações daquele acidente e o Governo quatro vezes já nos disse que dentro de 15 dias será apresentado. Passou um ano, Sr. Secretário

Regional. Um ano em que o seu governo de vez em quando diz, quando o Bloco pergunta, daqui a 15 dias é apresentado. Agora neste passaram-se sete meses sem os senhores abrirem a boca.

Acham isto decente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo?

Acham isto digno?

Isto não é oportunismo?

Isto não é desrespeito pelos açorianos e açorianas?

Isto não é desrespeito por esta Casa, por este Parlamento, pelos representantes do povo que aqui estão?

É isto que lhe pergunto, Sr. Secretário.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: ...

Deputado Francisco César (PS): Muitos parabéns pela coligação!

O Orador: Devo dizer que quando o Partido Socialista afirmou aqui que este não é o momento de discutir esta questão, essa afirmação é absolutamente irresponsável. Essa afirmação é uma afirmação de quem não vive em articulação com a cidadania dos Açores, porque as pessoas procuram respostas e as pessoas querem que este assunto seja discutido.

Aliás, basta ver os editoriais, os artigos de opinião e as discussões que têm sido realizadas por parte dos açorianos em relação a esta matéria.

Os açorianos querem que esta matéria seja aqui discutida.

Agora da minha parte, como já demonstrei no âmbito do relatório que remeti no âmbito da audição do Sr. Eng.º Fernando Nascimento, acho que

esta questão tem que ser debatida sem demagogia e sem populismos, com responsabilidade.

Primeira questão, questão da responsabilidade política.

Há quem tenha, como aqui já foi lembrado, pedido a demissão do Membro do Governo que tutela esta matéria. Essa demissão foi pedida pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado no dia 5 de dezembro de 2014, num artigo de opinião que eu aqui tenho, essa demissão política do Membro do Governo responsável por esta área.

Ora, eu considero que a tal responsabilidade política sempre que acontece qualquer coisa (um acidente, e pode acontecer um acidente mortal em diversas áreas) não é necessariamente o responsável político que tutela essa área que tem essa responsabilidade, porque então a partir do momento em que essa relação é inequívoca acontece qualquer coisa e pede-se imediatamente a cabeça do Secretário, ou noutro contexto, do Ministro, penso que tornaria absolutamente ingovernável um país ou uma região, na medida em que ninguém seria candidato a Membro do Governo, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Também não há candidatos a Membros do Governo!

O Orador: ... nem aceitaria com certeza ter responsabilidades governativas. Se algo acontece no âmbito da administração regional, ou de uma empresa pública e a responsabilidade é imediatamente do Membro do Governo, digo-vos que este tipo de atitude não é racional.

Nós o que temos de verificar é se aquele Membro do Governo teve responsabilidade direta no âmbito das tomadas de decisão que tomou, se teve responsabilidade direta em relação àqueles factos. Se foi informado de determinadas situações e se não agiu nesse sentido.

Doutra maneira penso que colocamos de facto a vida pública numa situação insustentável por todos, porque acidentes deste tipo podem ocorrer a todos, aos Membros do atual Governo do Partido Socialista, como a Membros de outros Governos.

Onde é que acho que há irresponsabilidade?

E onde é que eu acho que o Governo está a agir mal?

Acho que o Governo está a agir mal a partir do momento em que está a proceder à recondução do Sr. Eng.º Fernando Nascimento no contexto em que nós estamos, porque obviamente os senhores podem-me dizer: “Não vou discutir o relatório, porque não me sinto tecnicamente habilitado para discutir de forma específica o relatório.” Mas há uma coisa que é evidente. Há uma coisa que é evidente e que salta à vista e ninguém me diz o contrário: é que o sistema de manutenção não funcionava bem. Não funcionava bem!

Ou seja, o sistema de manutenção, a equipa de manutenção, o setor de manutenção da empresa Portos dos Açores não funcionava bem. A partir do momento em que o responsável, o gestor, diz o seguinte: “Sobre os cabeços de amarração o gestor afirmou que existia uma inspeção periódica sem registo ...

Deputado André Bradford (PS): O senhor não sabe é como se gere uma empresa!

O Orador: ... e em que o Instituto de Soldadura e da Qualidade quando analisou especificamente o cabeço que acabou por ser fatal para o passageiro concluiu que foram vários os fatores conjugados que estiveram na origem daquele problema.” O que quer dizer que só por si não explica se aquela foi a razão única. Não terá sido de certeza absoluta.

Agora, há uma coisa que resulta evidente: é que o setor de manutenção não funcionava, porque um setor de manutenção que funciona de forma eficaz faz o registo.

Como é que um gestor, como é que uma empresa pode programar uma intervenção ou uma análise periódica se não tem a informação?

Perguntei ao Sr. Eng.º: “Mas diga-me uma coisa, como é que o senhor programava a ação que tinha a desenvolver?”

Como é que lhe chegava a informação a dizer que estes cabeços, que as condições não eram as melhores ou que era necessário fazer alguma intervenção para dali uns meses ou de imediato?”

Não há nenhuma informação escrita! Pelo amor de Deus!

Quer dizer, não há nenhum registo, ninguém pode planificar qualquer tipo de intervenção em termos de segurança quando não existe qualquer tipo de registo.

Ora, este setor de manutenção não funcionava bem. Não funcionava bem! Também podem dizer: “Bom, mas isso é uma responsabilidade do setor de manutenção.”

Não! O gestor tem a responsabilidade de verificar que os vários setores que tutela se funcionam ou não funcionam com eficácia e este efetivamente, estes procedimentos, saltam à vista que não são corretos. Saltam à vista que não são corretos!

O que é correto é o que ele diz a seguir que vai fazer, que é também no âmbito da audição. Diz o seguinte: “O gestor repetiu que não existiam registos e que neste momento estavam a ser introduzidas alterações no sentido da manutenção ser sistemática [não era?] e que se preparava para a criação de outros instrumentos com relatórios e fichas de manutenção”, ou seja, sistematizando a informação. Isto sim! Mas isto não estava a ser feito por incrível que possa parecer e, portanto, nesse sentido a

recondução neste momento de um gestor nestas condições e com esta falha evidente no âmbito do setor da manutenção penso que é algo absolutamente injustificável e aqui sim, Sr. Secretário, atribuo-lhe responsabilidade política, porque não o deveria ter feito. Não é de senso comum fazer esta recondução, neste momento, neste contexto e com alguns dados. Não é nenhuma entidade, nem nenhum relatório que o dizem, ele é próprio que o diz. Ele próprio o diz que não existe uma manutenção sistemática. É ele próprio que diz que não existem registos e por amor de Deus aqui há uma responsabilidade efetiva.

Portanto, nesse sentido a recondução, que é uma atitude, uma decisão política, está errada. Está errada! E aqui sim é que lhe atribuo responsabilidades.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Melhorou muito desde a coligação!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por esclarecer o seguinte.

Porque foi aqui referido o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, queria começar por esclarecer que primeiro hoje só vou falar aqui sobre este assunto, recusei-me a falar em outros fóruns, porque faço parte da Comissão de Inquérito e hoje só vou falar aqui porque estão presentes evidentemente todos os deputados da Comissão de Inquérito e este é o plenário da Assembleia e obviamente tinha de dizer alguma coisa, sinto essa obrigação, e depois gostava de dizer que só aceitei integrar a Comissão de Inquérito depois de uma conversa com o Sr. Presidente do

Governo Regional dos Açores em que ele me disse que a Comissão tinha de funcionar com total isenção e apurar a verdade doesse a quem doesse. Esses foram os pressupostos que me levaram a integrar a Comissão de Inquérito, esse era o espírito que me foi transmitido pelo Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores. Queria deixar isto bem claro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas o Sr. Presidente não tem nada a ver com a Comissão!

O Orador: Depois queria também acrescentar que foi aqui dito que durante mais de um mês a Secretaria e as empresas públicas sonegaram, digamos, à opinião pública e aos deputados, este relatório. Isso também não é verdade, porque este relatório esteve 30 dias em fase de contraditório como determina a lei junto das empresas públicas, mas nos termos da Diretiva n.º 2009/18/CE, de 29 de abril, só o Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes Marítimos o pode tornar público. As empresas públicas pelo facto dele estar na sua posse ou de a tutela o conhecer não o pode nem o deve tornar público. Só este Gabinete é que o pode tornar público, ninguém mais o pode fazer.

Depois foi também afirmado que este é um relatório muito claro e foi referida a questão da manutenção dos cabeços.

Vejam: a manutenção dos cabeços, a questão mais relevante da manutenção dos cabeços, é a sua verificação visual. Esse é que é o primeiro aspeto. É a sua verificação visual!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora! Não foi feita!

O Orador: Da verificação visual deveriam existir registos. Infelizmente não existem e isso tenho que reconhecer (e reconheço obviamente) que é uma falha, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Uma falha!

O Orador: ... mas isso não quer dizer que essa verificação visual fosse feita e a prova de que essa verificação visual era feita é que este é um acidente ao fim de décadas e décadas e décadas de funcionamento dos portos dos Açores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Por acaso!

O Orador: Este é um acidente ao fim de décadas e décadas e décadas de funcionamento dos portos dos Açores!

Depois nós estamos aqui a falar de quê?

Estamos a falar do relatório. Penso que é esse o objetivo da proposta que o Bloco de Esquerda nos trouxe hoje aqui: foi falar do relatório.

E relativamente ao relatório foi dito também pelo Sr. Deputado Cláudio Lopes que o relatório é muito claro.

Bem, o relatório é muito claro. O mesmo não direi da sua fundamentação. São questões diferentes.

Senão vejamos: o relatório começa por referir que dentro do porto se fazia sentir uma ondulação de cerca de 2 metros.

Ora bem, isto é impossível porque se isto acontecesse, o navio de contentores não estaria lá atracado e a operar normalmente.

Admito, contudo (porque consultei os dados da boia ondógrafo que está à entrada do canal, próxima da ponta da Ribeirinha), que no momento do acidente houve um pico de energia que foi registado na boia que atingiu a costa e atingiu também o porto (admito que houve um pico de energia), mas ondulação de 2 metros dentro do porto obviamente que o navio de contentores já não se aguentaria dentro do porto e não poderia lá operar, muito menos estar com gruas no ar e a movimentar contentores.

Portanto, isto não pode corresponder de todo aos factos do que ocorreu dentro do porto no momento do acidente.

Depois também não é verdade que o cais ro-ro tenha dois cabeços novos.

O cais ro-ro, a rampa ro-ro do porto de São Roque do Pico, foi dimensionada para navios de 6.200 toneladas, cerca de 120 metros de comprimento e 5 metros e meio de calado no máximo e nela foram instalados quatro cabeços de 30 toneladas, sendo que um deles posteriormente foi retirado, porque quando o Gilberto Mariano abria a rampa ficava muito próximo e havia a possibilidade de haver ali algum toque que provocasse alguma avaria, mas esse cabeço em nada afeta a operacionalidade e o sistema de amarração da rampa ro-ro do porto de São Roque do Pico.

Deputado José Contente (PS): Mais uma falha do relatório!

Deputado Luís Garcia (PSD): Daqui a pouco a culpa é do cidadão. Estava no local errado!

O Orador: Posteriormente o relatório também comete uma outra imprecisão, digamos assim, e reparem que não vou adjetivar de todo o relatório, considero um relatório da maior importância, mas obviamente se é do relatório que estamos a falar temos que enquadrar estas questões.

O relatório diz na página 8 que “a construção da rampa para navios ro-ro foi dimensionada para navios de 6.200 toneladas. Se os cabeços novos escolhidos, em conformidade com as recomendações do *Committee for Waterfront Structures* para relações carga nominal versus deslocamento dos navios que os vão utilizar, foram cabeços com capacidade nominal de 300 KN e cuja carga máxima de rutura não deveria ser inferior a três vezes este valor”, ora isto é completamente falso. Porquê?

Porque não há norma que regule a relação entre a carga de rutura e a carga nominal dos cabeços.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não existe, mas devia existir!

O Orador: Esta é uma falha grave do relatório, porque não existe nenhuma norma que regule este procedimento.

O coeficiente de segurança dos cabeços é um dado do fabricante e não é necessariamente três. É um dado muito variável. Pode variar entre dois, cinco, seis, dependendo do fabricante.

Os cabeços *t-head* Trelleborg de 30 toneladas que estão no terminal novo da Horta têm uma carga de segurança indicada pelo fabricante de dois, não de três.

Mas os cabeços, por exemplo, que estão na rampa da Madalena o fabricante nem sequer indicou o seu coeficiente de segurança, porque isso não é obrigatório. O coeficiente de segurança é um dado do fabricante para a sua própria segurança para cobrir algumas deficiências de fundição do material, de montagem, e outras que possam ocorrer.

No que diz respeito à manobra, o relatório descreve de uma forma precisa a manobra. Aliás, é preciso esclarecer aqui uma questão sobre a qual não deve sobrar nenhuma dúvida, é que os mestres da Transmaçor são profissionais altamente competentes. Disso não haja nenhuma dúvida. Todos nós podemos estar tranquilos e viajar em segurança, porque são homens de grande integridade, de grande competência profissional e obviamente dadas as condições de agitação marítima dentro do porto a manobra não foi feita como era habitualmente, portanto, foi feita de forma a garantir o máximo de segurança.

Diz o relatório que “tendo em conta os princípios observados por aquilo que são as regras internacionais no que diz respeito à amarração de navios, o esquema de amarração usado normalmente pelo navio Gilberto Mariano verifica-se que este enferma de algumas práticas menos corretas. A saber: utilização de dois cabos como lançantes à popa, passados ao mesmo cabeço de bordo, de bitola diferente e modos de elasticidade diferentes.”

Ora bem, esta situação não tem nada a ver com o acidente, porque no momento em que ocorreu o acidente não se verificava estarem passados outros cabos, a outros cabeços, estarem passados *springs* lançantes à proa, fosse o que fosse. Estavam apenas dois cabos passados ao cabeço que colapsou, por isso isto não contribuiu em nada para o acidente.

Depois na página 16 o relatório também diz, enferma aqui de um erro que é muito primário, que os “únicos cabos passados a terra e de algum modo em esforço eram os dois lançantes” e não eram de algum modo em esforço. “Eram os únicos cabos passados a terra e em esforço eram dois lançantes, sendo que aquele que estaria a exercer a maior tensão por força das suas dimensões seria o cabo dois.”

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Se usassem cabos mais curtos, Sr. Comandante!

O Orador: Ora, nunca seria o cabo dois, porque o cabo um era de 96 milímetros de bitola e o cabo dois era de 60 milímetros de bitola. Como eram do mesmo material (*delphine line* da Cordoaria Oliveira e Sá), obviamente que o cabo mais fino tem mais elasticidade. Se o cabo mais fino tem mais elasticidade, é o cabo com mais bitola, o primeiro, o que tem mais tensão e é o cabo com mais bitola o primeiro que entra em rutura. Nunca é o segundo. Não é o cabo aqui indicado. O cabo que entraria em rutura, que entraria sempre em qualquer circunstância em rutura seria o cabo um, o cabo de maior bitola e nunca o cabo dois.

Depois também diz que a “agitação marítima embateu contra a parede vertical da rampa”.

Ora, a rampa não tem uma parede vertical. A rampa é 40 % parede vertical e 60 % de vazios. Portanto, esta também é uma análise errada que não pode ser assacada.

Depois diz ainda assim: “Um cabeço de terra no qual estavam encapelados os lançantes da popa e que teria, de acordo com as informações da empresa Portos dos Açores, uma carga máxima *safe working load* 300 KN, ou seja, carga de rutura de pelo menos 900.”

Isso é completamente errado porque, por um lado, não há norma que regule a relação entre a carga de rutura e a carga nominal dos cabeços e a única indicação que a Portos dos Açores, ou qualquer autoridade portuária dá, é da carga de trabalho dos cabeços, não entra aqui o fator segurança que muitas vezes nem é conhecido pela administração portuária. É apenas o da carga a que o cabeço tem de estar sujeito em trabalho, em circunstâncias normais.

Depois há aqui também um ponto que não se compreende, aqui alguns valores que não se percebem onde é que se foram buscar porque não correspondem àquilo que é a certificação que está inscrita nos próprios cabeços, em cada um dos bits dos cabeços de amarração dos navios, e é preciso ter em conta o seguinte. Os cabos são sempre o elemento mais fraco do sistema de amarração.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Por que é que não os reforçaram?

O Orador: Tem de ser sempre o elemento mais fraco do sistema de amarração. Os cabos são o fusível. Têm de ser sempre o elemento mais fraco.

Depois na página 17 do relatório mostra um quadro em que é a capacidade nominal dos cabeços versus deslocamento dos navios. O quadro está correto, no entanto, não indica a fonte e é preciso perceber qual é a fonte de onde aparece este quadro.

Esta fonte tem três origens: por um lado, são as recomendações da *Waterfront Structures: Harbours and Waterways 2004*; são as

recomendações espanholas, as *ROM*, que são as normas espanholas e são as normas inglesas dos *Maritime Structures*.

Portanto, o que é que aqui diz?

Diz que cabeços de 300 KN de capacidade nominal servem para navios entre dois mil e dez mil toneladas de deslocamento, ou seja, quer os cabeços que estavam instalados de 200 KN, quer os cabeços que estavam instalados de 300 KN, estão sobredimensionados para os navios que lá operam, tanto para os grandes navios, que sabemos que não poderão ser superiores a 6.200 toneladas de deslocamento, como para o Gilberto Mariano.

Aliás, é curioso reparar que para navios com deslocamento inferior a duas mil toneladas eles até propõem cabeços com capacidade nominal de 100 KN e como sabemos o Mestre Simão e o Gilberto Mariano, em termos de deslocamento, têm um quarto deste deslocamento.

Portanto, não houve aqui qualquer falha no dimensionamento dos portos.

Depois ainda descreve e caracteriza o cabeço que colapsou em São Roque do Pico. Refere as vigas de aço no seu interior e refere que essas vigas de aço reforçavam a capacidade do cabeço. Isto também é falso.

Estas vigas servem apenas para facilitar a colocação de cabeços e não servem de elemento de reforço.

Depois refere ainda a questão de uma fratura preexistente ao momento do acidente.

Ora bem, relativamente a esta questão não existe fundamentação técnica para a afirmação aqui proferida. Aliás, as fotografias do dia do acidente, relativamente a uma fratura anterior, indicam precisamente o contrário e aliás há uma questão muito relevante. Não foi tida em conta que a análise feita pelos técnicos deste Gabinete ao cabeço, tanto à parte encastrada no cais, como à parte que rebentou, foi feita meses depois do acidente, o que

quer dizer que a parte que estava encastrada no cais já estava profundamente oxidada, porque já tinha caído muita água salgada em cima, e a parte que estava não encastrada no cais, que estava na autoridade marítima e que serve de prova, também relativamente a ela não é possível retirar nenhuma conclusão por duas ordens de razão: primeiro, porque cabeços em ferro fundido cinzento, de composição química lamelar, quando rebentam criam uma estrutura de grande rugosidade.

Além do mais, é preciso ter presente que a parte identificada no relatório como sendo uma zona com uma coloração diferente que indicava uma pré-ruptura existente é a mesma que aparece contaminada com matéria orgânica na fotografia que saiu no *Açoriano Oriental* no dia 16 de novembro de 2014.

Não estou com isto a dizer que não existia uma pré-fratura. Entenda-se bem!

O que estou a dizer é que neste momento e com este relatório não existem elementos para concluir que existia essa pré-fatura e só poderemos chegar a uma conclusão quando tivermos o relatório do Instituto da Soldadura e Qualidade. Esse sim, para estas questões da pré-fatura e da capacidade de carga do cabeço, será absolutamente determinante.

Depois no que diz respeito às conclusões, digamos que as conclusões e as recomendações são triviais, quer dizer, qualquer aluno do primeiro ano de um curso de pilotagem ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Oh Sr. Deputado, não faça isso!

O Orador: ... tiraria estas conclusões e estas recomendações. São triviais!

Porque dizer que, falar em ausência continuada de manutenção sem ter provas de que isso aconteça ...

Porque é assim: não é pelo facto de se dizer que o casco tinha cascão de ferrugem com 1 cm ... Um cascão de ferrugem com 1 cm em aço de construção naval normal corresponde a uma perda de espessura do aço de 1 mm, mas no ferro fundido cinzento nem sequer a isso corresponde, porque o ferro fundido cinzento tem tendência a perder ao longo dos anos um dos seus componentes que é o enxofre e, portanto, não tem tendência a ter perdas, mesmo com um cascão de 1 cm, da ordem de grandeza de 1 mm, mas sim inferiores.

Ou seja, por este relatório nada é possível concluir relativamente à falta de manutenção pelo que é necessário aguardar pelo relatório do Instituto da Soldadura e da Qualidade.

Relativamente às recomendações são normais, são as que aparecem em todos os relatórios. Não têm nada de especial: verificar os sistemas de segurança, verificar os cabeços, verificar tudo o resto.

Ou seja, no fundo o que é que acontece?

Este relatório é apenas um relatório dos muitos que irão aparecer na Comissão e o que se espera é abertura de espírito para que na Comissão os Srs. Deputados possam analisar este e outros relatórios ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... com total abertura de espírito e disponibilidade para concluir aquilo que efetivamente tiver que ser concluído e não para concluir aquilo que um relatório mal fundamentado nos quer dizer.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Este não tem nenhuma importância!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de apresentar ou informar dos tempos restantes para que possamos ir para intervalo.

Secretário: Governo Regional, 22 minutos e 35 segundos; Partido Socialista, 11 minutos; Bloco de Esquerda, 13 minutos e 45 segundos; PSD, 15 minutos e 20 segundos; CDS-PP, 15 minutos; PCP, 1 minuto e 30 segundos e PPM, 3 minutos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos então para intervalo.

Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 35 minutos.

Presidente: Vamos então continuar o nosso debate.

Eram 12 horas e 12 minutos.

Está inscrita a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não poderia estar mais de acordo com o Deputado Miguel Costa. Não devíamos de facto estar aqui hoje a discutir este assunto e não devíamos pela simples razão de que este acidente lamentável nunca deveria ter ocorrido.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Infelizmente, o nível de incompetência que envolveu todo este episódio desde a manutenção de infraestruturas, passando pelos procedimentos de manobra de atracagem, incluindo-se a escolha dos cabos, até ao total desnorte de tomada de decisão do que fazer quando o passageiro que foi atingido mortalmente naquele momento pelos cabeços e ninguém sabia o que fazer e o que decidir, resulta tão simplesmente das

nomeações e das escolhas do Partido Socialista para as nossas empresas públicas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Quanto às responsabilidades políticas estas não se exigem, assumem-se, Sr. Secretário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Mas infelizmente chegámos a este total estado de impunidade por parte deste Governo.

Aliás, neste momento, este Governo só está preocupado que este tipo de acidentes não se volte a repetir de futuro.

Pois eu explico-lhe, Sr. Secretário, para não se voltar a repetir de futuro muita coisa tem de mudar e muita coisa ainda tem de ser explicada.

O Sr. Secretário na tentativa de justificar o injustificável baralhou duas coisas completamente diferentes: manutenção de cabeços e a inspeção dos mesmos.

Quanto à manutenção não há dúvidas: basta olhar para eles para ver que não houve.

Quanto à inspeção, a Portos dos Açores a única coisa que fez também foi olhar para eles.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Nas palavras do Sr. Secretário os procedimentos oficiais em qualquer porto do país para fazer inspeção de cabeços é por inspeção visual.

Deputado Miguel Costa (PS): Foi aqui explicado pelo Deputado Lizuarte!

A Oradora: Então pergunto-lhe como é que justifica que neste momento a Portos dos Açores adotou um novo plano de inspeção e registo?

(Aparte inaudível)

A Oradora: Não! As duas coisas!

Comprou-se um *hardware*, um *software* para fazer o registo, ...

Deputado Francisco César (PS): *Hardware* não! *Software* talvez!

A Oradora: ... mas que existe também provavelmente porque o equipamento informático da Região exige.

Anunciou hoje, aqui, em primeira mão de que foi adotado um novo plano de inspeção com procedimentos baseados na Marinha Americana (se não me falha aquilo que ouvi) e também equipamento que permite o registo ...

Deputado Francisco César (PS): Da Marinha Americana?

A Oradora: Não ouviu o que o Sr. Secretário falou!

Portanto, pergunto-lhe: se os procedimentos oficiais são de inspeção visual qual é a necessidade neste momento a Portos dos Açores vir adotar esse novo plano de inspeção?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E já agora Sr. Secretário em declarações que fez afirmou que os cabeços do porto da Madalena de 20 toneladas foram substituídos por outros de 30 toneladas como resultado de uma peritagem feita após os acidentes que ocorreram no porto da Madalena dois dias antes do ocorrido no Cais do Pico que vitimizou um passageiro e, portanto, a pergunta que lhe faço é: se não deveria ter sido feita uma verificação antes do início da operação destes navios?

E já agora: que justificação é que a Portos dos Açores lhe deu para não o ter feito?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Aliás, como é que se justifica que quem encomenda o projeto do porto da Madalena, ou seja, a Portos dos Açores, desconhecesse as características reais dos navios adquiridos pela Atlanticoline ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... que levou à escolha de cabeços de 20 toneladas em vez de cabeços de 30 toneladas?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aí é que está!

A Oradora: E já agora, lendo aqui uma pequena passagem do relatório, diz o seguinte: “Quanto ao tipo de cabos usados verifica-se um sobredimensionamento dos mesmos. Tal situação, justificada pelo mestre pela necessidade de garantir que a probabilidade de rompimento dos cabos fossem mínimas.”

Eu pergunto-lhe, Sr. Secretário: como é que um mestre de uma embarcação decide substituir cabos, aumentando a sua tensão de cedência, para evitar que os cabos rebentem e conseqüentemente haja a rutura dos cabeços?

Devo-lhe dizer que isto é de um amadorismo inadmissível e quero-lhe fazer uma pergunta direta: se os mestres das embarcações têm ou não têm poder para fazer alteração de cabos com tensões de cedência superiores?

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Agora queremos respostas!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que já é possível nesta altura do nosso debate começar a tirar mais algumas conclusões ainda que permaneçam variadíssimas perguntas por responder.

A primeira conclusão que penso que é possível tirar é que o Governo Regional reconduziu o Sr. Eng.º Fernando Nascimento quando já tinha na mão um relatório que no mínimo punha em causa a sua metodologia de trabalho.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: A segunda conclusão que penso que também já é possível tirar é que o Governo Regional não teve o bom senso de aguardar pela conclusão da Comissão de Inquérito Parlamentar para reconduzir ou não o Sr. Eng.º Fernando Nascimento.

Outra conclusão que também é possível tirar é que tornar público é uma coisa e conhecer é outra coisa completamente diferente.

Só se torna público para alguém que conhece, mas há quem conheça muita coisa antes de ser tornada pública. Ora, é exatamente isso que acontecia com este relatório.

Foi tornado público num dia, mas era conhecido 30 dias antes e não é possível concluir de outra maneira, porque para uma empresa ter a oportunidade de fazer o contraditório (foi aquilo que o Sr. Deputado Lizuarte Machado aqui afirmou) eu só posso contradizer quando sei que afirmações é que são feitas e que acusações é que me são feitas, porque senão eu não posso contradizer nada.

Portanto, para contraditar estas duas empresas públicas tiveram no mínimo desde o dia 1 de maio os relatórios na sua mão e volto a perguntar ao Sr. Secretário. O Sr. Secretário continua a insistir que só conheceu este relatório quando ele foi tornado público. O senhor foi então

desrespeitado. Esconderam-lhe, sonegaram do seu conhecimento um relatório desta gravidade, as duas empresas públicas que o senhor tutela. Outra conclusão que é possível retirar, Sras. e Srs. Deputados. Nós estamos a falar, vamos lá ver se nos entendemos, de um relatório de investigação elaborado pelo Gabinete de Prevenção e de Investigação de Acidentes Marítimos, Gabinete este que (e vem na apresentação do próprio relatório), entre outras coisas, afirma o seguinte: “O presente relatório foi elaborado respeitando as normas de Organização Marítima Internacional (IMO) e seguindo a metodologia comum estabelecida pela União Europeia.”

Sras. e Srs. Deputados, tenho que fazer esta pergunta: esta entidade idónea até hoje, até este momento, porque nunca vi ninguém, nem o Governo Regional, nem o próprio Partido Socialista pô-la em causa, é acusada de ter feita um relatório (e não estou a pôr em causa a acusação, estou apenas a registá-la) que está cheio de erros de análise.

Deputado Francisco César (PS): Não pode!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade!

A Oradora: Ora, é difícil de compreender!

Agora, há aqui uma diferença. É que o diretor deste Gabinete que fez esta investigação que está cheia de erros de análise primários, dignos de um aluno do primeiro ano, absolutamente elementares, disse publicamente uma coisa extraordinária. Disse: “Eu sou o único responsável pelas conclusões deste relatório.”

Disse-o publicamente. “Eu” (ele, o diretor deste Gabinete) “sou o único responsável”.

Responsável de que natureza?

Político! “Sou o único responsável político pela elaboração desta investigação.”

Deputado José Contente (PS): Nem sequer é político!

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Portanto, Sras. e Srs. Deputados do Partido Socialista, para serem consequentes com os erros que imputam a este relatório (e eu não estou a pôr em causa a legitimidade desses erros, mas para serem consequentes) os senhores só têm que fazer uma coisa: é pedir a demissão deste diretor deste Gabinete, porque este senhor é um perigo para a prevenção e para a segurança nacional, porque faz um relatório todo ele errado ...

Deputado José Contente (PS): O Bloco de Esquerda no continente é que faz isso!

A Oradora: ... em coisas absolutamente elementares, primárias que nem um aluno do primeiro é capaz de fazer.

Sejam consequentes. Peçam a demissão deste senhor.

Este senhor é incompetente, este senhor é mentiroso, este senhor não pode ser um diretor de um gabinete nacional que vela pela prevenção e pela segurança de todos os portugueses e portuguesas.

Deputado André Bradford (PS): Isso não foi dito!

A Oradora: Finalmente, dizer também o seguinte.

O Sr. Deputado Lizuarte Machado na sua intervenção brilhante acabou por dar, no ponto de vista do Bloco de Esquerda, um grande contributo para a efetiva compreensão daquilo que é a responsabilidade política, a responsabilidade que está por trás do acidente mortal que nos obriga a estar aqui hoje neste debate. Ele explicou muito bem, implicitamente, o que é a responsabilidade política.

Agora, tenho uma questão a levantar ao Sr. Deputado Lizuarte Machado que não posso deixar de o fazer: para o Sr. Deputado ser consequente com a brilhante aula (atrevo-me a dizer) que deu neste plenário (pelo menos a mim reconheço que deu, porque não sou reconhecidamente especialista na matéria, o senhor é), há uma questão, Sr. Deputado, que não posso deixar de lhe fazer em nome da verdade e em nome da frontalidade a que todos os deputados e deputadas desta Casa estão obrigados. O Sr. Deputado Lizuarte Machado no dia 5 de dezembro, ou seja, menos de um mês depois do acidente mortal, Sras. e Srs. Deputados (menos de um mês depois), quando não havia nenhum relatório, quando não havia nenhuma investigação, quando não havia coisíssima nenhuma, afirmou e escreveu o seguinte: ...

Deputado Miguel Costa (PS): Exatamente por isso!

A Oradora: “Relativamente à segunda questão [qual é a segunda questão? A responsabilidade política.], não tenho dúvidas de que tratando-se de um acidente de grande gravidade, envolvendo meios de duas empresas públicas tuteladas pelo mesmo governante, seguindo, aliás, os bons exemplos que em circunstâncias similares outros governantes deram, o mesmo se devia ter demitido e a não ter tido o discernimento suficiente para tal devia ter sido demitido. O responsável político deve assumir sempre atitudes coerentes e exemplares.”

O Sr. Deputado Lizuarte Machado disse isto. Subscrovo completamente. Não é agora! Já subscrevi na altura e muitos deputados e deputadas desta Casa também o fizeram seguramente, aliás, já o disseram. Lá fora, fora desta Casa, muitas pessoas se reviram naquilo que o Sr. Deputado tinha escrito.

Agora, Sr. Deputado, “a bota não bate com perdigota.”

O senhor afirmou que só aceitou integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito, porque lhe tinha sido garantido pelo Presidente do Governo Regional que a máxima isenção iria ser seguida e que as conclusões iriam sair doesse a quem doesse.

Sr. Deputado, quero acreditar nas suas palavras, mas as suas palavras não rimam. A isenção com que o senhor aqui se compromete, não rimam com esta afirmação feita no dia 5 de dezembro de 2014 e que o senhor até hoje, em todas as intervenções brilhantes que tem feito sobre o acidente, nunca teve a possibilidade, ou pelo menos, a frontalidade de recordar ao povo açoriano.

E assim, Sr. Deputado, aquilo que o senhor está a fazer é deixar a dúvida nos açorianos e açorianas.

Afinal de que lado é que o senhor está?

O senhor continua a pensar que o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes se devia ter demitido dando o exemplo da lisura, dando o exemplo da responsabilidade política ou então ser demitido; ou mudou de ideias?

É isto que eu (eu, Bloco de Esquerda), e tenho a certeza milhares e milhares de açorianos e açorianas, quererão compreender.

Para já, são algumas conclusões que são possíveis tirar.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para esta intervenção para efetivamente dar resposta a algumas das questões que foram colocadas e que por lapso meu não tive oportunidade de responder na primeira intervenção.

Sra. Deputada Zuraída Soares, este relatório, o relatório que estamos a discutir, o Governo teve conhecimento dele no dia em que ele foi publicado.

O Governo teve conhecimento de um documento prévio que foi enviado para a Portos dos Açores e para a Transmaçor para estas se pronunciarem e o contestarem e teve conhecimento ...

Deputada Zuraída Soares (BE): E onde é que está esse documento?

O Orador: Se me permitir, deixe-me terminar e depois terá oportunidade para colocar todas as questões que entender.

Esse documento prévio, que foi enviado no âmbito da lei, como o Sr. Deputado Lizuarte Machado teve a oportunidade de dizer e muito bem, explicou muito bem todo o procedimento, faz parte do processo de construção dos relatórios em que as empresas tiveram oportunidade de o contestar e fizeram-no e a Portos dos Açores e a Transmaçor fizeram pondo em causa algumas das questões que foram levantadas tecnicamente pelo relatório e que brilhantemente foram expostas aqui, algumas delas, pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado.

O relatório final, este relatório que estamos aqui em análise, o Governo teve conhecimento quando todos tivemos conhecimento, aliás, é esse o procedimento que o GPIAM segue, porque quem tem a responsabilidade de divulgar o relatório ao público é o próprio GPIAM.

Posso dizer-lhe também que nem as próprias entidades ainda foram notificadas das recomendações que o próprio relatório tem, porque as entidades têm de ser notificadas destas recomendações para as implementar, mas mesmo antes de o ser e desde o momento em que o

relatório é conhecido, e na linha daquilo que já vinha sendo feito anteriormente, estão a desenvolver todas as atividades para ir de acordo com estas recomendações que constam do relatório.

Também lhe posso dizer outra coisa.

A segurança não se discute, pratica-se ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): As responsabilidades assumem-se, não se exigem!

O Orador: ... e a prova disso é que as entidades, no que concerne às recomendações, não contestaram recomendações.

As recomendações são estas. Tudo o que se possa fazer para melhorar e para aumentar os níveis de segurança deve ser feito.

O que foi sim contestado foram algumas das avaliações técnicas que foram feitas, algumas das conclusões que o próprio relatório tem que não correspondem à prática daquilo que as empresas fazem.

A Sra. Deputada também fez uma afirmação, julgo que foi uma afirmação e não uma questão, mas que eu gostaria de esclarecer, foi que ao longo deste período que tanto o Governo, como a Portos dos Açores, como a Transmaçor, têm sonogado informação.

Sra. Deputada, isso não corresponde minimamente à verdade. Existe um conjunto de pareceres e peritagens que foram solicitados por ambas as entidades que fizeram aquilo que tem de ser feito. Pegaram nesses pareceres e nessas peritagens e encaminharam-nos para a autoridade marítima para esta os endereçar ao Ministério Público e essa informação, toda essa informação, será igualmente facultada no âmbito da Comissão de Inquérito que está a decorrer.

É este o processo que tem de ser exercido no âmbito de facultações de toda esta informação.

Em relação à questão da responsabilidade política permita-me dizer que o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse tudo o que se poderia dizer e de uma forma brilhante e a responsabilidade política, tanto minha como do Eng.º Fernando Nascimento, que é isso que tem sido aqui posto em causa, vai precisamente no sentido daquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse. Acho que é perceptível para todas as pessoas que nós não somos super-homens e quando não há uma informação precisa que está posta em causa a segurança e que nada se faça, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Basta só ser competente!

O Orador: ... não se pode imputar responsabilidades políticas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quem não dá informação é que tem responsabilidade!

O Orador: Se alguma vez tivesse sido levantada a questão de que a segurança estava em causa devido ao método que a Portos dos Açores estava a utilizar, aí sim havia responsabilidade política se não se tivesse feito nada.

Não havendo, porque é prática corrente em todos os portos nacionais, são os métodos que a Portos dos Açores pratica.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso não é verdade!

O Orador: A única falha que se pode aqui apontar é única e exclusivamente ao registo.

Agora também lhe digo uma coisa, Sra. Deputada: não é o registo que garantia que não houvesse o colapso do cabeço.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Inspeção sem registo não existe!

Deputado Miguel Costa (PS): Como eram os registos do teu Governo?

O Orador: Na linha daquilo que foi dito inclusivamente pela Sra. Deputada Graça Silveira, aquilo que se verificou é que o sistema que está a ser utilizado e como disse é generalizado nos portos nacionais, não se

mostrou eficaz neste caso concreto em que colapsou o cabeço e que provocou o acidente fatal que todos nós lamentamos.

Dado isso, foi necessário procurar sistemas alternativos que possam dar resposta, uma resposta mais eficaz para o futuro e para assegurar que acidentes desta natureza possam voltar a acontecer.

Para apurar culpados e responsáveis existem instituições próprias que estão a desenvolver o seu trabalho ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é crime!

O Orador: ... e nós devemos respeitar o trabalho a desenvolver por todas essas entidades no âmbito das suas competências.

Aquilo que é a competência do Governo e aquilo que é o nosso compromisso é tudo fazermos, trabalharmos arduamente em conjunto com todos para evitar que situações futuras possam acontecer, lamentando naturalmente aquilo que aconteceu no passado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Experimenta também não fazer registos das inspeções visuais aos aviões para ver o que acontece!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O Sr. Secretário não respondeu às minhas perguntas!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Lizuarte Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Graça Silveira, a ponte cais da Madalena, em termos de projeto, foi dimensionada para navios de cerca de 70 metros, com 15 metros de boca, 3 metros e meio de calado e deslocamento de 2.100 toneladas.

Todo o sistema de amarração, incluindo naturalmente os cabeços como é óbvio, que são fundamentais, foram dimensionados para este tipo de

navio e, portanto, se reparar os cabeços são de 200 KN. Se analisar os dados internacionais, cabeços de 200 KN dão para navios até muito mais de 2 mil toneladas e os navios que lá operam têm apenas um quarto deste deslocamento.

Portanto, tudo estava perfeitamente dimensionado.

Depois também é errado afirmar-se que a Portos dos Açores foi à pressa substituir cabeços de 20 toneladas por cabeços de 30. Isso não é verdade.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Afirmações do Sr. Secretário, públicas!

O Orador: A Portos dos Açores substituiu os cabeços de 20 toneladas por cabeços de 30, porque eram os únicos que tinham em *stock*, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ah!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas o Sr. Secretário não sabia!

O Orador: ... mas não porque os cabeços de 20 ...

Isso é público! Só conheço o que é público como a Sra. Deputada.

... toneladas não fossem mais do que suficientes para amarração dos navios Mestre Simão e Gilberto Mariano. Que relativamente a isso não haja nenhuma dúvida.

Saltaram por razões que veremos durante os trabalhos da Comissão e que eu neste momento, também não tendo outros elementos, não posso evidentemente entrar por aí.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas vão continuar a saltar ou já pararam?

O Orador: Portanto, não eram desconhecidas as características dos navios.

Sra. Deputada Zuraida Soares, relativamente a este relatório que considero da maior importância, que eu teci algumas considerações técnicas que me pareceram relevantes para esclarecer o plenário,

obviamente podia ter até tecido mais considerações, por exemplo, como é que é possível que dois investigadores em dia e meio, num acidente desta gravidade (em dia e meio!), consigam recolher elementos de prova suficientes para fazer o relatório?

Deputado Jorge Macedo (PSD): São muito incompetentes!

O Orador: Isso é um dado que também se pode colocar.

Depois a outra questão que também se poderia colocar é como é que é possível que o relatório ignore que à frente do navio Gilberto Mariano estava um navio porta contentores atracado e o navio é uma plataforma flutuante ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A não ser que o senhor me diga que não são 20 toneladas!

O Orador: ... e, portanto, exerce, sobre a massa de água que através dele se movimenta, uma determinada ação que do ponto de vista científico tem que ser devidamente enquadrada e que não é despiciente, aliás, até é muito importante, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O senhor pode dizer o que quiser. Os cabos estavam sobredimensionados, os cabeços sobredimensionados. Ponto!

O Orador: ... é um princípio fundamental que todo o homem do mar tem obrigação de conhecer e que foi enunciado por Bernoulli, que é o princípio de conservação de energia.

Depois, Sra. Deputada uma outra questão. O Diretor do Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes Marítimos é o responsável técnico. O responsável político é o Sr. Secretário de Estado, obviamente como não podia deixar de ser de outra forma.

Relativamente, ao meu artigo a que a Sra. Deputada fez referência, devo dizer que me continuo a rever integralmente naquilo que disse no artigo a que fez referência.

Lembra-se do artigo a que fez referência?

Revejo-me integralmente naquilo que disse. Em circunstâncias idênticas procederei exatamente da mesma maneira por ser esse o meu entendimento. É o meu entendimento pessoal.

Não foi assim que as coisas se passaram. Não estava na minha mão que elas se passassem assim.

Portanto, revejo-me integralmente naquilo que disse. Em circunstâncias idênticas direi exatamente a mesma coisa, só que neste momento o que entendo é que estando no ponto em que está a investigação das mais diversas entidades, nomeadamente da autoridade marítima, do Ministério Público e a própria Comissão de Inquérito, entendo que agora devemos levar este assunto até ao fim com total isenção e apurando a verdade do a quem doer. É isso que entendo que devemos fazer agora. Entendo que chegou a hora, o momento de o fazermos.

Quanto ao resto só sou responsável pelos meus atos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Cláudio Lopes, tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, a inspeção feita à vista, sem registos, faz lembrar uma governação à vista que é isto que tem acontecido na pasta dos Transportes e do Turismo deste Governo Regional que temos.

Nós entendemos, o PSD, que nesta questão que envolve a matéria relacionada com a Comissão de Inquérito há um tempo para os técnicos e há um tempo para os políticos.

O tempo para os técnicos será ao longo do trabalho da Comissão na análise dos documentos e nas audições que faremos sobre autores desses documentos e também alguns protagonistas de todo este processo, mas hoje aqui e sempre e desde a primeira hora nós não nos devemos dispensar da avaliação política e do cargo que exercemos, que somos políticos.

Portanto, eu não percebendo nada de questões técnicas relacionadas com obras marítimas, nem com navegação, estou apenas e em nome da bancada do PSD a exercer a minha função política, o meu compromisso político para com os açorianos e para com este Parlamento e nesse contexto vou continuar a insistir na ideia de que a leitura que posso fazer deste relatório não será de caráter técnico, mas sim de uma avaliação política.

Como dizia na primeira intervenção e aliás com a aprovação disso que eu disse por parte do Sr. Deputado Lizuarte Machado, este relatório, numa análise política que faço dele, é muito claro.

O acidente que ocorreu em São Roque do Pico no dia 14 de novembro de 2014 deveu-se à falta de manutenção dos cabeços de amarração.

Deputado José Contente (PS): Isso é falso!

Deputado Miguel Costa (PS): E?

O Orador: Aliás, essa é logo a primeira das conclusões do relatório que vou reler: “Fatores contributivos para o acidente que se podem identificar: a ausência continuada de manutenção ao longo de mais de 30 anos de existência de trabalho dos cabeços por parte da empresa Portos dos Açores e aos equipamentos de amarração implantados no cais dos seus portos, em particular no porto de São Roque.” Primeira das conclusões.

Depois fala da fratura do cabeça em causa, fala do sobredimensionamento dos cabos, fala da exposição de rotação ao alto, fala da metodologia de atração e, meus amigos, perante aquilo que eu ouvi aqui hoje já ao longo deste debate não sei se estariam todos à espera que uma das conclusões fosse também esta: de que o passageiro atingido por aquele cabeça e que veio a falecer por causa disso só estava no sítio errado, na hora errada.

Não sei se é essa a conclusão que querem tirar?

Porque de resto, as explicações técnicas que o Sr. Deputado Lizuarte aqui trouxe de grande competência como ele é na matéria e que nós agradecemos a grande lição que aqui recebemos dele hoje no campo técnico, levam-me a fazer uma pergunta ao Sr. Secretário: estas observações técnicas feitas hoje aqui pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado constituíram-se em alegações de contraditório ao esboço do relatório prévio? Ou não fizeram parte desse contraditório?

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não podiam fazer, porque eu não conhecia o relatório!

O Orador: É que se fizeram e os senhores agora acabam por afirmar que vão implementar medidas que aqui vêm propostas por este relatório, então há aqui uma incoerência tremenda: os senhores não concordam com o teor do relatório porque está muito mal fundamentado tecnicamente, mas vão implementar as medidas que ele mesmo recomenda e preconiza.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Em que é que ficamos?

Vão cair em erros também porque o relatório está errado, está mal fundamentado?

Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo, aquilo que todos nós esperávamos, que estas bancadas, incluindo a do Partido Socialista pela

voz do Sr. Deputado Lizuarte Machado que foi o primeiro a pronunciar-se desta forma a 5 de dezembro de 2014, menos de um mês depois do acidente, era de que o senhor em consciência e numa atitude de política de responsabilidade e até numa atitude cívica tivesse na primeira hora pedido a sua demissão perante o acidente que ocorreu a 14 de novembro de 2014.

Aliás, à semelhança do que o ex-Ministro Jorge Coelho fez aquando da tragédia da ponte Entre Rios, em que não esteve, não vacilou, perante o momento não vacilou esperar por relatórios técnicos nem de qualquer outra natureza.

Porque uma coisa é responsabilidade criminal, outra coisa é a responsabilidade política ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: ... e o senhor tem responsabilidade política neste processo, embora não a queira assumir, desde o primeiro momento em que rebentaram cabeços na rampa da Horta, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: ... desde o momento em que rebentaram cabeços na Madalena, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... porque o rebentamento desses cabeços já podiam ter causado a morte a algum cidadão, mas o senhor nem sequer perante isso se acautelou e tomou medidas de precaução. Deixou que morresse um passageiro para então tomar a responsabilidade, ou pelo menos a noção de que algo de muito grave estava a acontecer e que era preciso agir.

Isto é não assumir a responsabilidade da função que exerce, Sr. Secretário Regional.

O exercício dos cargos políticos têm as suas contingências e não podemos estar só na linha da frente quando é para as inaugurações das obras. Temos que assumir a responsabilidade dos nossos erros e das nossas omissões e o senhor não está a assumir a responsabilidade do cargo que exerce, numa matéria tão grave como aquela que aconteceu.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Resta saber porquê.

É para se proteger a si próprio ou é para proteger o Presidente do Governo Regional dos Açores?

Diga-o: com que é que o senhor está preocupado e com quem é que o senhor está preocupado em defender? É a si próprio ou é ao Presidente do Governo Regional dos Açores?

Isso merece ser explicado neste Parlamento.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Mas, Sr. Secretário Regional, há muita matéria que precisa de ser esclarecida e clarificada.

Por causa do acidente que ocorreu a 14 de novembro em São Roque e dos rebentamentos dos cabeços que também já tinha acontecido na Madalena, os senhores interditaram a utilização das rampas da Madalena e de São Roque por largos meses.

Na Madalena durante três meses e em São Roque durante mais de seis meses.

A suspensão da operacionalidade da rampa de São Roque só é interrompida a 7 de maio pela atracagem do Expresso Santorini.

Aliás, é feita uma entrevista ao Sr. Comandante e Deputado Lizuarte Machado que acho que falou nesse como Comandante da Marinha em

que disse que o Expresso Santorini (está nos arquivos da RTP-Açores) tinha atracado na rampa de São Roque em perfeitas condições legais e técnicas.

Portanto, pergunta-se: por que é que durante seis meses esta rampa esteve vedada à sua operacionalidade, prejudicando imenso a economia da ilha do Pico, os utentes, passageiros e empresários daquela ilha e das ilhas do triângulo?

O senhor tem a noção de quanto prejudicou a economia destas ilhas do triângulo por causa de uma decisão que supostamente esteve errada durante seis meses?

Porque quando o Expresso Santorini ao fim de seis meses, a 7 de maio, atraca na rampa de São Roque é reconhecido não só pelo Sr. Comandante e Deputado Lizuarte Machado, como também pelo porto da Capitania da Horta, de que não havia questões técnicas nem legais que impedissem que o Expresso Santorini ali operasse, nem que os navios da Transmaçor (Gilberto Mariano e Mestre Simão) também pudessem operar e que se esperava que viessem a operar logo nos próximos dias.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*): Isso não é verdade!

O Orador: Mas há mais!

O senhor não só mantém esta decisão, como dá instruções à Transmaçor para no horário de verão manter suspensa a operacionalidade da rampa de São Roque até setembro.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*): Sejamos sérios! Isso não é verdade!

O Orador: Sérios?!

O senhor não fale de seriedade comigo, porque o que lhe estou a dizer é sério, mas a própria verdade o vai afirmar.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*): Ah, pois vai!

O Orador: O senhor mantém esta orientação na Transmaçor para entrar em funcionamento no dia 1 de junho de 2015, este ano, prejudicando, portanto, com isto toda a época de verão.

No dia 2 de junho o Governo Regional chega ao Pico e perante a solicitação do Conselho de Ilha em que abrisse de novo esta rampa, nem que fosse apenas para o embarque e desembarque de passageiros, ...

Deputado Berto Messias (*PS*): O que é que isso tem a ver com o relatório do acidente?

O Orador: ... os senhores deram instruções à Transmaçor para que os navios operassem de novo em São Roque.

As tais condições de falta de segurança que havia até ao dia 1 de junho e que deixaram de existir no dia 2 de junho, quais são elas?

Quais são essas razões de segurança?

O que é que aconteceu do dia 1 para o dia 2 de junho em matéria de segurança que deixou de impedir que os navios da Transmaçor operassem em São Roque e que no dia 2 já era possível que operassem?

Tem de explicar isto, Sr. Secretário Regional, porque com isto o senhor tem prejudicado muito a ilha do Pico, a sua economia, os passageiros que circulam na área do triângulo e todos os empresários que fazem o uso deste serviço público marítimo de passageiros para organizar as suas vidas empresariais e ter a sua atividade económica.

Estas decisões, Sr. Secretário, têm destruído aquilo que era um serviço histórico feito em segurança, de confiança e com certeza de horários e de itinerários. O senhor tem-se encarregue de destruir todo este serviço.

Mas aqui hoje já quase todas as bancadas pediram a sua demissão e o senhor insiste em não se demitir.

Eu reitero a pergunta que a Deputada Zuraida Soares dirigiu ao Sr. Deputado Lizuarte Machado: apesar das suas considerações técnicas o senhor continua a pensar como pensava no dia 5 de dezembro quando escreveu de que a responsabilidade política deste caso deveria ter tido de duas, uma: ou uma iniciativa do próprio Secretário a apresentar a sua demissão, ou então uma iniciativa do Presidente do Governo a fazer a demissão do Secretário Regional da tutela? O senhor mantém essa posição?

Gostava que o afirmasse hoje aqui ...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Já respondi!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não ouvi nada!

O Orador: ... para também ficarmos clarinhos em relação à sua posição política e de observação técnica deste assunto.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

Dispõe de um minuto e meio.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O apêndice!

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta Assembleia, quer o Governo Regional queira, quer não; quer o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes queira, quer não, o nosso trabalho é apurar, julgar e avaliar a responsabilidade política e fiscalizar os atos do Governo e, portanto, quer se queira, quer não, é assim o nosso

funcionamento, é o funcionamento da democracia por muito incomodo que isso possa causar ao Governo Regional.

Já percebi que o Sr. Secretário Regional relativamente às questões que levantei na minha intervenção inicial passou por elas como “cão por vinha vindimada”, mas vou então fazer uma pergunta ao Sr. Comandante Lizuarte Machado que hoje fez aqui uma intervenção que, ao contrário de outras intervenções do Deputado Lizuarte Machado, na minha opinião, ficou aquém do desejável, porque este hemiciclo não precisava de um consultor técnico, que foi aquilo que o Deputado Lizuarte Machado hoje nos fez aqui, mas ainda assim e tomando e respeitando certamente a opinião e a intervenção do Deputado Lizuarte Machado, gostaria de saber a opinião do Deputado Lizuarte Machado ou do consultor Lizuarte Machado sobre o seguinte: ...

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a terminar. Terá mesmo que fazer a pergunta.

O Orador: É já, Sra. Presidente. Vamos terminar já. É só fazer a pergunta.

... rebentaram cabos de amarração, rebentaram cabeços de amarração. O que é que foi feito?

O que é que o senhor faria?

Depois de ter conhecimento destes incidentes, o que é que V. Exa. faria, Sr. Deputado, se tivesse responsabilidade na tutela?

O que é que faria?

Porque isto foi do conhecimento público. Toda a gente teve conhecimento destes incidentes.

O que é que foi feito?

Nós sabemos o que é que foi feito e o que foi feito foi errado. Essa responsabilidade é da tutela, não é do mestre da embarcação, não é de

quem fazia as vistorias a olho nu. Essa responsabilidade também não é do Presidente da Portos dos Açores.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Essa responsabilidade também não é, ou pelo menos a que nós apuramos aqui, da administração da Transmaçor.

Essa responsabilidade é de quem tutela os transportes.

Agradecia que, se pudesse, Sr. Deputado, esclarecesse este aspeto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Esgotou o seu tempo para este debate.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Registo que o Sr. Secretário respondeu apenas a uma das questões que lhe coloquei.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Já estou inscrito. Já lá vou!

A Oradora: Já estive inscrito. Já lhe coloquei as questões. Volto-lhe a lembrar.

Registo que me respondeu claramente que a Portos dos Açores adotou o novo plano oficial de inspeção de cabeços, porque a inspeção visual que se fazia não se provou ter funcionado neste caso específico do acidente de São Roque.

Pergunto-lhe, Sr. Secretário: o único cabeço que olhando para ele qualquer um de nós por inspeção visual de tão degradado que estava diria inoperacional, o senhor diz que é a única justificação que há para se deixar de fazer uma inspeção visual, passando a adotar, finalmente, um plano oficial de inspeção.

Registo a sua explicação, mas esqueceu-se de me explicar se não se deveria ter feito um procedimento de verificação antes do início da operação dos novos navios, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Obviamente que sim!

A Oradora: ... qual a justificação que a Portos dos Açores lhe deu a si que tutela os transportes para não o ter feito e quem é que tem competência para mandar substituir cabos nos barcos por cabos com maior tensão de cedência.

Continuo à espera das suas respostas.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Graça Silveira, eu ia chegar a estas questões que foram colocadas. A Sra. Deputada antecipou a sua intervenção.

No momento da entrada em funcionamento dos novos navios os procedimentos de certificação e de verificação de operacionalidade foram feitos.

Aliás, as entidades certificadoras entenderam que estava tudo em condições para que a operação pudesse decorrer, caso contrário a mesma não teria acontecido.

Em relação à questão muito concreta se os mestres das embarcações têm ou não têm competência para alterar os cabos, legalmente têm. Eles têm competência para fazer esse tipo de alteração dentro daquilo que são as condições da operação do navio.

Gostaria, no entanto, de voltar aqui a algumas das questões que foram colocadas a bem da verdade.

O Sr. Deputado Cláudio Lopes numa postura abusiva, irresponsável ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor a falar de irresponsabilidade!

Deputado Joaquim Machado (PSD): É preciso ter lata!

O Orador: ... no que concerne à leitura do relatório, afirmou perentoriamente que a causa deste acidente se devia à falta de manutenção dos cabeços.

Sr. Deputado Cláudio Lopes, isto não é o que está escrito no relatório.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Já leu isto?

O Orador: O que é dito no relatório é que este é um dos fatores contributivos.

O Sr. Deputado Cláudio Lopes também perguntou a dada altura se as observações técnicas que foram feitas no contraditório se tinham ou não a ver com aquilo que o Sr. Deputado Lizuarte Machado tinha dito.

Tinham, Sr. Deputado, mas se o Sr. Deputado estivesse atento à minha intervenção anterior, também disse que independentemente da contestação que possa haver aos fundamentos técnicos de elaboração do relatório que nem a Portos dos Açores, nem a Transmaçor ...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Estou atento à sua falta de transparência que é mais grave!

O Orador: ... puseram em causa as recomendações de segurança, porque a segurança não se discute, pratica-se.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: É isso mesmo!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas antes do acidente, previne-se!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Esse é que é o problema!

O Orador: E se há um conjunto de recomendações que visam o reforço de segurança não são as empresas e muito menos o Governo que vai dizer para que não se aplique essas recomendações. Não!

Vamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que essas recomendações sejam efetivamente implementadas.

Oh, Sr. Deputado Cláudio Lopes, todos nós sabemos o amor que o PSD nutre por mim. Todos nós sabemos as causas desse amor.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são? Eu não sei!

Deputado Luís Maurício (PSD): Quais são? Responda àquilo que lhe perguntam!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é que é seriedade!

O Orador: Não me envergonho do meu passado, mas também todos nós sabemos qual é a prática ...

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... atual deste PSD: uns dias é pombo-correio da República, noutros dias faz o aproveitamento indecoroso das mais diversas situações como está a fazer claramente desta.

O Governo dos Açores não entra nessa onda, Sr. Deputado.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): É muito triste que o senhor leve o debate por esse caminho! É triste ver a sua irresponsabilidade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi o recadinho que lhe deram!

O Orador: O Governo dos Açores também lhe posso dizer, e no meu caso concreto, que a nossa preocupação não é com o que o PSD diz. A minha preocupação ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Viu-se! Viu-se!

O Orador: ... é fazer com que os açorianos e as açorianas possam viver melhor na nossa terra, Sr. Deputado.

E também lhe digo mais Sr. Deputado: ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Que vergonha!

O Orador: ... aquilo que o senhor diz que eu fui um malfeitor para a economia do Pico, também lhe vou dizer uma coisa. Quando estiver em causa segurança, Sr. Deputado, eu não tenho qualquer problema em pôr em causa a economia, ao contrário do seu Governo da República que não se importa de sacrificar os portugueses para ter resultados económicos, indicadores económicos que sejam mais favoráveis.

Deputado Luís Maurício (PSD): Tenha decência!

Deputado Bruno Belo (PSD): Que o senhor votou neles!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, e a bem da verdade e porque aqui devemos ser sérios, Sr. Deputado, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Sérios?! O senhor não fale em seriedade! Sabe lá isso o que é!

O Orador: ... aqui como lá fora devemos falar a verdade, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... aquilo que o Sr. Deputado afirmou (e o Sr. Deputado sabe que é verdade), o Sr. Deputado disse-o de propósito nesta Casa ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Tenha respeito!

O Orador: ... sabendo que não estava a dizer a verdade, o que se passa na rampa de São Roque do Pico é que o Expresso Santorini pode utilizar pontos de amarração diferentes daqueles que utiliza o Gilberto Mariano e o Mestre Simão.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso é que o Expresso Santorini pode executar, pode utilizar a rampa e pode desenvolver a operação.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): É triste o senhor não ter noção do seu papel!

O Orador: Não podia ser antes Sr. Deputado, porque o Expresso Santorini não estava em funcionamento, não estava a trabalhar. Só tínhamos o barco Mestre Simão e Gilberto Mariano a desenvolver a operação no triângulo que neste momento ainda não tem condições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fale de amor!

O Orador: Como sabe, os cabeços foram inviabilizados, a sua utilização por indicação do Ministério Público, para operarem na rampa ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, Sr. Secretário, fale lá de amor!

O Orador: ... e aquilo que foi feito, Sr. Deputado, vou-lhe explicar como tive oportunidade (o Sr. Deputado, julgo que não estava no Conselho de Ilha, mas tive oportunidade) de explicar.

A Transmaçor quando definiu os horários para o triângulo no verão privilegiou a poupança de tempo nas deslocações, ...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Ai é?

O Orador: ... sendo que o objetivo era garantir sempre que se verificasse o transporte de viaturas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esses barcos que assassinam baleias!

O Orador: Como a rampa de São Roque está inoperacional para o navio Mestre Simão e Gilberto Mariano ...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Pergunte aos agentes de viagem o que eles dizem! O senhor não vive neste mundo! Tinha de descer à terra!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estamos aqui para esclarecer as questões. Vamos permitir que o Sr. Secretário Regional conclua a sua intervenção.

Sr. Secretário.

O Orador: Sra. Presidente, se me permitir.

Todos nós sabemos que a rampa continua inoperacional e perante as reivindicações da população do Pico (que são legítimas naturalmente e

nós estamos cá para ouvir e para corrigir a atuação quando for necessário)

...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: ... de que seria importante a passagem em São Roque, mesmo não tendo a possibilidade de executar o transporte de viaturas, foi dada indicações à Transmaçor para rever a sua operação e tentar conciliar sempre que possível e garantindo a segurança da operação que a mesma escalasse o porto de São Roque.

É isto que foi feito e é isto que foi implementado ...

Deputado Cláudio Lopes (*PSD*): Então por que é que o senhor da Portos dos Açores alegava falta de segurança até ao dia 1? Vá aos arquivos da RTP!

O Orador: ... para bem da população do Faial, do Pico e de São Jorge, de forma a se dar uma resposta eficaz em termos de mobilidade a todos os que utilizam de uma forma regular, e a todos aqueles que nos visitam, este tipo de transporte.

Oh, Sr. Deputado, quanto à navegação à vista (e fez questão de referir também o turismo e os transportes), os números falam por si e estamos conversados.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Nós vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço.

O Sr. Secretário da Mesa irá fazer o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: Governo Regional, 8 minutos e 20 segundos; Partido Socialista, 7 minutos; Bloco de Esquerda, 5 minutos e 5 segundos; PSD,

4 minutos e 20 segundos; CDS-PP, 8 minutos e 25 segundos; PCP, já não tem tempo e PPM, 3 minutos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos às 15 horas para continuar este ponto da Agenda.

Um bom almoço a todos.

Eram 13 horas e 04 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar com o ponto número um da nossa Agenda, a interpelação requerida pelo Bloco de Esquerda.

Eram 15 horas e 12 minutos.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Como é que não tem inscrições? Eu tinha-me inscrito!

Presidente: Tinha, mas também já tinha usado da palavra, mas dou-lhe a palavra novamente, Sra. Deputada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quando disse que íamos para intervalo pedi para me inscrever!

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira, tem então a palavra, se faz favor.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, se de facto foi feita uma verificação antes do início da operação dos novos barcos e estava tudo bem, aquilo que o senhor afirma aqui perante nós hoje é que os cabeços de 20 toneladas afinal estão bem

dimensionados e são para manter, que a tensão de cedência dos cabos de amarração é a correta e, portanto, são igualmente para manter, logo, estão reunidas como sempre estiveram todas as condições de segurança dos passageiros e que o acidente que se verificou em São Roque do Pico foi apenas um lamentável azar.

Sabe, Sr. Secretário, azar, azar mesmo, são os açorianos terem de continuar a ser governados por pessoas como os senhores.

Muito obrigada.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Que arrogância!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Lizuarte Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas e da minha parte para concluir a minha participação neste debate, este debate foi efetivamente interessante, umas vezes discutiram-se questões técnicas quando dava jeito, outras vezes discutiram-se as questões políticas quando dava jeito, mas há uma coisa que obviamente é efetivamente verdade e que foi afirmada pelo Deputado Cláudio Lopes: não podemos dispensar a avaliação política, como também não podemos dispensar a avaliação técnica. As duas são indissociáveis.

No que diz respeito à avaliação política e porque me colocou essa questão, a avaliação feita por mim num peditório onde eu dei já há muitos meses atrás e onde fui o primeiro a fazê-lo, escuso de me pronunciar mais porque julgo ter sido suficientemente claro quando respondi à proponente deste debate, à Sra. Deputada Zuraida Soares. Relativamente a essa

matéria julgo que fui suficientemente claro e, portanto, dispense-me de voltar a pronunciar sobre o mesmo.

Sra. Deputada Graça Silveira, quem se referiu que os cabeços de 20 toneladas estavam bem dimensionados fui eu. Efetivamente os cabeços de 20 toneladas estavam bem dimensionados, mas não me ouviu pronunciar, porque isso fá-lo-ei na Comissão, sobre os cabos de amarração. Isso é uma outra matéria sobre a qual falaremos na Comissão.

Reportando-me à intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires que enfim diz que o hemicycle não precisava de um assessor técnico sobre esta matéria, obviamente eu não pretendi ser o assessor técnico do hemicycle. Apenas teci algumas considerações e alguns comentários, procurei até não ser maçador, porque as minhas considerações e os meus comentários sobre este relatório estão expressas neste documento que eu fiz e que por acaso até tem 22 páginas, portanto, é bastante mais extenso. Limitei-me apenas a algumas questões mais relevantes e não à análise de todo o documento como é óbvio e como não podia deixar de ser.

É evidente, tenho absoluta consciência, de que tal como o relatório do Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes Marítimos está sujeito a análise e à crítica (que foi no fundo aquilo que eu fiz), também aquilo que são as minhas observações estão obviamente sujeitas à análise e à crítica de todos os que assim o entendam, como não poderia deixar de ser.

A concluir gostava apenas só de deixar uma nota de que não pode ficar deste debate a ideia de que não é feito o acompanhamento dos cabeços de amarração dos portos da Região, que não é feito o acompanhamento, que não são reportadas as deficiências detetadas e que não são corrigidas, porque isso é completamente falso.

Portanto, é assim que este acidente ocorre ao fim de décadas e décadas de operação de navios de grande dimensão nos nossos portos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Na Madalena, Sr. Comandante!

O Orador: Portanto, os nossos portos são efetivamente seguros. Este acidente ocorreu e este acidente tem de ser separado das ocorrências da Madalena e da Horta que eram cabeços novos. Como veremos na Comissão também haverá naturalmente justificação para o que aconteceu, ou não, isso depois veremos, mas os nossos portos são efetivamente, do ponto de vista da sua operação, seguros e quem viaja pelos nossos portos, quer os navios, quer os passageiros, quer as tripulações, obviamente podem estar certas e seguras de que o fazem em segurança.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Cláudio Lopes, tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em 2010, Vasco Cordeiro, quando era Secretário Regional da Economia, prometeu uma revolução silenciosa nos transportes marítimos.

Em 2012, o mesmo Vasco Cordeiro, já então Presidente do Governo Regional, prometeu uma revolução tranquila nos transportes marítimos.

E o que nos foi oferecido?

Até agora uma revolução que de tranquila nada teve e se pretende ser silenciosa perante os problemas graves que tem ocorrido não contará com o silêncio do PSD-Açores, mas sim com a sua denúncia.

Deputada Judite Parreira e Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Perante os graves problemas que têm acontecido o Governo reage gerindo, tanto quanto pode, silêncios irresponsáveis, escuda-se em relatórios que tardam em aparecer, esconde-se atrás dos arbustos quando lhe dá jeito. Pratica uma espécie de política de avestruz, enfia a cabeça na areia esperando que a tempestade passe.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Para cúmulo, este Governo em vez de exigir responsabilidades políticas a quem devia, renova a confiança política a quem não a merece.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário Regional do Turismo e dos Transportes, a JSD de que o senhor foi líder era uma boa escola de política.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era! Já não é!

O Orador: Não lhe ensinou certamente que não se deve assumir a responsabilidade política quando se deve assumir a responsabilidade política.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário, perante tudo o que se passou e atendendo ao debate que hoje aqui ocorreu, só tenho uma coisa para lhe dizer: o senhor só se mantém nesse cargo político porque não tem vergonha, nem consciência da gravidade do que aconteceu, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque se tivesse já tinha arrumado as suas coisas, tinha ido para casa, seguindo aliás o conselho sábio do Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Artur Lima e Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Voltava à JSD!

Deputada Judite Parreira e Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Venho a este debate por duas razões.

A primeira é porque tendo tido, como já disse noutra lugar, responsabilidades políticas e muitas (infelizmente) calamidades durante 16 anos de governação ...

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor não compare o que não é comparável!

O Orador: ... tive oportunidade de ver o comportamento do PSD ao longo desses anos e o comportamento do PSD ...

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor vem sempre com a mesma teoria!

O Orador: ... nunca é querer saber na substância até ao fim das situações para ter um juízo de valor, mas é antes da verdade vir completamente a ser esclarecida e ser posta à disposição de toda a gente fazer uma espécie de volta ao mundo da mentira antes da verdade ter tempo de se vestir.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Não fui eu que disse isto, mas já houve alguém que disse uma coisa semelhante, ...

Deputado José Ávila (PS): Mas está certo!

O Orador: ... mas serve para aqui.

Agora há aqui uma situação que me parece completamente absurda.

O PSD e todos os partidos estão no seu perfeito direito de fazer debates de urgência sobre este e qualquer tema.

Agora não deixa de ser estranho que um partido que suscitou uma Comissão de Inquérito potestativa e, portanto, tem responsabilidades acrescidas sobre isso, começa apressadamente a tentar tirar conclusões (e conclusões como se viu hoje aqui pelas indicações técnicas do Sr. Deputado Lizuarte Machado) não são só levianas, como são infundamentadas, porque tecnicamente não são perfeitamente visíveis nesse relatório técnico que tem falhas que já foram aqui também apontadas.

Por outro lado, percebe-se no PSD que essa vontade de responsabilidade e de atribuir responsabilidades políticas aos Membros do Governo ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): A interpelação é do Bloco de Esquerda!

O Orador: ... é exatamente aquilo que o PSD sempre quis, é atingir alguém e não resolver o problema da sua clarificação, mas o PSD tem de facto muitos problemas ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Uma fase não ultrapassada!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, o que é que isto tem a ver com a interpelação?

O Orador: ... históricos em matéria de demissões e de nomeações e é talvez por isso que o PSD recorre, como recorreu no passado, a muitos pedidos de demissão de vários Membros do Governo, seja por isto, ou seja por aquilo.

O PSD é do tempo que nomeava pessoas desta maneira. Considerando a necessidade de prover um Diretor Regional, que já nessa altura lhe era exigido a licenciatura, o PSD por portaria revogava os decretos legislativos regionais ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente!...

O Orador: ... e é por isso que o PSD não tem nenhuma moral ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Que comparação!

O Orador: ... para hoje vir para aqui pedir a demissão deste ou de qualquer outro Membro do Governo e querer ainda mais atingir o Sr. Presidente do Governo quando o PSD tem esta má história, quando o PSD não tem nem ética, nem moral no seu comportamento da sua história.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Vocês fazem a mesma coisa!

Deputado Bruno Belo (PSD): Foi a forma mais inteligente de participar neste debate que eu hoje vi!

O Orador: Por isso, hoje aqui se viu, mais uma vez, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... que o PSD não está interessado na clarificação da verdade, mas está interessado nas jogadas baixas, mesquinhas e políticas aos Membros do Governo e ao Governo do Partido Socialista que assumirá as suas responsabilidades na hora própria.

Portanto, fiquem com essa ética, que nós ficamos com esta boa ética ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Boa? O senhor não tem vergonha!

O Orador: ... e com a nossa capacidade de saber responder aos açorianos ou a quem for como sempre fizemos e sempre faremos.

Por isso, nós somos diferentes ...

Deputado Luís Garcia (PSD): É verdade! Os senhores são diferentes!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que o Sr. Deputado sabe é apoderar-se do microfone!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... até porque os senhores têm quer na administração local, como bem sabe o Sr. Deputado Cláudio, acidentes em várias situações, quer até na própria Câmara de Ponta Delgada onde a Avenida D. João III tem muitos acidentes, ...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... e eu nunca vi nenhum deputado municipal ou deputado do PS pedir a demissão aos senhores por essas responsabilidades.

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, nós somos diferentes e vamos continuar a sê-lo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado António Marinho (PSD): Na Câmara de Ponta Delgada as pessoas não o quiseram! Não lhe deram a oportunidade!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor não foi politicamente sério!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Srs. Deputados!

Sras. e Srs. Deputados, agradeço algum silêncio.

Informo a câmara que o PS esgotou o seu tempo com esta intervenção.

Sr. Deputado Cláudio Lopes, tem a palavra. Dispõe de cerca de dois minutos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Usa bem esse tempo, Cláudio, ao contrário do Partido Socialista!

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu, em menos de um minuto, vou dizer o que tenho para dizer Sra. Presidente, mas parecia-me sinceramente que depois da postura que o Governo tem assumido perante a gravidade do assunto que ocorreu, esperava pelo menos da bancada do Partido Socialista mais respeito pela memória do José Norberto, que era um ilustre militante socialista.

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é a política baixinha, como sempre!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Era um ativo militante do vosso partido.

Quanto a portarias, Sr. Deputado José Contente, que revogam legislação, lembro-lhe só a portaria que revogou a legislação dos manuais escolares.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não foi portaria, foi orientação!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Grande elevação a sua! Quer falar de nomeações?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vamos falar de nomeações!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vamos falar da falta que os 6 mil euros fazem à RTP-Açores, por exemplo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Não havendo, mais inscrições ...

Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar os nossos trabalhos. Agradecia algum silêncio.

Não havendo inscrições, dizia eu, pergunto ao Sr. Secretário se quer usar da palavra.

Então tem a palavra, Sr. Secretário.

Quem encerra é o interpelante, mas o Membro do Governo tem direito a intervir antes do encerramento.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta interpelação e este debate que aqui hoje assistimos, na minha opinião, em nada contribuiu para aquilo que é o essencial.

Desde logo porque temos de ter a plena consciência do que é que é um acidente e ninguém referiu o que é que é um acidente.

Um acidente é um evento inesperado e julgo que se alguma coisa se pode tirar em consciência e de uma forma séria e responsável é de que nem eu, nem o Sr. Eng.º Fernando Nascimento, nem qualquer outra pessoa, teve alguma vez conhecimento de que as condições de segurança nos nossos portos estavam postas em causa ...

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Têm é de garantir as condições de segurança!

O Orador: ... e que não fizemos nada para a alterar.

Também deste debate julgo que fica claro que ao longo dos 30 anos que são mencionados no relatório foram adotadas as medidas de manutenção, de inspeção que asseguram o normal funcionamento dos equipamentos até ao fatídico acidente, o que se mostrou que durante este período nunca esta situação, nem a questão de manutenção, foi posta em causa.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nunca tinha morrido ninguém!!! Não têm vergonha na cara! Por respeito aos açorianos... Não têm vergonha!

O Orador: Aquilo que julgo ser fundamental é reafirmar, por um lado, o compromisso do Governo em continuar a trabalhar para assegurar as melhores condições de segurança em relação à questão do transporte marítimo de passageiros, assim como nas outras áreas do setor dos transportes.

Julgo que o pior serviço que um político pode prestar à população é precisamente fugir, virar as costas aos problemas ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Às culpas e responsabilidades!

O Orador: ... e não fazer tudo o que tem ao seu alcance para resolver esses mesmos problemas.

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas quem é que está fazendo isso?

O Orador: Para isso não contem comigo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso já percebemos!

O Orador: Assumirei como objetivo, da mesma forma que o fiz desde o dia que aceitei desempenhar estas funções, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor não assume nada!

O Orador: ... tudo fazer para que, no âmbito daquilo que são as minhas competências e que é a minha própria capacidade, os açorianos possam viver melhor nos Açores.

É este o principal objetivo que temos.

Não viro as costas aos problemas, não viro as costas a ninguém, dou o peito ao trabalho, que é isso que tenho feito ao longo destes anos.

Não aproveitarei situações que são lamentáveis para tirar dividendos políticos, ao contrário do que alguns fazem.

Não aproveitarei as fragilidades que uma situação destas coloca no campo familiar para fazer política.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Muito bem!

O Orador: Para isso não contem comigo.

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

O Orador: Eu sei que muitos dos senhores se sentem tentados a fazê-lo, porque nos últimos 19 anos estão muito habituados a falar para si próprios, porque sabem claramente que os açorianos já não os ouvem.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Olhe que está enganado!

O Orador: Mas os açorianos sabem com quem podem contar para trabalhar de uma forma séria e responsável, que é isso que continuaremos a fazer como o temos feito.

Sei que isto incomoda alguns, mas também sei que muitos açorianos, que a generalidade dos açorianos, percebe que não é por se exercer uma função pública que nós deixamos de ser homens e passamos a ser super-homens.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (*PS*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Então agora para encerrar este debate tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tenho a certeza, Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, que não é sua intenção dar a impressão de que nós, dentro e fora desta Casa, somos todos tolos ou distraídos.

Tenho a certeza que não é a sua intenção, mas pareceu em alguns momentos, devo-lhe dizer isso com toda a lisura, porque entre outras coisas o Sr. Secretário Regional disse que as duas empresas públicas que estão em questão (a Transmaçor e a Portos dos Açores) não tinham recebido este relatório, mas tinham recebido um documento prévio para contraditar.

Sr. Secretário Regional, nunca ninguém conheceu esse documento prévio. Presumo que o Governo tenha conhecido no momento em que as empresas o receberam, porque senão volto a dizer-lhe: o senhor foi desautorizado.

Com documento prévio, com documento não prévio, houve um documento que foi entregue às empresas e o senhor afirmou aqui mais do que uma vez desconhecê-lo.

O senhor foi desautorizado e houve quem se tenha comportado muito mal enquanto presidentes de um conselho de administração.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*): Não foi isso que eu disse!

A Oradora: Já agora, Sr. Secretário, deixe-me chamar-lhe a atenção para uma coisa.

Este relatório que nós temos na mão não tem data, ...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*): Não vale a pena repetir muitas vezes uma mentira, que ela não se torna verdade!

A Oradora: ... portanto, toda a gente pode dizer acerca do momento em que ele chegou aquilo que muito bem entender, porque aqui não está nenhuma data o que é uma coisa extraordinária num documento, num relatório, com a importância deste relatório ...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*): Está aqui!

A Oradora: Não está, não!

Aonde?

Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*): Na segunda página do relatório!

A Oradora: Qual segunda página?

Na segunda página está o índice, Sr. Secretário. Está o índice!

(Risos do Deputado Joaquim Machado)

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Deve haver vários relatórios!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Mais uma vez o Sr. Secretário tem um relatório diferente do nosso!

A Oradora: Não tem data.

Vou continuar que eu tenho só cinco minutos para terminar.

Depois, disse também o Sr. Secretário que a segurança pratica-se. A segurança pratica-se é uma expressão bonita e eu subscrevo-a, mas, Sr. Secretário, quem não a praticou foram exatamente as empresas sob a sua tutela, porque repare bem, Sr. Secretário: partem-se cabeços, rebentam cabos, interrompem-se operações e o Sr. Secretário disse aqui, numa das suas intervenções, que nem o Sr. Secretário, nem os conselhos de administração da Portos dos Açores e da Transmaçor tinham sido chamados a atenção do estado de degradação de alguns dos acessórios dos equipamentos dos portos.

Isto é absolutamente inacreditável, porque se é verdade que a segurança pratica-se isto não pode ser só retórica, Sr. Secretário. Tem que ser sério!

Se se pratica, os senhores não praticaram e é isso que os senhores têm de reconhecer aqui com toda a humildade perante o povo açoriano.

A seguir disse ainda o Sr. Secretário, se a segurança estivesse em causa por causa dos métodos usados pela Portos dos Açores haveria responsabilidade política, mas, Sr. Secretário Regional, ao fim deste debate todos nós percebemos (se é que ainda não tínhamos percebido), todos os açorianos e açorianas perceberam (se é que ainda não tinham percebido), que na realidade o que está em causa são os métodos usados pela Portos dos Açores. É isto que está em causa e, portanto, há responsabilidades políticas.

Aliás, na página 16 deste relatório que eu já nem sei se é uma fraude, ou se é um documento com o mínimo de credibilidade, depois de todas as dúvidas que foram levantadas acerca dele, na página, no último parágrafo, diz assim: “Assim, o cabeço do cais que deveria ser o elemento mais resistente do sistema constituiu-se efetivamente como o elemento mais fraco.”

Sr. Secretário Regional, que quer que lhe diga mais acerca de metodologia, de segurança e de prevenção?

Deputado Jorge Macedo (PSD): A gente vai fazer um desenho!

A Oradora: Está na página 16.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Está mal redigido!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Está tudo mal! Quem fez aquilo são uns ignorantes! Fica bem Lizuarte!

A Oradora: E já agora deixe-me dizer-lhe outra coisa. Se este relatório é uma fraude, está mal feito, contém erros primários, gostava de saber em que momento é que o Governo Regional ou o Partido Socialista inquiriu este Gabinete, inquiriu a direção deste Gabinete, sobre a vergonha do relatório que tinha feito.

Deputado Miguel Costa (PS): Comissão de Inquérito, Sra. Deputada!

A Oradora: Nem o GaCS que está sempre atento a tudo o que se passa teve uma atitude, teve uma chamada de atenção, para dizer aos açorianos e açorianas: “Cuidado com este relatório, porque ele não é digno de grande consideração.”

Os senhores esqueceram-se de fazer isto.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso é outra história, Sra. Deputada!

A Oradora: Lembraram-se de o fazer agora, aqui, durante esta interpelação.

Depois, a conclusão a que se chega é uma outra. Na nossa Região, queira o Sr. Secretário ou não queira, nem os portos estão preparados para os barcos, nem os barcos estão preparados para os portos, portanto, isto é que é a verdadeira irresponsabilidade, porque quem paga aos portos e quem paga aos barcos são todos os açorianos e açorianas. Não é o Governo Regional, não são os diretores dos conselhos de administração das empresas públicas. É o dinheiro que sai do bolso dos açorianos e açorianas.

Portanto, “a bota tem de bater com a perdigota”, porque senão o dinheiro está a ser mal gasto e isso é que é irresponsabilidade.

Depois, o Governo Regional e o Partido Socialista recusam-se a admitir que se precipitaram com o oportunismo (já para não dizer com extemporaneidade) na recondução do Sr. Eng.º Fernando Nascimento por razões que só o Governo conhece e o Partido Socialista e eu nem me quero meter nesse assunto, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): É melhor não!

A Oradora: ... porque tenho o pressentimento de que ele não é bonito, mas agora que se precipitou, disso não há a mínima dúvida. Os senhores

não capazes de o reconhecer e quem retirou conclusões levianas acerca deste processo foi o Governo Regional exatamente quando reconduziu uma pessoa que está (porque existe uma Comissão de Inquérito Parlamentar a funcionar) à espera de saber, tal como o Governo, quais são as responsabilidades que lhe cabem, mas o Governo em desrespeito por esta Casa, em desrespeito pela Comissão de Inquérito e em desrespeito pelos açorianos reconduziu alguém sei saber se estava a fazer bem ou mal e agora vem acusar os outros de serem extemporâneos ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Vou terminar, Sra. Presidente.

... e de estarem a pôr, digamos assim, “a carroça à frente dos bois”.

Já agora dizer que a Comissão de Inquérito com certeza deve pedir ao GPIAM o tal relatório prévio que foi enviado para as duas empresas para o tal contraditório, porque continuamos a não o conhecer.

Por último, confirmámos que o Governo Regional não assume qualquer tipo de responsabilidade, nem o Secretário da tutela, sobre o acontecimento, sobre o acidente, mas também Sr. Secretário dizer uma coisa, não deixámos de registar uma coisa: o único deputado da bancada parlamentar do Partido Socialista (e já agora também da bancada do Governo Regional) que deixou-o completamente isolado do ponto de vista político Sr. Secretário (e isso também tem que ter uma leitura), o único deputado que veio defendê-lo de uma forma assertiva, foi exatamente o deputado que pediu, que exigiu e que o voltou a fazer nesta Casa, a sua demissão, dizendo que o senhor se devia demitir ou então ser demitido.

Presidente: Tem de terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: Esse foi o único deputado que o veio defender durante esta interpelação do Bloco de Esquerda.

Finalmente, dizer o seguinte: a família e os amigos do cidadão José Norberto da Silva esperaram sete meses por qualquer tipo de esclarecimento. Sete meses, Sras. e Srs. Deputados!

Se a interpelação do Bloco de Esquerda não tiver servido para mais nada, serviu para uma coisa: deu uma satisfação a essa família.

Agora, o que não pode acontecer, Sras. e Srs. Deputados, ...

Presidente: Sra. Deputada, tem mesmo que terminar.

A Oradora: ... Srs. Membros do Governo, é que esta família continue mais sete meses ou o tempo que durar a nossa Comissão de Inquérito à espera de que alguém assuma a responsabilidade pela perda de que foi vítima.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Encerrámos o ponto um da nossa Agenda. Vamos avançar com os nossos trabalhos.

O ponto dois é a **Proposta de Resolução n.º 9/X – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2013”**.

O debate e a votação da Conta da Região regem-se pelo disposto no artigo 168.º do nosso Regimento e o debate foi organizado pela Conferência de Líderes com os tempos previstos no processo legislativo comum.

Dou a palavra ao Sr. Deputado José Ávila, o Relator da Comissão de Economia, para apresentar de forma sucinta o relatório.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER

CONTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES DO ANO DE 2013

TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 26 de fevereiro de 2015, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de analisar e dar parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2013, tendo em consideração o respetivo parecer emitido pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas e das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

CAPITULO I - ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Compete à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos do n.º 1 do artigo n.º 232.º e da alínea p) do n.º 1 do artigo n.º 227.º da Constituição da República Portuguesa, bem como da alínea b) do n.º 1 do artigo 42.º do Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovar as Contas da Região Autónoma dos Açores.

**CAPITULO II - APRECIACÃO NA GENERALIDADE E
NA ESPECIALIDADE**

1. APRECIACÃO NA GENERALIDADE

- a. Encontra-se em apreciação a Proposta de Resolução n.º 9/X, apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governo Regional relativa à Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2013;
- b. A referida Conta teve por base a execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2013 aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2013/A, de 22 de abril e posto em execução pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2013/A de 22 de maio;
- c. A Conta da Região Autónoma dos Açores de 2013 foi aprovada em Conselho de Governo por Resolução de 24 de Junho de 2014, deu entrada na Assembleia no dia 30 de Junho de 2014, tendo sido remetido à Comissão de Economia no 4 de julho de 2014. O parecer do Tribunal de Contas foi enviado a esta Comissão em 5 de dezembro de 2014, assim como os pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ficando assim reunidos os elementos necessários à elaboração do relatório e parecer.

2. APRECIACÃO NA ESPECIALIDADE

a) Receita

A Receita Total (excluindo Operações Extraorçamentais), em 2013, atingiu o valor de 1.127,9 milhões de euros (1.029 milhões de euros em 2012) e uma execução de 93,6% (84,3% em 2012).

Considerando a Administração Regional direta, os Serviços Autónomos e as Entidades Públicas reclassificadas esse valor é de 1.242,7 milhões de euros.

Quadro I – Receita - Execução e Estrutura da Receita (em euros e em percentagem)

Designação	2013					
	Orçamentada		Executada		Desvio	Taxa Execução
	Valor Euros	Estrutura %	Valor Euros	Estrutura %		
	522 508		549 502			
Receita Fiscal	137,00	43,38	979,40	48,72	- 26 994 842,40	105,17
Impostos	219 050		229 516			
Diretos	000,00		437,13		- 10 466 437,13	
Impostos	303 458		319 986			
Indiretos	137,00		542,27		- 16 528 405,27	
	528 319		445 671			
Transferências	631,00	43,86	752,25	39,51	82 647 878,75	84,36
Orçamento	318 349		318 569		- 220 497,80	

Diário da ALRAA Número 104
16 de junho de 2015

do Estado	000,00		497,80			
União	209 970		127 102			
Europeia	631,00		254,45		82 868 376,55	
Passivos	111 430		111 430			
Financeiros	000,00	9,25	000,00	9,88	-	100,00
Outras	42 200		21 276			
Receitas	000,00	3,50	166,83	1,89	20 923 833,17	50,42
	1 204 457		1 127 880			
Total	768,00	100,00	898,48	100,00	76 576 869,52	93,64

A Receita arrecadada, no valor de 1.127,9 milhões de euros atingiu uma taxa de execução de 93,6% (84,3% em 2012), esteve abaixo do previsto em 76,6 milhões de euros.

A Receita Fiscal, que representa 48,7% do total da Receita, foi superior ao previsto em 27 milhões de euros (+5,2%). O peso dos Impostos voltou novamente, a superar o das Transferências.

As Transferências do Orçamento de Estado representaram 28,2% do total da Receita enquanto as Transferências da União Europeia foram na ordem dos 11,3%.

A Receita apresentou a seguinte estrutura: Fiscal – 48,7% (41,5% em 2012), Transferências – 39,5% (43,2% em 2012), Passivos Financeiros – 9,9% (13,8% em 2012) e Outras Receitas – 1,9% (1,5% em 2012).

Diário da ALRAA Número 104

16 de junho de 2015

A Receita Fiscal, no valor de 549,5 milhões de euros (426,9 milhões de euros em 2012), inclui os Impostos Indiretos 58,2% (62,4% 2012) e Impostos Diretos 41,8% (37,6% em 2012). O IRS e o IVA são a componente mais significativa da Receita Fiscal, representando, no seu conjunto 71,6% (70,1% em 2012) do total.

Quadro II – Receita Fiscal (em euros e em percentagem)

Designação	Orçamentada		Executada		Desvio Euros	Taxa de Execução %
	Valor Euros	Estrutura %	Valor Euros	Estrutura %		
Impostos Diretos						
IRS	174 000 000,00	33,30	179 575 642,29	32,68	5 575 642,29	103,20
IRC	45 000 000,00	8,61	49 932 143,09	9,09	4 932 143,09	110,96
Outros	50 000,00	0,01	8 651,75	0,00	- 41 348,25	17,30
Sub-total Impostos Diretos	219 050		229 516		10 466	
(1)	000,00	41,92	437,13	41,77	437,13	104,78
Impostos Indiretos						
ISP	46 200 000,00	8,84	43 141 493,94	7,85	- 3 058 506,06	93,38
IVA	197 608 137,00	37,82	213 491 780,17	38,85	15 883 643,17	108,04

Diário da ALRAA Número 104

16 de junho de 2015

	3 400		3 649		249	
ISV	000,00	0,65	884,54	0,66	884,54	107,35
	32 800		33 419		619	
ICT	000,00	6,28	201,43	6,08	201,43	101,89
	4 150		5 096		946	
IABA	000,00	0,79	579,99	0,93	579,99	122,81
	16 300		17 174		874	
IS	000,00	3,12	239,02	3,13	239,02	105,36
	2 800		3 760		960	
IUC	000,00	0,54	998,71	0,68	998,71	134,32
	200		252		52	
Outros	000,00	0,04	364,47	0,05	364,47	126,18
Sub-total						
Impostos	303 458		319 986		16 528	
Indiretos (2)	137,00	58,08	542,27	58,23	405,27	105,45

Receita Fiscal	522 508		549 502		26 994	
(1+2)	137,00	100,00	979,40	100,00	842,40	105,17

Os Impostos Diretos, no valor de 229,5 milhões de euros (160,6 milhões de euros em 2012), com uma taxa de execução de 104,8% (83,7% em 2012), são constituídos, quase na totalidade, por IRS e IRC, atingiram, respetivamente, as taxas de execução de 103,2% e 111,0% (91,2% e 59,2% em 2012).

Os Impostos Indiretos, num total de 320 milhões de euros (266,3 milhões de euros em 2012), atingiram uma execução de 105,4% (79,5% em 2012), são constituídos, essencialmente pelo IVA (213,5 milhões de

Diário da ALRAA Número 104

16 de junho de 2015

euros), o ISP (43,1 milhões de euros) e o ICT (33,4 milhões de euros), com taxas de execução de 108,0%, 93,4% e 101,9% (77,7%, 85,8% e 78,1% em 2012), respetivamente.

As Transferências, num total de 445,7 milhões de euros (444,7 milhões de euros em 2012), com uma execução de 84,4% (86,4% em 2012), tiveram origem no Orçamento do Estado (71,5%) e na União Europeia (28,5%).

Quadro III – Transferências (em euros e em percentagem)

Designação	Orçamentada		Executada		Taxa de Execução
	Valor Euros	Estrutura %	Valor Euros	Estrutura %	
Orçamento do Estado	318 349 000,00	60,3	318 569 497,80	71,5	100,1
Solidariedade			282 976 832,00		
Coesão			35 372 104,00		
Realojamento			220 561,80		
União Europeia	209 970 631,00	39,7	127 102 254,45	28,5	60,5
Total	528 319	100,0	445 671	84,4	84,4
Transferências	631,00	100,0	752,25	100,0	84,4

Diário da ALRAA Número 104
16 de junho de 2015

As Transferências do Orçamento do Estado, no montante de 318,6 milhões de euros (326,2 milhões de euros em 2012), atingiram uma execução de 100,1 % (99,2% em 2012). As Transferências da União Europeia, no montante de 127,1 milhões de euros (116,8 milhões de euros em 2012), atingiram um a execução de 60,5% (62,8% em 2012).

Os Fundos Comunitários foram contabilizados na Conta da seguinte forma:

- SREC – 30,1 milhões de euros (24%);
- VPGECE – 19,9 milhões de euros (16%);
- SRTT – 18 milhões de euros (14%);
- SRS – 17,6 milhões de euros (14%);
- SRAA – 15,6 milhões de euros (12%);
- SRMCT – 13,7 milhões de euros (11%);
- SRSS – 7,3 milhões de euros (6%);
- Ilhas de Valor – 3,4 milhões de euros (3%);
- Azorina – 1,5 milhões de euros (1%).

Quadro IV – Transferências da União Europeia

FUNDO COMUNITÁRIO	Programa Operacional Intervenção Comunitária	Transferência de Fundos Comunitários (Receita)
------------------------------	---	---

Diário da ALRAA Número 104
16 de junho de 2015

		Valor	•
--	--	--------------	---

		122	
FEDER	Proconvergência	660 337	96,5
	POVT	9 929	0,0
	Interreg	89 378	0,1
	MAC	148 869	0,1
	Subtotal	908 513	122
FCOES	POVT	054 964	2,4
	Subtotal	054 964	3
FEADER	Prorural	567 595	0,4
	Rede Rural Nacional	55 929	0,0
	Subtotal	623 524	3
FEP	Promar	502 528	0,4
	Subtotal		

Diário da ALRAA Número 104
16 de junho de 2015

	502 528	0,4
Total	089 529	100,0

Os Passivos Financeiros, no valor de 111,4 milhões de euros (142 milhões de euros em 2012), têm como finalidade o financiamento de projetos com participação de fundos comunitários, regularização de dívidas vencidas da RAA e refinanciamento.

As Outras Receitas atingiram o valor de 20,6 milhões de euros (15,7 milhões de euros em 2012). Este valor não inclui o saldo de gerência anterior de 693.009,86 euros.

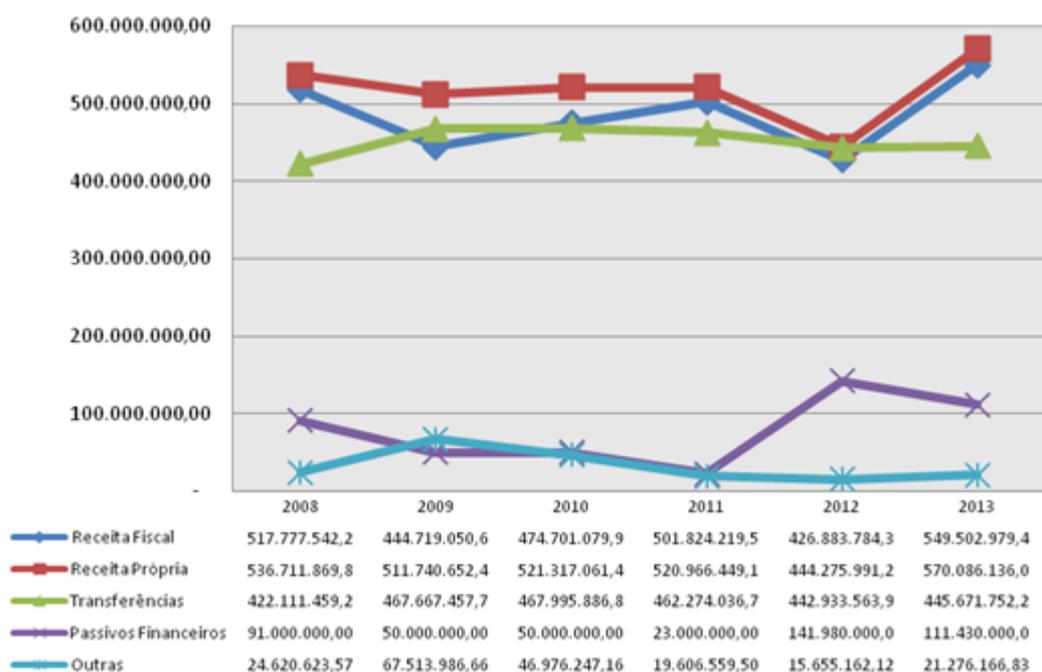
- Taxas, Multas e Outras Penalidades – 7,7 milhões de euros;
- Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE – 5,1 milhões de euros;
- Rendimentos de Propriedade – 3,5 milhões de euros;
- Venda de bens e serviços correntes – 0,6 milhões de euros;
- Outras receitas correntes – 1,6 milhões de euros;
- Venda de bens de investimento – 57 mil euros;
- Ativos financeiros – 0,3 milhões de euros;
- Outra receita de capital – 58 mil euros;
- Reposições não abatidas nos pagamentos – 1,7 milhões de euros.

Diário da ALRAA Número 104
16 de junho de 2015

A Receita Própria num total de 570,1 milhões de euros (444,3 milhões de euros em 2012), atingiu uma execução orçamental de 101% (78,8% em 2012), sendo responsável por 50,6% (43,2% em 2012) da Receita Total.

No gráfico abaixo inserido podemos ver a evolução dos principais agregados da receita entre 2008 e 2013:

Gráfico 1 – Evolução da Receita a preços correntes (em euros)



A Receita Total atingiu, em 2013, 1.127,9 milhões de euros. O valor é superior em 79,3 milhões de euros relativamente a 2012, por conta de um aumento da Receita Fiscal na ordem 114,7 milhões de euros.

b) Despesa

Diário da ALRAA Número 104
16 de junho de 2015

A Despesa Global em 2013 foi no valor de 1.235,1 milhões de euros. A Despesa da Administração Regional direta é de 1.127,8 milhões de euros, a dos Serviços e Fundos Autónomos na ordem 214 mil euros e a das Entidades Públicas reclassificadas no valor de 112,6 mil euros.

Quadro V – Despesa – Despesa do Sector Público Administrativo Regional (em euro)

Designação	Administração Regional Direta	Serviços e Fundos Autónomos	Entidades Públicas Reclassificadas	Sector Público Administrativo Regional (consolidado)
<i>Despesas</i>				
<i>Correntes</i>				
Despesas com	306	61	4	371 617
Pessoal	153 198	186 434	278 347	979
Aquisição de Bens e Serviços	39	83	12	136 390
Juros e Outros	997 523	487 030	905 801	354
Encargos	15		37	52 941
Transferências	134 913	344 643	462 231	788
Subsídios	438	39		276 614
Outras Despesas	399 352	469 103	500	555
<i>Total Despesas</i>	21	20		42 595
	633 698	961 720	-	418
	10	2	3	16 165
	519 610	182 840	463 162	613
<i>Total Despesas</i>	831	207	58	896 325

Diário da ALRAA Número 104
16 de junho de 2015

Correntes	838 294	631 770	110 042	705
Despesas de Capital				
	78	3	20	101 523
Aquisição de Bens	142 420	278 095	102 819	334
	137	3	6	129 080
Transferências	450 035	052 365	547 454	152
			4	4 259
Ativos Financeiros	50 000	-	209 049	049
Passivos Financeiros	79		19	99 328
	980 000	-	348 637	637
			4	4 628
Outras Despesas	381 800	-	246 980	780
Total Despesas de Capital	296	6	54	338 819
	004 255	330 460	454 939	951
	1 127	213	112	1 235 145
Total da Despesa	842 549	962 230	564 981	657
Despesa Efetiva	1 047	213	89	1 131 557
(1)	812 549	962 230	007 295	971
Despesa Primária	1 032	213	51	1 078 616
(2)	677 635	617 587	545 063	183
Despesa Corrente Primária (3)	816	207	20	843 383
	703 381	287 127	647 810	918

(1) - Total da Despesa menos os Ativos Financeiros e os Passivos Financeiros

(2) - Despesa Efetiva menos os

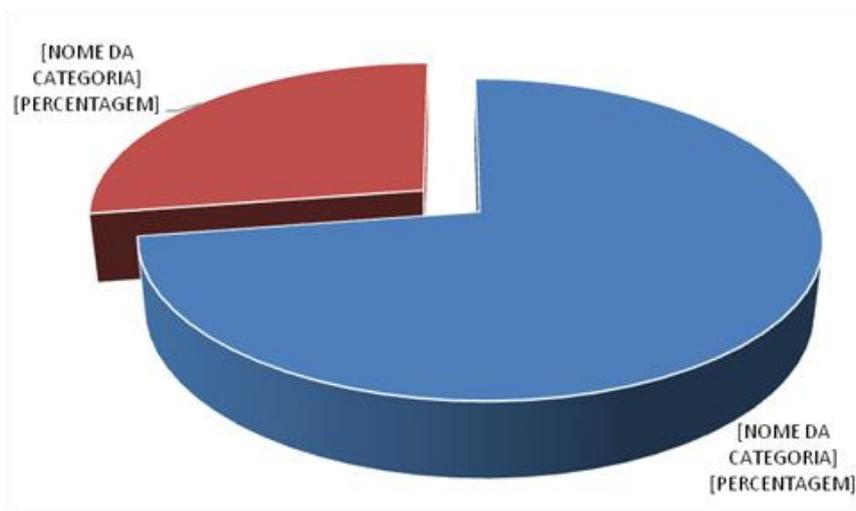
Juros e Outros Encargos

(3) - Despesa corrente menos os Juros e Outros

Encargos

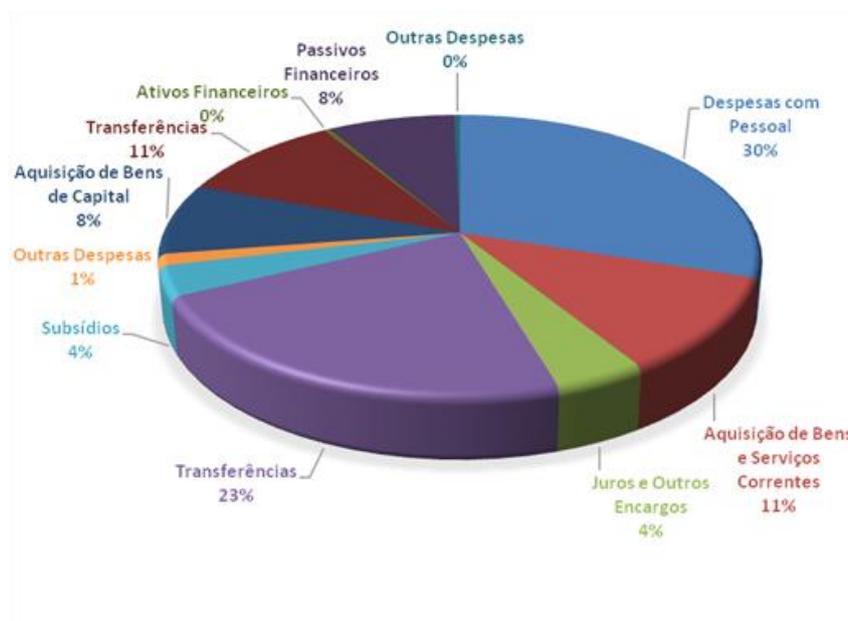
As Despesas de Capital, no valor de 338,8 milhões de euros, representaram 27% da Despesa Total, enquanto as Despesas Correntes, com 896,3 milhões de euros, atingira 73%.

Gráfico 2 – Relação das Despesas Correntes e de Capital (em percentagem)



As Despesas de Capital, no cômputo geral, representa 27% da Despesa, enquanto as Despesas de Capital é de 73%.

Gráfico 3 – Peso relativo dos agrupamentos económicos da Despesa do Sector Público Administrativo Regional (em percentagem)



Em 2013 e na Despesa do Sector Público Administrativo Regional destaca-se as Despesas com o Pessoal, que absorve 30% do total.

Quadro VI – Despesas – Variação da Despesa do Sector Público Administrativo Regional (em euros)

Agrupamentos Económicos	2012	2013	Δ 2013/2012	%
<i>Despesas Correntes</i>				
Despesas com	328	371		
Pessoal	439 752	617 979	43 178 227	13
Aquisição de Bens e	154	136	- 17 719	
Serviços	110 181	390 354	827	- 11

Diário da ALRAA Número 104

16 de junho de 2015

Juros e Outros	27	52		
Encargos	700 656	941 788	25 241 132	91
	243	276		
Transferências	303 795	614 555	33 310 760	14
	42	42		
Subsídios	752 747	595 418	- 157 329	- 0
	12	16		
Outras Despesas	776 795	165 613	3 388 818	27
Total Despesas	809	896		
Correntes	083 925	325 705	87 241 780	11
Despesas de Capital				
	68	101		
Aquisição de Bens	023 041	523 334	33 500 293	49
	113	129		
Transferências	935 508	080 152	15 144 644	13
		4		
Ativos Financeiros	512 062	259 049	3 746 987	732
	140	99	- 41 589	
Passivos Financeiros	918 144	328 637	507	- 30
		4		
Outras Despesas	388 901	628 780	4 239 879	1 090
Total Despesas de Capital	323	338		
	777 656	819 951	15 042 295	5
	1 132	1 235	102 284	
Total da Despesa	861 581	145 657	076	9
Despesa Efetiva (1)	991	1 131	140 126	14

Diário da ALRAA Número 104
16 de junho de 2015

	431 375	557 971	596	
Despesa Primária	963	1 078	114 885	
(2)	730 719	616 183	464	12
Despesa Corrente	781	843		
Primária (3)	383 269	383 918	62 000 649	8

Relativamente a 2012 a Despesa Total do Sector Público Administrativo Regional aumentou 102,3 milhões de euros, ou seja 9%. As Despesas Correntes sofreu um agravamento de 87,2 milhões de euros (+ 11%) e as Despesas de Capital registou um incremento de 15 milhões de euros (+ 5%).

Essa variação deve-se, essencialmente, às Despesas com o Pessoal, com mais 13%, as Transferências, com mais 14 e 13% e Aquisição de Bens de Capital, com mais 49% do que em 2012.

A Despesa Efetiva aumentou 14%, relativamente a 2012, enquanto na Despesa Primária esse aumento quedou-se pelos 12%.

Quadro VII – Execução Orçamental da Despesa da Administração Regional direta (em milhões de euros)

Agrupamentos Económicos	Funcionamento			Capítulo 50			Total		
	Orç revisto	Executado	Tx Exec	Orç revisto	Executado	Tx Exec	Orç revisto	Executado	Tx Exec
<i>Despesas Correntes</i>									

Diário da ALRAA Número 104
16 de junho de 2015

Despesas com									
Pessoal	309,0	304,1	98	2,3	2,0	87	311,3	306,1	98
Aquisição de									
Bens e Serviços	16,1	13,8	86	32,6	25,5	78	48,7	39,3	81
Juros e Outros									
Encargos	15,1	15,1	100	-	-	-	15,1	15,1	100
Transferências	331,2	331,1	100	113,1	108,0	95	444,3	439,1	99
Subsídios	-	-	-	23,4	21,6	92	23,4	21,6	92
Outras Despesas	14,9	10,4	70	0,1	0,1	100	15,0	10,5	70
<i>Total Despesas</i>									
<i>Correntes</i>	<i>686,4</i>	<i>674,6</i>	<i>98</i>	<i>171,5</i>	<i>157,2</i>	<i>92</i>	<i>857,9</i>	<i>831,8</i>	<i>97</i>
<i>Despesas de</i>									
<i>Capital</i>									
Aquisição de									
Bens	0,7	0,3	39	108,7	77,9	72	109,4	78,2	71
Transferências	-	-	-	156,5	137,5	88	156,5	137,5	88
Ativos									
Financeiros	-	-	-	0,3	-	-	0,3	-	-
Passivos									
Financeiros	80,0	80,0	100	-	-	-	80,0	80,0	100
Outras Despesas	0,4	0,4	100	-	-	-	0,4	0,4	100
<i>Total Despesas</i>									

Diário da ALRAA Número 104
16 de junho de 2015

<i>de Capital</i>	<i>81,1</i>	<i>80,7</i>		<i>265,5</i>	<i>215,4</i>	<i>81</i>	<i>346,6</i>	<i>296,1</i>	<i>85</i>
Total da Despesa	767,5	755,2	98	437,0	372,6	85	1 204,5	1 127,8	94

As Despesas da Administração Regional direta foram orçamentadas em 1.204,5 milhões de euros, tendo sido efetivamente executados cerca 1.127,8 milhões de euros (menos 76,7 milhões de euros do que o previsto), representando uma taxa de execução de 94%.

Cerca de 755,2 milhões de euros destinaram-se ao funcionamento da Administração Pública direta, enquanto os restantes 372,6 milhões de euros destinou-se ao Plano de Investimentos.

As Despesas de Funcionamento registaram um aumento de 38,7 milhões de euros, relativamente a 2012 (5%). As Despesas inerentes ao Capítulo 50 registaram, também, um aumento de 41,3 milhões de euros relativamente ao ano anterior, que representa um incremento de 12%.

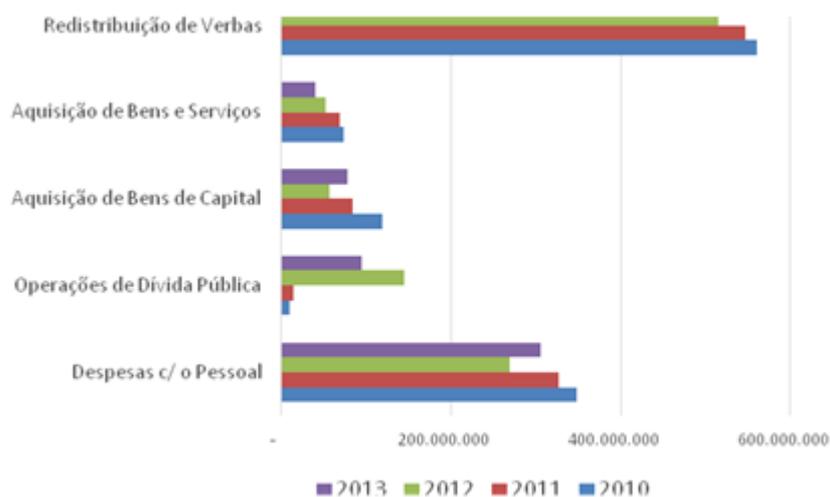
Quadro VIII – Despesa da Administração Regional direta (em euros)

Agrupamentos Económicos	2010	2011	2012	2013
Despesas c/ o	348	327	268	306
Pessoal	132 394	434 755	461 124	153 198
Operações de Dívida Pública	9	13	145	95
Aquisição de Bens	685 485	599 753	257 253	114 913
	118	83	57	78

Diário da ALRAA Número 104
16 de junho de 2015

de Capital	915 580	859 878	058 222	142 420
Aquisição de Bens e Serviços	73	68	51	39
Redistribuição de Verbas	930 124	878 643	351 270	997 523
	560	547	514	597
Verbas	945 081	783 615	618 423	533 085

Gráfico – Despesa da Administração Regional direta (em euros)



Há um aumento significativo na rubrica Redistribuição de Verbas relativamente a 2012 na ordem dos 83 milhões de euros. As Despesas com o Pessoal também regista um aumento de 37,7 milhões de euros, motivado, principalmente, pelo pagamento do Subsídio de Férias e de Natal e ao aumento das contribuições para a segurança social. A Remuneração Compensatória teve uma execução de 2,3 milhões de euros.

Quadro IX – Remuneração Compensatória paga por departamento (em euros)

Diário da ALRAA Número 104
16 de junho de 2015

Departamento do Governo	Remuneração Compensatória		
	Funcionamento	Capítulo 50	Total
	16		16
Presidência do Governo Regional	954,07	-	954,07
Vice-Presidência, Emprego e	102		102
Competitividade Empresarial	248,25	134,20	382,45
Secretaria Regional da Solidariedade	17		17
Social	548,97	-	548,97
	3		3
Secretaria Regional da Saúde	100,75	84,89	185,64
Secretaria Regional da Educação Ciência	2 008		2 008
e Cultura	926,31	-	926,31
Secretaria Regional do Turismo e	52		52
Transportes	923,43	-	923,43
	65		65
Secretaria Regional de Recursos Naturais	077,34	841,00	918,34
	2 266	1	2 267
	779,12	060,09	839,21

A Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura foi o departamento do Governo Regional dos Açores com maior impacto relativamente ao pagamento da Remuneração Compensatória, com 2 milhões de euros, seguindo-se a Vice-Presidência, com 102,4 milhares de euros.

Quadro X – Despesas da Administração Regional direta (em euros)

Diário da ALRAA Número 104
16 de junho de 2015

Composição Funcional	Total	%
<i>Funções Gerais de Soberania</i>	<i>111</i>	
	<i>594 000</i>	<i>10</i>
Serviços Gerais	111	
	594 000	
<i>Funções Sociais</i>	<i>679</i>	
	<i>467 733</i>	<i>60</i>
Educação	237	
	176 835	
Saúde	332	
	362 978	
Segurança e Ação Social	35	
	142 018	
Habitação e Serviços Coletivos	59	
	795 420	
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	33	
	308 555	
	<i>232</i>	
<i>Funções Económicas</i>	<i>113 511</i>	<i>21</i>
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	96	
	213 118	
Transportes e Comunicações	79	
	104 682	
Outras Funções Económicas	56	
	795 712	
<i>Outras Funções</i>	<i>104</i>	

Diário da ALRAA Número 104
16 de junho de 2015

	667 305	9
	95	
Operações de Dívida Pública	114 913	
	9	
Diversas não Especificadas	552 391	
	1 127	
Total	842 549	100

Por área funcional destaca-se o gasto relativamente à saúde, educação e operações de dívida pública, com 332,4 milhões de euros, 237,2 milhões de euros e 95,1 milhões de euros, respetivamente.

As Funções Sociais representam 60% da Despesa da Administração Regional direta, as Funções Económicas 21%, as Funções Gerais 10% e as Outras Funções 9%.

Quadro XI – Despesa da Administração Regional direta por funções de 2010 a 2013 (em euros)

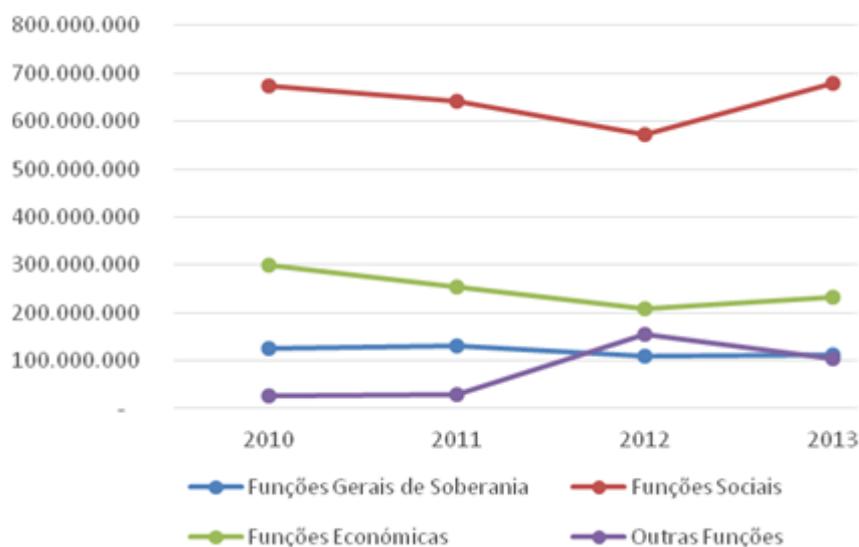
Funções	2010	2011	2012	2013
Funções Gerais de Soberania	124 697 042	130 640 288	110 431 883	111 594 000
Funções Sociais	673 756 570	642 118 892	571 283 740	679 467 733
Funções Económicas	299 545 737	253 262 853	209 800 156	232 113 511

Diário da ALRAA Número 104
16 de junho de 2015

	27	28	156	104
Outras Funções	178 827	329 404	405 241	667 305

As Funções Económicas e as Funções Sociais registaram um incremento de 19% e 11%, relativamente ao ano anterior, enquanto as Outras Funções registaram, no mesmo período, uma redução de 33%.

Gráfico 5 – Despesa da Administração Regional direta por funções de 2010 a 2013 (em euros)



Quadro XII – Despesa dos Serviços e Fundos Autónomos e Entidades Públicas Reclassificadas (em euros)

Diário da ALRAA Número 104
16 de junho de 2015

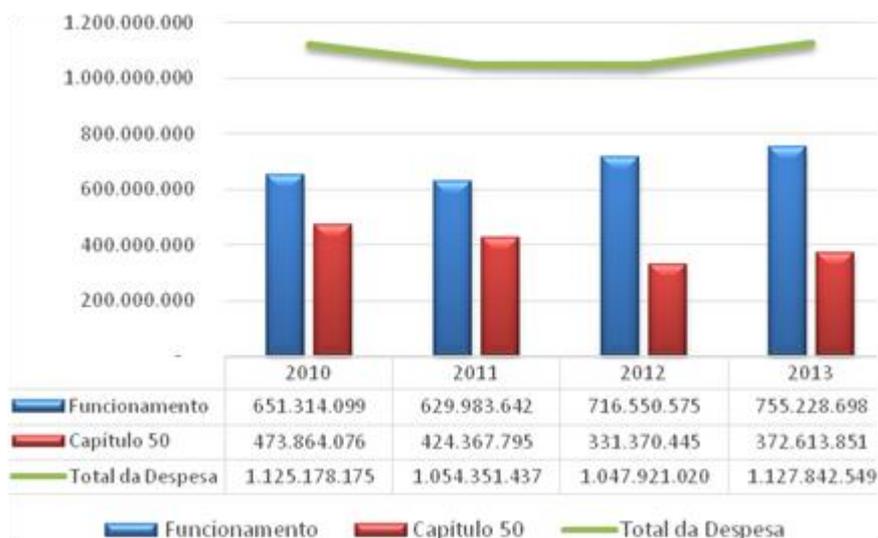
Despesa	Serviços e Fundos Autónomos	Entidades Públicas Reclassificadas	Total
Despesas Correntes	207 631 770	58 110 041	265 741 811
Despesas de Capital	6 330 461	54 454 938	60 785 398
Total	213 962 231	112 564 979	326 527 209

A Despesa dos Serviços e Fundos Autónomos e Entidades Públicas Reclassificadas foi de 326,5 milhões de euros, (214 milhões de euros dos primeiros e 112,6 milhões de euros dos segundos).

Do total cerca de 97% (265,7 milhões de euros) provém das Despesas Correntes enquanto os restantes 3% (60,8 milhões de euros) tem origem nas Despesas de Capital.

Gráfico 6 – Evolução da Despesa (em euros)

Diário da ALRAA Número 104
16 de junho de 2015



A Despesa Total registou um crescimento de 79,9 milhões de euros.

c) Operações Extraorçamentais

As Operações Extraorçamentais tiveram uma dotação de 238 milhões de euros (229,2 milhões de euros em 2012), com uma execução de 106,4% (114,2% em 2012) na Receita, com 253,2 milhões de euros e 105,2% (114,4% em 2012) na Despesa com 250,5 milhões de euros.

Quadro XIII - Operações Extraorçamentais – Execução

Designação	Orçamento		Receita		Despesa	
	Valor		Valor	Tx	Valor	Tx
	€		€	Exec	€	Exec
				%		%

Diário da ALRAA Número 104
16 de junho de 2015

Operações de Tesouraria	27.971.005,00	34.315.278,45	122,6	34.305.921,16	122,6
Outras Operações de Tesouraria	188.888.991,00	209.966.485,92	111,2	206.898.714,79	109,6
Contas de Ordem	21.170.494,00	8.948.647,46	42,3	9.313.682,21	44,0
Operações Extraorçamentais	238.030.410,00	253.230.411,83	106,4	250.518.318,16	105,2

Nas Outras Operações de Tesouraria representam cerca de 83% da totalidade das Operações Extraorçamentais, destacando-se 89,3 milhões de euros referente a Transferências do Orçamento do Estado para as Autarquias Locais, as relacionadas com o FEDER (70,4 milhões de euros) e FSE (38,7 milhões de euros).

d) Apoios financeiros

No ano 2013 os apoios financeiros atribuídos pela Administração Regional ascenderam a 233,2 milhões de euros (197,5 milhões de euros em 2012), dos quais 193,4 milhões de euros foram concedidos por serviços de autonomia financeira e 39,7 milhões de euros pelos fundos e serviços autónomos.

Diário da ALRAA Número 104

16 de junho de 2015

Dos Apoios Atribuídos destacam-se a Secretaria Regional do Turismo e Transportes, com 24,5% do total.

Por Departamento registaram-se os seguintes valores:

- SRTT 57,2 milhões de euros;
- VPGEC 46,2 milhões de euros;
- SRRN 42,2 milhões de euros;
- SRS 34,1 milhões de euros;
- SRSS 27,0 milhões de euros;
- SRECC 25,7 milhões de euros;
- PGR 0,8 milhões de euros.

Relativamente à forma jurídica:

- Serviços com Autonomia Financeira 39,8 milhões de euros;
- Serviços sem Autonomia Financeira 193,4 milhões de euros.

e) Plano de Investimentos

O valor global do Investimento Público previsto pela Administração Regional, em 2013, ascendia a 653,3 milhões de euros (752,8 milhões de euros de euros em 2012), com uma intervenção dos departamentos governamentais, através do Plano, de 67% - 437 milhões de euros (66% –

Diário da ALRAA Número 104

16 de junho de 2015

494,5 milhões de euros em 2012) e com origem Outros Fundos cerca de 33% - 216,3 milhões de euros (34% – 258,2 milhões de euros em 2012).

As fontes de financiamento do Plano tiveram como suporte as Transferências de Capital do OE, com 106,3 milhões de euros – 29% (187,2 milhões de euros - 58% em 2012), Transferências Correntes do OE 107,7 milhões de euros – 29% (6,7 milhões de euros - 2% em 2012), as Transferências da UE no valor de 127,1 milhões de euros – 34% (116,8 milhões de euros – 36% em 2012), e, ainda, a utilização de um Passivo Financeiro de 31,5 milhões de euros – 8% (14,7 milhões de euros – 5% em 2012).

O Plano integrava 14 Programas, 86 Projetos e 404 Ações, da responsabilidade dos diferentes departamentos governamentais.

Das 404 Ações, 374 foram executadas unicamente com verbas do Plano e as restantes 28 com dotações conjuntas do Plano e Outros Fundos.

Quadro XIV– Execução Orçamental do Plano de Investimentos (em euros e em percentagem)

Objetivo / Programa	Orçamento		Executado		Tx
	€	%	€	%	Exec %
Aumentar a competitividade e a empregabilidade da economia Regional	153 251 336	35,1	133 239 362	35,8	86,9

Diário da ALRAA Número 104

16 de junho de 2015

Competitividade, emprego e gestão	58		48 847		
1 pública	452 691	13,4	809	13,1	83,6
Agricultura, florestas e	53		47 216		
2 desenvolvimento rural	890 397	12,3	342	12,7	87,6
	25		23 643		
3 Pescas e aquicultura	829 084	5,9	421	6,3	91,5
	15		13 531		
4 Oferta e animação turística	079 164	3,5	790	3,6	89,7
Promover a qualificação e a inclusão social	166		133 436		
	012 966	38,0	207	35,8	80,4
	70		51 288		
5 Educação, ciência e cultura	916 106	16,2	377	13,8	72,3
	41		33 540		
6 Desenvolvimento do sistema de saúde	562 313	9,5	107	9,0	80,7
	22		20 532		
7 Solidariedade social	371 219	5,1	445	5,5	91,8
	17		15 592		
8 Habitação e renovação urbana	110 512	3,9	112	4,2	91,1
	14		12 483		
9 Desporto e juventude	052 816	3,2	166	3,4	88,8
Aumentar a coesão territorial e a sustentabilidade	116		104 680		
	184 154	26,6	534	28,1	90,1
Transportes, energia e infraestruturas	85		78 228		
10 tecnológicas	809 600	19,6	480	21,0	91,2
	5		5 485		
11 Prevenção de riscos e proteção civil	574 433	1,3	157	1,5	98,4
	24		20 966		
12 Ambiente e ordenamento	800 121	5,7	897	5,6	84,5

Diário da ALRAA Número 104
16 de junho de 2015

Afirmar a identidade Regional e promover a cooperação externa	1		1 257		
	528 000	0,3	748	0,3	82,3
			620		
13 Informação e comunicação	786 000	0,2	857	0,2	79,0
			636		
14 Comunidade e cooperação externa	742 000	0,2	891	0,2	85,8

436	372 613	
976 456	100,0	85,3

f) Dívida Pública e outras responsabilidades

A Dívida da RAA, no final de 2013, é calculada pelo Tribunal de Contas (TC) integrando todas as componentes da Administração Regional Direta e da Administração Regional Indireta.

A Dívida Financeira do Sector Público Administrativo Regional, no final de 2013, perfazia 770,9 milhões de euros (723,1 milhões de euros em 2012), mais 6,6% do que no ano anterior.

A Dívida Administrativa e Comercial situava-se, no final de 2013, em 37,7 milhões de euros, menos 8 milhões de euros do que no ano anterior.

Assim a Dívida Global do Sector Público Regional era, no final de 2013, na ordem dos 808,7 milhões de euros, mais 39,8 milhões de euros do que em 2012. Esse valor corresponde a 22,7% do Produto Interno Bruto relativo a 2012 (no ano anterior era de 21,5%).

Diário da ALRAA Número 104
16 de junho de 2015

A referida dívida era, assim, equivalente a 147,2% relativamente às Receitas Fiscais (180,1% no ano anterior) e 73,5% relativamente às Receitas Efetivas (80,2% no ano anterior).

Quadro XV – Dívida Global do Sector Público Administrativo Regional
(em euros)

Sector Público Administrativo Regional	Financeira		Adm e Comercial		Total	
		%		%		%
Administração Regional direta e SFA	443 730	57,6	30 750	81,4	474 480	58,7
Entidades Públicas Reclassificadas	327 187	42,4	7 019	18,6	334 206	41,3
Total	770 917	100	37 769	100	808 686	100

O limite para a concessão de avales, fixado no ORAA para 2013, foi de 90 milhões de euros (60 milhões de euros em 2012). A RAA concedeu sete avales em 2013 (oito em 2012) no valor de 89,8 milhões de euros (56,9 milhões de euros em 2012), respeitando-se o limite anual autorizado pelo nº 1 do artigo 14.º do Decreto Legislativo Regional nº 2/2013/A, de 22 de abril.

Quadro XVI – Avales concedidos em 2013 (em milhões de euros)

Diário da ALRAA Número 104
16 de junho de 2015

Nº	Entidade	Instituição	Montante	Maturidade
1/13	Lotador, SA	CEMAH	1,5	22/05/2020
2/13	SPHRI, SA	BANIF	22,0	03/07/2020
3/13	Sinaga, SA	BPG SANTANDER	1,7	23/05/2025
4/13	Saudador, SA	TOTTA	4,9	02/07/2018
5/13	Saudador, SA	BANIF	20,4	20/08/2022
6/13	Saudador, SA	CGD	5,4	12/08/2018
7/13	Saudador, SA	CGD	34,0	30/06/2022
Total			89,8	

No final de 2012 as responsabilidades em Avals ascendiam a 458,2 milhões de euros. Tendo em conta os avals concedidos na ordem dos 89,8 milhões de euros em 2013 e as amortizações nesse mesmo ano na ordem dos 59,5 milhões de euros, verifica-se que a responsabilidade com avals registou um crescimento de 29,5 milhões de euros.

As garantias prestadas através de cartas de conforto ascendiam, no final de 2013, cerca de 346,6 milhões de euros.

g) Património

No final do ano de 2013, o património físico inventariável apresentava um valor atualizado de cerca de 740,9 milhões de euros (730,3 milhares de euros em 2012). Esta variação de 10,5 milhares de euros está relacionada com a valorização no final do exercício.

A afetação daquele património, constituído pelos bens móveis, imóveis e semoventes, estava distribuída pelos diferentes serviços da Administração Regional:

- Administração Regional direta – 322,7 milhões de euros (43,6%);
- Serviços Autónomos – 331,1 milhões de euros (44,7%);
- Administração indireta – 39,6 milhões de euros (5,3%);
- Sector Público Empresarial – 451 milhares de euros (0,1%);
- Administração Central – 10,3 milhões de euros (1,4%);
- Outras Entidades – 36,7 milhões de euros (5,0%).

Quadro XVII – Bens Patrimoniais em 2013 (em milhões de euros)

Bens	Valores Apresentados na Conta					
	Em 1/Jan. 2013	Abates	Aquisições	Ajustamento	Em 31/Dez/2013	Varição
Móveis	52 578	843	3 122	-	54 857	2 279

Diário da ALRAA Número 104
16 de junho de 2015

Imóveis	673		11		681	8
	348	2 751	056	-	653	305
Semoventes	4				4	
	422	34	41	- 89	340	- 82
Totais	730		14		740	10
	348	3 628	219	- 89	850	502

A Região Autónoma dos Açores participa direta e indiretamente em 40 empresas, sendo 30 com capital maioritário, das quais 21 com o total do capital. Das restantes 10 com participação minoritária, 2 destas empresas a Região detém menos de 10% do seu capital social.

h) Fluxos Financeiros entre a Administração direta e Subsector dos Serviços e Fundos Autónomos

Os fluxos financeiros para o Subsector do Serviços e Fundos Autónomos ascenderam a 416,9 milhões de euros.

Os Serviços e Fundos Autónomos receberam 63 milhões de euros, destacando-se:

- IAMA, com 17,4 milhões de euros,
- Fundos Escolares, com 12,2 milhões de euros,

- Fundo Regional de Apoio à Coesão e Desenvolvimento Económico, com 11,3 milhões de euros,
- IDSA, com 10,3 milhões;
- Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, com 6,4 milhões de euros.

Por sua vez as Entidades Públicas Reclassificadas beneficiaram de 353,9 milhões de euros, onde se destaca:

- Sudaçor, SA, com 330,1 milhões de euros (mais 66 milhões de euros do que em 2012);
- Ilhas de Valor SA, com 12,9 milhões de euros;
- Atlanticoline SA, com 7,1 milhões de euros;
- IROA SA, com 3 milhões de euros;
- Teatro Micaelense, com 0,9 milhões de euros.

i) Fluxos Financeiros com as Instituições Sem Fins Lucrativos Públicas

Foram transferidas para as Instituições Sem Fins Lucrativos Públicas cerca de 4,5 milhões de euros, sendo 71% destinados à Associação Turismo dos Açores.

j) Fluxos Financeiros com as Sociedades Não Financeiras Públicas

Para as Sociedades Não Financeiras Públicas foram canalizados 35,3 milhões de euros e a grande maioria (91%) foram destinados às seguintes entidades:

- SATA – Air Açores SA – 13,4 milhões de euros, de acordo com o contrato de concessão dos serviços aéreos regulares no interior da Região;
- SPRHI SA – 8,4 milhões de euros;
- Azorina SA – 6 milhões de euros;
- Lotaçor SA – 4,3 milhões de euros.

1) Fluxos Financeiros com a União Europeia

Os Fundos Comunitários executados e transferidos para a Região Autónoma dos Açores, no período 2007-2013, foi de 1,2 mil milhões de euros, tendo sido aprovados nesse mesmo período 1,8 mil milhões de euros.

Em 2013 os fundos comunitários transferidos para a Região atingiram 356,7 milhões de euros, oriundos dos seguintes programas:

- | | |
|----------|-------------------------|
| ✓ FEDER | 190,3 milhões de euros; |
| ✓ FSE | 39,4 milhões de euros; |
| ✓ FEADER | 43,0 milhões de euros; |
| ✓ FEAGA | 77,6 milhões de euros; |
| ✓ FEP | 3,6 milhões de euros; |
| ✓ FCOES | 9,4 milhões de euros; |
| ✓ Outros | 1,0 milhões de euros. |

m) Fluxos Financeiros com a sua Segurança Social

Na Região, o sistema de Segurança Social é descentralizado, mas não regionalizado na sua vertente financeira, pelo que os descontos efetuados na Região não são receita desta, mas sim do Estado.

3. Recomendações

a) Não acatadas

Tendo em vista a correção de alguns procedimentos considerados pelo Tribunal de Contas como menos corretos, o referido organismo emite as seguintes recomendações, que se passa a citar:

1. A Proposta de Orçamento deverá referenciar os critérios de atribuição de subsídios;
2. Respeitar a regra do equilíbrio orçamental, enunciada no n.º 2 do artigo 4º da LEORAA;
3. O Orçamento da Região deverá indicar a finalidade prevista para os empréstimos contraídos anualmente, do mesmo modo que a Conta da Região deverá mencionar a respetiva aplicação;
4. Na contabilização das Despesas Públicas, a Conta da Região deverá respeitar a Classificação Económica das Receitas e Despesas;

5. Justificar as divergências que ocorram entre os saldos transitados, nos SFA;

6. A Conta Consolidada deve ser suficientemente explícita, permitindo a sua efetiva verificação e conferência. As transferências deverão ser explicitadas, tanto na origem como na aplicação;

7. A Conta da Região deverá refletir uma análise consolidada dos resultados alcançados com a atribuição de apoios financeiros, permitindo uma avaliação objetiva da eficácia e eficiência dos apoios concedidos;

8. Os instrumentos de planeamento deverão apresentar informações sobre investimentos das empresas públicas, fundos e organismos autónomas e administração local, realizados em cooperação com o Governo Regional, identificando as outras entidades envolvidas na execução do Investimento Público;

9. O Relatório de Execução e Avaliação Material e Financeira do Plano Regional Anual deverá integrar a totalidade do Investimento Público;

10. Os Instrumentos de planeamento, assim como o Orçamento da Região, deverão apresentar as componentes, regional e comunitária, da despesa, especificando os fundos estruturais, a intervenção e o programa da União Europeia envolvidos;

11. O Relatório de Execução e Avaliação Material e Financeira do Plano Regional Anual deverá integrar as fontes de financiamento dos investimentos, especificados por Programa, Projeto e Ação;

12. O Plano Regional Anual e o respetivo Relatório de Execução e Avaliação Material e Financeira deverão apresentar a dotação orçamental por ilha, dos investimentos do Plano e Outros Fundos;

13. O Relatório de Execução e Avaliação Material e Financeira do Plano Regional Anual deverá apresentar, de forma mais completa, a execução material e financeira das Ações, bem como as razões da sua não execução, quando tal se verifique;

14. No âmbito do Plano de Investimentos, a Conta da Região deverá quantificar e identificar os compromissos financeiros assumidos e não concretizados, por Programa, Projeto e Ação, bem como os encargos assumidos e não pagos.

b) Outras

1. A Conta da Região deverá justificar eventuais compensações financeiras que ocorram.

c) Acatadas

Cumpra a esta Comissão elencar as recomendações feitas pelo Tribunal de Contas e acolhidas em 2013, quer na íntegra quer parcelarmente, pela Administração Regional:

1. Cumprir o prazo estabelecido no n.º 2 do artigo 15.º do Sistema Regional do Planeamento Regional para a apresentação do Relatório de

Execução e Avaliação Material e Financeira do Plano Regional Anual à Assembleia Legislativa;

2. A contabilização de despesas de investimento em rubricas residuais não deverá atingir valores elevados, permitindo uma especificação desagregada das despesas e contribuindo para a transparência na sua aplicação;

3. Aprovação de legislação que regularmente a totalidade da atribuição de subsídios, tornando os sistemas mais transparentes, de forma a potenciar uma melhor aplicação dos dinheiros públicos.

d) Novas recomendações

1. Discriminar, no mapa de responsabilidades contratuais plurianuais, que integra a proposta de Orçamento, as responsabilidades por serviços integrados e por serviços e fundos autónomos, incluindo as entidades públicas reclassificadas;

2. Incluir maior rigor na previsão orçamental de receitas provenientes da venda de bens de investimento;

3. Refletir, no orçamento revisto dos serviços integrados, o saldo de gerência anterior.

4. Incluir, nos instrumentos de planeamento, informação relativa aos investimentos executados através de Outros Fundos, materializados por entidades públicas, identificando-as;

5. Incluir, nos instrumentos de planeamento ou no processo orçamental, informação relativa à componente comunitária envolvida na execução das Ações, identificando os fundos estruturais e os programas comunitários envolvidos;

6. Incluir, nos instrumentos de planeamento ou no processo orçamental, informação relativa às operações que são executadas com as verbas provenientes do produto de empréstimos contraídos no ano, enquadrando-as na estrutura programática do Plano Regional, ao nível do Programa, Projeto e Ação;

7. Incluir, nos instrumentos de planeamento ou no processo orçamental, informação relativa aos cronogramas físicos e financeiros das Ações e o grau de execução material e financeiro das mesmas;

Relativamente à Conta, sua estrutura e conteúdo, o Tribunal de Contas recomenda ainda:

8. Incluir os mapas com os orçamentos revistos dos serviços e fundos autónomos e das entidades públicas reclassificadas;

9. Explicitar a metodologia utilizada na consolidação e identificar as operações e montantes objeto de consolidação;

10. Explicitar a metodologia de conversão dos sistemas contabilísticos das entidades públicas reclassificadas;

Diário da ALRAA Número 104

16 de junho de 2015

11. Apresentar os valores dos saldos de anos findos e dos saldos para o ano seguinte por operações orçamentais e extraorçamentais, coerentes com os montantes constantes dos diversos documentos de prestação de contas;
12. Evidenciar as subvenções atribuídas e não pagas;
13. Apresentar a análise consolidada dos resultados da atribuição de subvenções públicas, permitindo uma avaliação da eficácia e eficiência;
14. Incluir o mapa discriminativo da aplicação do produto dos empréstimos contraídos no exercício orçamental;
15. Classificar as transferências do Estado, efetuadas ao abrigo do princípio da solidariedade, de acordo com a respetiva natureza;
16. Definir um critério coerente e uniforme de registo dos fundos comunitários, de modo a que os mesmos se encontrem devidamente refletidos na Conta;
17. Observar o regime legal de concessão de garantias, designadamente a competência e o limite máximo para sua emissão;
18. Estabelecer um limite máximo acumulado para a concessão de garantias pessoais pela RAA;

19. Organizar as entidades com funções de tesouraria da Administração Regional direta por forma a cumprir a obrigação de prestação de contas relativamente à totalidade da receita arrecadada pela RAA;

20. Promover a conclusão dos processos de inventariação e avaliação da situação patrimonial da RAA.

CAPITULO III - CONCLUSÃO E PARECER

A Comissão de Economia após a análise da Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2013, dos pareceres das restantes Comissões permanentes da ALRAA e do parecer da Secção Regional do Tribunal de Contas, **entendeu por maioria, com os votos a favor do PS e as abstenções, com reserva de posição para Plenário, do PSD e CDS-PP, que a Conta da Região de 2013, está em condições de ser aprovada pela ALRAA.**

Ao presente relatório são anexos os relatórios e pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativos à Conta de 2013.

Ponta Delgada, 26 de fevereiro de 2015.

O Relator, *José Ávila*

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade

O Presidente, *Francisco César*

Deputados Ricardo Cabral e Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem inscrições.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje, em junho de 2015, estamos aqui para analisar a Conta da Região de 2013 que corresponde à execução dos documentos provisionais aprovados em 2012 e que tiveram a sua execução concluída há 18 meses. Portanto, importa recuar no enquadramento desta altura para podermos analisar essa mesma Conta.

O ano de 2013 foi um ano complexo, um ano difícil, no contexto internacional, nacional e também regional.

2013 foi o ano em que foi introduzido o novo Sistema Contabilístico Europeu – SEC 2010 – e esse novo Sistema Contabilístico Europeu permitiu responder a todos aqueles que questionavam muitas vezes, quando se apresentava o resultado de uma Conta, que a execução orçamental era *x*, mas havia alguém que levantasse a componente da dívida administrativa.

O SEC 2010 contempla essa variação e havia outros que contemplavam o Setor Público Empresarial, nomeadamente, por exemplo, os hospitais, a SPRHI e outras empresas.

O SEC 2010 contempla todas essas entidades públicas, ou seja, nós estamos aqui a analisar uma Conta que ao abrigo do Sistema Contabilístico Europeu, pelo que se rege toda a Europa e é a única linguagem utilizada em termos comparativos com o país, apresentou em 2013, com esse mesmo novo enquadramento, um resultado de défice de apenas 0,2 % do nosso Produto Interno Bruto, ou seja, a partir de 2013 os Açores deixaram, apesar de toda essa nova envolvência, de ter qualquer peso ou qualquer contributo para as contas públicas nacionais, não tendo

a partir de 2013 qualquer impacto negativo na consolidação das contas públicas.

Fazendo o país um esforço para uma trajetória de redução do próprio défice, saber que este ano que estamos aqui a analisar foi o ano onde os Açores deixaram de ter qualquer impacto e de constituir qualquer encargo do ponto de vista das contas públicas para o país é particularmente relevante.

Ainda é mais relevante que depois do esforço efetuado em 2013 pelo país, Portugal fechou o ano com um défice, de acordo com este critério, de 4,8 %, ou seja, os resultados dos Açores foram 24 vezes melhores do que aqueles obtidos pelo país de acordo com os critérios generalizadamente aceites e de acordo com os critérios que o PSD e o PP na República utilizam para avaliar as contas públicas.

Isso só foi possível porque conseguiu-se conjugar em 2013 um conjunto de fatores na sequência de uma sustentabilidade efetiva das próprias finanças públicas.

Se o orçamento de 2013 tinha uma autorização de financiamento e consequentemente défice do ponto de vista orçamental autorizado por esta Assembleia de 30 milhões de euros, foi possível, pela variação, pela redução de 14,7 milhões de euros da dívida administrativa e por contributo conjunto das empresas públicas (incluindo a SAUDAÇOR, os três hospitais, a SPRHI, o IROA, a Atlanticoline, as Ilhas de Valor, a SDEA, o Teatro Micaelense e até a ATA - imagine-se!), ... O conjunto destas empresas teve resultados operacionais positivos no seu conjunto de 8,7 milhões de euros, o que permitiu que o défice final em 2013 fosse apenas 0,2 % do PIB, ou seja, 8,5 milhões de euros, porque o financiamento direto teve um impacto positivo na redução, não só da dívida comercial, da dívida administrativa e um resultado positivo de

exploração do conjunto de empresas que estão reclassificadas no perímetro da administração pública e isso é, como referi, particularmente relevante quando no mesmo ano o país teve um resultado, face aos mesmos critérios, de 4,8 % de défice, ou seja, os Açores tiveram um resultado 24 vezes melhor.

E se isso é relevante do ponto de vista das contas de 2013, incluindo toda a variação da dívida administrativa, incluindo a administração direta, a administração indireta e as empresas públicas todas que consolidam dentro do perímetro (e como referi foi substancialmente alterado e ampliado), ainda é mais relevante quando comparamos também, já de acordo com estes novos critérios de 2010 (incluindo os hospitais, incluindo a saúde, a SPRHI, tudo isso) que a dívida pública nos Açores representa 34 % do nosso PIB, enquanto no mesmo ano a dívida pública no país representava 130 % do PIB.

Por outras palavras, e numa linguagem mais simples, os Açores pagam toda a dívida pública, quer direta, quer indireta, quer destas empresas todas que são consideradas na administração pública com quatro meses da sua produção. O país precisa de 16 meses da sua produção para fazer a correspondente amortização.

Isto aconteceu essencialmente porque registou-se em 2013 uma execução bastante significativa da componente da receita, 94 %. As receitas próprias da Região tiveram uma execução de 100 %, o que resolve claramente um problema que muitas vezes era aqui identificado, de uma previsão excessiva da receita face ao que se iria executar.

O segundo aspeto relevante é uma boa evolução da componente da despesa. Houve uma redução nas despesas de funcionamento, uma poupança de 26,1 milhões de euros face ao que estava orçamentado, apesar da despesa de pessoal ter crescido e muito em 2013 (porque é bom

lembrar, foi o ano em que foi repostado o subsídio de Natal e o subsídio de férias).

Terceiro aspeto também relevante é ao nível do plano de investimentos da Região que teve uma execução de 85 %, ou seja, o investimento público direto, capítulo 50, cresceu 41,3 milhões face ao ano anterior, mais 12 %. Outro aspeto que é relevante e que tem originado debates nas Contas da Região nos anos anteriores e que gostaria aqui de referir, é que de acordo com os cálculos, e inclusivamente aquilo que vem no relatório do Tribunal de Contas para 2013, as responsabilidades futuras com as parcerias público privadas desceram para menos de metade do valor identificado em 2012, ou seja, em 2012 o relatório do Tribunal de Contas, página 161, apontava 1.168 milhões de euros de responsabilidades futuras em parcerias público privadas. Em 2013, passaram a apresentar 556 milhões de euros, ou seja, uma redução de 612 milhões de euros em 2013. Segundo aspeto essencial é aquele que se referia à principal análise nos debates, particularmente em relação ao PSD (e tenho aqui várias declarações), em que a principal crítica - e compreensiva - era em relação à existência de subsídios sem enquadramento legal. Era esta a principal abordagem que o PSD fazia sobre essa matéria, referindo que era uma questão de falta de transparência, ...

Deputado António Marinho (PSD): Já vamos falar disso!

O Orador: ... falta de rigor.

Ora bem, a Conta de 2013 não faz qualquer referência à existência de subsídios sem enquadramento legal, o que quer dizer que de acordo com o nosso compromisso assumido de vir a reduzir substancialmente essa realidade, em 2013 cumprimos integralmente este compromisso assumido em nome da transparência e do rigor.

Deputado André Bradford (PS): E agora o que é que eles vão dizer, Sr. Vice-Presidente? Não têm nada para dizer!

Deputado Francisco César (PS): Hão de arranjar alguma coisa!

O Orador: Outro aspeto essencial é a significativa, como é evidenciada no cálculo do apuramento do défice e da sua redução, melhoria nos prazos médios de pagamento, uma redução da dívida administrativa direta e indireta de 14,7 milhões de euros e no Sector Público Empresarial de 11,6, ou seja, num conjunto de 26,6 milhões de euros, o que contribuiu para uma redução de 15 % dos prazos médios de pagamento em 2013.

Para concluir esta abordagem, gostaria de fazer também uma referência que 2013 foi o primeiro ano onde estava supostamente em execução o famoso Memorando de Entendimento assinado pelo Governo da República em agosto de 2012.

O que se demonstrou na prática é que foi ao contrário do que alguns quiseram fazer anunciar, que com esse mesmo Memorando de Entendimento não se perdeu nenhuma autonomia, não se condicionou em nada os apoios, a capacidade fiscal, a nossa competência, ou seja, afinal passados dois anos já ninguém se lembra que houve um Memorando de Entendimento.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

Deputado Bruno Belo (PSD): Era bom que o senhor dissesse tudo!

O Orador: Se formos buscar as declarações do grande caos e condicionalismo de que nos acusavam de ser no futuro da Região por esse Memorando de Entendimento, todos chegarão à conclusão que quem disse isso não tinha a mais absoluta razão e aquilo que dissemos foi aquilo que veio efetivamente a acontecer.

Mas mais importante do que esta análise é aquilo que vai para além dos números e o que vai para além dos números são dois aspetos que considero essenciais.

Um é esta realidade que nos permite efetivamente proporcionar aos açorianos uma disponibilidade de mais 250 milhões de euros em termos de rendimento do que aquilo que se vivia se vivessem na Madeira ou no continente, nomeadamente ao nível de pagar menos impostos sobre o trabalho, menos impostos sobre as empresas, menos impostos sobre o consumo, menos impostos sobre os produtos petrolíferos, terem um complemento à sua remuneração enquanto funcionários públicos, trabalharem menos horas, terem um complemento de apoio às suas pensões, um complemento ao Abono de Família, um complemento à aquisição de medicamentos, um complemento nos apoios sociais e um complemento nos apoios educativos, entre muitos outros complementos que fazem com que esses números, que são áridos, necessariamente se reflitam na vida de cada açoriano.

Mas também penso que é altura de nós discutirmos um aspeto essencial. Ao longo deste percurso nos últimos quatro anos (e ninguém tem dúvidas sobre isso, a nível nacional, a nível internacional, a nível regional), os Açores deram um contributo para a consolidação das contas públicas de forma substancialmente superior àquela que (pelo que os indicadores todos demonstram) foi exigida ao resto do país.

Evidentemente o nosso ponto de partida era claramente mais favorável, mas os Açores cumpriram na íntegra o seu esforço e a sua componente de solidariedade nacional.

O ano de 2013 que estamos aqui a analisar marca o primeiro ano onde os Açores não têm qualquer impacto nas contas públicas nacionais. Este esforço que fizemos conscientemente permitiu-nos criar as condições

efetivas para que hoje possamos dizer também ao país que aquilo que foi o equilíbrio e os resultados que a Região apresentou e que foram usados nos momentos mais difíceis como o principal exemplo (e eu sou testemunha disso, porque estava lá) de credibilidade do país, é sem dúvida o nosso principal capital para que possamos ter a partir de agora também um poder reivindicativo e um nível de exigência superior, tendo em conta que nos momentos mais difíceis os Açores foi a Região que melhor cumpriu e por isso mesmo, em termos de contas públicas, nós temos todo o argumento e todo o capital político em defesa dos açorianos para exigir mais ao país, não como uma dádiva, mas como uma retribuição daquilo que foi o nosso esforço; não como algo que se pede, mas como uma justiça que se deve fazer e esse património que os Açores e os açorianos têm é um património que deve ser defendido por todos. Quem não defender esse património não está a atacar o Governo, está a prejudicar os Açores e os açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O momento a que nós acabámos de assistir foi um bocadinho falar do paraíso.

O Sr. Vice-Presidente na sua forma de estar habitual começa por falar do paraíso quando se refere ao estado das finanças regionais.

Nós temos que dizer que relativamente a esta Conta há uma constatação que tem de ser feita: é que ela não traz grandes novidades relativamente

àquilo que trouxe em anos anteriores. Não há grandes novidades. Há poucas novidades em relação àquilo que se verificou e àquilo que se vem verificando ao longo dos anos ...

Deputado José San-Bento (PS): Há muitas!

O Orador: ... o que não é bom, porque isso significa que parte dos problemas que têm sido assinalados, designadamente por entidades idóneas e independentes que existiam no passado, não têm vindo a ser resolvidas. Portanto, mantêm-se os principais problemas que existiam.

Relativamente às poucas novidades, falaremos delas daqui a pouco, não são boas, não melhoram, pelo contrário, acabam por tornar o cenário um bocadinho mais preocupante ainda.

Portanto, mantêm-se pelo menos as preocupações que existiam até aqui.

Há algumas melhorias?

Mal feito fora se não existissem algumas melhorias. Existe uma melhoria aqui ou ali, mas são melhorias que não mudam o percurso. O percurso que se tinha vindo a verificar esse mantém-se na íntegra absolutamente intocável.

Existe alguma degradação?

Deputado Francisco César (PS): Existe?

O Orador: Infelizmente existe alguma degradação. Existe! Com certeza que existe.

Aliás, o senhor vai ver inclusivamente que fez ali uma declaração que é, eu diria, “espantástica” ...

Deputado José San-Bento (PS): O que é que isso quer dizer?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Tranquilo! Serenidade!

O Orador: ... para não dizer outra coisa, mas já lá vamos. Teremos tempo, teremos tempo!

Acima de tudo aquilo que nos preocupa relativamente a esta Conta, e designadamente da avaliação que dela é feita por parte do Tribunal de Contas, é a questão da transparência. A tal que o senhor já introduziu um bocadinho essa questão quando falou nos subsídios, esqueceu-se foi de outras coisas. Naturalmente que os seus esquecimentos não são obviamente ingénuos.

Relativamente ao nível da transparência ou a falta de transparência, ela intensifica-se e está disseminada um pouco ao longo de todo o parecer apresentado pelo Tribunal de Contas. Portanto, em contraposição ao tal paraíso que o Sr. Vice-Presidente falava, vou só falar em alguns.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os açorianos não sabem fazer contas!

O Orador: Logo na página três (este é na página três está efetivamente aqui, todos lá conseguem ir, não é daqueles documentos que só o Governo conhece algumas páginas que nós todos não conhecemos) diz e, portanto, fazendo quase que resumo: “Situações que afetam a fiabilidade da Conta”.

Vou só falar em algumas ou falar em alguns verbos que são utilizados.

“A Conta omite informação relativa à dívida de entidades que integram o perímetro orçamental.”

Deita por terra grande parte daquilo que o Sr. Vice-Presidente falou.

“Omite”, quem o diz é uma entidade independente como é o Tribunal de Contas. “Omite”, o verbo utilizado é forte e é preocupante.

“Não menciona as responsabilidades assumidas no âmbito das parcerias público privadas e dos contratos ARAAL.”

“Não demonstra o cumprimento dos limites legais de endividamento.”

“Omite”, “não menciona”, “não demonstra”!

“Regista receitas provenientes de fundos comunitários já depois de encerrado o período complementar.”

“Omite mapas dos orçamentos revistos dos serviços e fundos autónomos.”

“Mostra divergências entre os valores expostos nos volumes I e II.”

“A receita efetiva das entidades públicas reclassificadas registada na Conta é inferior à constante do boletim de execução orçamental.”

Mas não fica por aqui. Isto está um pouco disseminado ao longo de todo o documento.

“Constatam-se diversas situações de incorreta contabilização da despesa e várias divergências entre os valores das transferências.”

Vou passando por aqui algumas.

“Sem uma adequada classificação das receitas provenientes do Orçamento de Estado.”

E depois, “a receita cobra nas tesourarias que leva a recomendar uma reorganização das entidades com funções de tesouraria por forma a cumprir a obrigação de prestação de contas relativamente à totalidade da receita arrecadada.”

Iriamos por aí ao longo de todo o documento.

Mais algumas. Esta é interessante, porque teve a ver com uma iniciativa aqui apresentada pelo PSD no âmbito do pacote de transparência, ou também tem a ver com isso.

“O Governo Regional poderia ainda disponibilizar na respetiva página da internet os dados essenciais sobre as subvenções atribuídas [ouviu Sr. Vice-Presidente?] em formato que permitisse a qualquer interessado a sua consulta e pesquisa.”

Mais uma vez, esconder aquilo que devia ser público, que todos devíamos conhecer, que todos os açorianos deviam conhecer.

Para o Sr. Vice-Presidente é o paraíso!

Aqui estão aquelas situações que nos devem fazer pensar e que devem fazer os açorianos pensar.

“A Conta revela diversas situações de incorreta contabilização da despesa.”

E vamos por aí adiante.

“Com base nos cruzamentos efetuados entre a Conta e a prestação de contas e outras informações prestadas pelas respetivas entidades apuraram-se várias divergências.”

“O valor do saldo dos anos findos não é consistente com o mapa dos fundos e serviços autónomos.”

“A incongruência do valor das operações extra orçamentais das entidades públicas decorre de uma execução de receita nula e de um valor de execução da despesa de um determinado valor.” “Incongruência”!

E por aí adiante.

A determinada altura nós poderíamos estar aqui uma tarde inteira.

Relativamente à consolidação das operações orçamentais diz que é “uma situação que já havia sido observada nas contas relativas a anos anteriores, que o Governo não cumpriu para suprir a deficiência e esta recomendação não foi acatada.”

“A consistência dos valores expostos na Conta suscita algumas reservas.”

“São significativas as diferenças apuradas nas transferências correntes e de capital, quer da receita, quer da despesa, atingindo valores inferiores”...

Ou seja, isto é um conjunto de apreciações que deviam fazer corar de vergonha, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... designadamente o responsável pelas finanças públicas regionais, Sr. Vice-Presidente do Governo, e devia obviamente fazer corar de vergonha o Partido Socialista que tem um Governo que pura e simplesmente alinha na falta de transparência na gestão que faz da coisa pública.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É manifestamente a falta de transparência o principal problema, o principal mal de que sofre este Governo.

E vamos por aí adiante.

Deputado André Bradford (PS): Ainda não acabou?

O Orador: Não! Há muito mais!

Deputado André Bradford (PS): Ah! Há mais ainda!

O Orador: Há os paraísos dos senhores, daqueles que sabem que aqui não há um paraíso e daqueles que estão também convencidos, como aquele senhor que diz que é um paraíso, é porque é um paraíso. A maioria dos senhores aqui não olharam para o parecer do Tribunal de Contas. Tenho a certeza absoluta!

Deputado José San-Bento (PS): Não!

Deputado Francisco César (PS): Foram os seus colegas todos!

O Orador: Menos o Sr. Deputado José San-Bento, que esse então gosta muito de livros e lê tudo, só que tem um problema, Sr. Deputado José San-Bento: ...

Deputado José San-Bento (PS): Diga!

O Orador: ... não basta ler. É preciso perceber!

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Oh, Sr. Deputado, isso o que é? Isso é um insulto! Fica-lhe mal! Fica-lhe mal!

O Orador: É exatamente isso que acabei de dizer!

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

Deputado Luís Maurício (PSD): Não coloque interesses pessoais acima de interesses coletivos!

O Orador: Haveria por aqui todas aquelas referências que foram feitas relativamente à Conta...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Vou aproveitar para beber um bocadinho de água.

Deputado José San-Bento (PS): Está a precisar!

O Orador: Muito obrigado ao meu companheiro Luís Maurício por me deixar beber esta aguinha.

Quanto tempo é que eu já levo?

Relativamente a esta questão da falta de transparência, aliás, como ficou aqui evidenciado, há uma total contradição entre a realidade que se constata no documento e o discurso que é proferido por parte dos seus responsáveis.

O Governo faz o seu autoelogio habitual. Acabámos de o ouvir por parte do Sr. Vice-Presidente. O Tribunal de Contas preocupa-se com a evolução que estão a sofrer as finanças públicas regionais.

O Governo age em causa própria. O Tribunal de Contas é uma entidade isenta, independente e é um órgão de soberania.

O Governo diz que tudo está bem e que recomenda. Foi o que fez o Sr. Vice-Presidente do Governo. O Tribunal de Contas mantém-se apreensivo com a evolução das finanças públicas regionais e

designadamente com alguns endividamentos que ainda teremos oportunidade de falar aqui.

O Governo diz que cumpre, paga a tempo e horas. O Sr. Vice-Presidente acabou de o referir há pouco. O Tribunal de Contas encontra novos instrumentos para suprir os pagamentos que o Governo não consegue satisfazer.

Nesta linha não me espanta, o Sr. Vice-Presidente vai voltar a falar, que daqui a pouco surja mais uma daquelas declarações bombásticas normalmente artilhadas pelo Sr. Vice-Presidente para aqui as referir em plenário, daquelas que só o Governo sabe. Nós não sabemos de onde é que elas vêm e depois de sairmos daqui bem tentamos procurar e ver onde é que elas estão e elas continuam a ser espelhadas em documento absolutamente algum, ou seja, são as fantasias do Sr. Vice-Presidente do Governo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fantasias?!

O Orador: Dizia o Sr. Vice-Presidente do Governo nesta apresentação que fez como já o tinha feito no momento em que apresentou a Conta, falava então no tal paraíso.

Recomendo que faça a leitura que já fez do capítulo 24, do parecer do Tribunal de Contas, cujo título é “Riscos orçamentais”.

Diz o Tribunal de Contas: “As responsabilidades assumidas com as parcerias público privadas constituem mais um elemento de pressão sobre as finanças regionais.”

Não sou eu que o digo, é o Tribunal de Contas.

“Identificam-se riscos orçamentais decorrentes da existência de responsabilidades contingentes no âmbito desta parceria público privada.”

O Sr. Vice-Presidente dizia há uns tempos atrás que no caso das PPPs dos Açores não há contingências, não há responsabilidades de contingência, porque tudo está nos contratos.

Afinal de contas o Tribunal de Contas entende justamente o contrário daquilo que o Sr. Vice-Presidente fala.

“A elevada concentração da dívida do setor público administrativo regional no período de 2014-18 constitui um fator de risco [o Sr. Vice-Presidente diz que está tudo bem] para a estabilidade das finanças públicas regionais na eventualidade de ocorrerem circunstâncias que dificultem o acesso aos mercados financeiros.

Admite-se como provável o agravamento dos custos associados ao refinanciamento da dívida.

Excetuando o caso do Grupo EDA, a maioria das empresas que obtiveram excedentes operacionais apresentam níveis de dívida em 2014 que irá requerer a mobilização de recursos que excedem largamente a capacidade de geração de meios evidenciada pelas respetivas entidades.”

Quem o diz é o Tribunal de Contas, esta situação de risco que existe.

“A generalidade das entidades do Setor Público Empresarial Regional consubstancia riscos elevados para as finanças públicas regionais.”

E por aí adiante.

Portanto, este risco é um risco que está patente e que o Tribunal de Contas identifica que contraria completamente o discurso de paraíso da parte do Sr. Vice-Presidente.

Finalizemos nesta primeira parte com a “coqueluche”. A “coqueluche” do Governo Regional que ficou evidenciada na Conta de 2013 chama-se cartas conforto.

Deputado André Bradford (PS): Chama-se o quê?

O Orador: Diz o Tribunal de Contas relativamente a estas cartas conforto (para já logo à partida mais uma vez aqui a transparência): “São superiores em cerca de 15 milhões de euros aos valores apresentados pelo Governo Regional.”

Também aí não foi correto naquilo que apresentou.

“São empréstimos, garantias as cartas conforto de acordo com a informação prestada pelas entidades patrocinadas.

Foram emitidas pelo Vice-Presidente do Governo Regional 23 cartas que garantiam operações de 117 milhões de euros.”

Diz o Tribunal de Contas relativamente às cartas conforto: há graus de compromisso diferenciados, muitas delas é no sentido do Governo se comprometer a promover todas as diligências necessárias junto das entidades patrocinadas a fim de que estas cumpram as obrigações, algumas em que diz se a empresa tal (no caso aqui a Portos dos Açores) não cumprir as suas obrigações, então a Região Autónoma dos Açores obriga-se a cumpri-las em nome da Portos dos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Mas isto é um princípio de aval!

O Orador: Mas isto é um verdadeiro aval, não é uma carta conforto e como tal fugiu ao limite de avales que tinha sido aqui aprovado. Essa é a questão.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas mais grave ainda, como se referiu as cartas conforto foram todas emitidas pelo Vice-Presidente do Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora bem!

O Orador: Parece bem?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não!

O Orador: Pareceria bem não fosse o caso de o regime de concessão de garantias em vigor na Região Autónoma dos Açores atribuir essa competência não ao Vice-Presidente do Governo, mas ao Conselho de Governo Regional e, portanto, mais uma vez aí é o facilitismo do Sr. Vice-Presidente ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o todo-poderoso!

O Orador: ... na forma de utilizar instrumentos para quê?

Para conseguir dinheiro por incapacidade de fazer as transferências que seriam necessárias, porque o senhor não tem dinheiro para pagar os compromissos que assume. Esse é o problema ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e deixo uma última questão (se o Sr. Vice-Presidente nos quiser ser sincero neste momento): o que é que se passou em 2014 com cartas conforto? Emitiu muitas? Poucas? Que entidades?

Atribuiu algumas a algumas entidades ali mais próximo do final do ano?

Foram bem aceites?

Os próprios bancos aceitaram essa situação?

O Tribunal de Contas como é que encarou essa possibilidade?

Diga-nos o que é que se passou em 2014 e que empresas é que beneficiaram dessas cartas conforto?

Isso intensificou-se ou não se intensificou?

E agora em 2015, já começou outra vez o recurso a esta nova “coqueluche” em que entraram depois dos sucessivos instrumentos que foram abandonando e foram arranjanando sempre mais alguns para pagarem aquilo que devem?

Sr. Vice-Presidente, agradecia que relativamente a esta questão me fosse dada uma resposta.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à Conta de 2013 gostaria de registar aqui um aspeto e depois tecer algumas considerações sobre esse aspeto que vou realçar e que tem a ver com o aumento da receita própria da Região, designadamente aquela que decorre do IRS, do IVA e também do IRC, que por acaso também aumentou.

Houve de facto um aumento da receita do IRS de 45,5 milhões de euros e do IVA de 48,2 milhões de euros e este aumento olhado assim, digamos a cru, poderia ser por exemplo resultado do aumento dos salários, poderia ser resultado do aumento do consumo, poderia ser resultado da dinamização e da revitalização da economia regional. Poderia ter sido tudo isto, mas não foi. Poderia ter sido isto, mas não foi!

Este aumento da receita resultou do brutal aumento de impostos que foi imposto aos portugueses, a todos os portugueses, e também aos açorianos.

Portanto, se este registo podia ser um registo positivo, afinal de contas ele não me parece tão positivo como isso uma vez que resultou desse aumento e é bom que se lembre aqui (é sempre bom lembrar), é sempre bom trazer para o presente de onde é que resultou esse aumento brutal de

impostos que se abateu sobre as açorianas e os açorianos e que o Governo Regional aqui também soube fazer.

É evidente que esse brutal aumento de impostos resultou do Memorando de Entendimento da Troika com o PS (este PS), com o PSD (este PSD) e ...

Deputado Francisco César (PS): Este CDS-PP!

O Orador: ... com o CDS-PP (este CDS-PP).

Mas Sr. Vice-Presidente até vou seguir o seu conselho.

O Sr. Vice-Presidente disse para olharmos para além dos números da Conta e vamos lá então para um pequeno olhar para além dos números da Conta.

Todos os indicadores sociais e económicos do ano a que respeita esta Conta que nós estamos aqui a apreciar, ano de 2013, nos dão conta da falência das políticas do Governo Regional que continuou ...

Deputado Francisco César (PS): Da falência? Essa é rebuscada!

O Orador: Exatamente!

... a insistir no apoio (são os números para lá da Conta) ao artificialismo da economia Regional.

Deputado Francisco César (PS): Artificialismo? O senhor vem falar de artificialismo?

O Orador: E veja Sr. Vice-Presidente, em 2013, ano a que respeita esta Conta, tivemos um máximo histórico da taxa de desemprego. O risco de pobreza na Região Autónoma dos Açores aumentou.

As insolvências das empresas e dos particulares atingiram valores dramáticos.

Portanto, isto é, aquilo que resultou do aumento da receita, aquilo que resultou do aumento dos impostos e da cobrança dos impostos sobre o trabalho (sobre os trabalhadores, dependentes, independentes, do setor

público, do setor privado e também do consumo, tudo o que resultou daí) não serviu para que estes indicadores sociais e económicos pudessem ser outros que não estes que eu enumerei.

Talvez porque, como eu disse há pouco, Vs. Exas. continuam a insistir no erro. Vejamos!

O Governo da Região ao contrário daquilo que afirma não governa para as açorianas e para os açorianos, mas sim para alguns interesses e a comprová-lo está a atribuição de 48 % de apoios diretos ao setor empresarial e apenas 37 % para as IPSSs e uns míseros 15 % para as famílias.

Talvez o problema esteja por aqui e julgamos que é necessário que o Governo Regional olhe para estes números com algum realismo e sobretudo que olhe para as opções políticas que faz, porque continua a insistir no erro.

Tivemos mais dinheiro e os indicadores sociais e económicos pioraram dramaticamente.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Analisamos hoje a Conta de 2013.

A distância a que analisamos esta Conta permite-nos ter uma melhor visão sobre a realidade, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Permite-nos, é verdade!

O Orador: ... permite-nos comparar com o resto do país, com outras regiões e permite-nos sobretudo verificar os resultados das políticas que foram resultado da execução desta Conta, mas também de comparar e

verificar ao pormenor o discurso de cada um dos partidos políticos presentes nesta câmara sobre as contas públicas e sobre o resultado da governação quer nos Açores, quer no resto do país.

Ouvimos o PSD dizer aqui que o Governo dos Açores, que o Partido Socialista se referia às suas contas públicas, se referia à sua execução orçamental como o paraíso ou o país das maravilhas.

Nós nunca utilizámos esta expressão. Nós apenas apresentamos os dados que estão presentes no relatório do Tribunal de Contas e os resultados que estão presentes na vida das pessoas.

Mas que PSD é este que diz que nos Açores nós não vivemos num país das maravilhas ...

Deputado António Marinho (PSD): O Tribunal de Contas é que o diz!

O Orador: ... quando temos uma dívida pública de 22 % do seu PIB no ano de 2013 e que quando olha para a República e olha para uma dívida pública de mais de 120 % do seu PIB considera um ato de grande vitória ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e um ato de coragem do Governo de Passos Coelho?

Deputado António Marinho (PSD): Disse isso?

O Orador: Disse, disse!

O PSD disse e o líder do PSD, Duarte Freitas, disse que os resultados da governação social-democrata no país, nomeadamente ao nível da dívida pública e ao nível do défice eram resultado da coragem do Governo da República.

Deputado António Marinho (PSD): Que grande lata!

O Orador: Mas que PSD é este que olha e diz que grande vitória e que grande conseguimento tivemos ao ter um défice público de 4,8 % do PIB em 2013 na República e quando olha para os Açores e vê um défice de

0,2 % do PIB regional, não tendo portanto impacto nas contas da República, diz que isto é apenas uma visão de um país das maravilhas?

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: Mas que diz mais este PSD e o que é que sempre disse o PSD?

Deputado António Marinho (PSD): Não ouviu o que eu disse!

O Orador: A negociação que o Governo da República fez das suas parcerias público privadas permitiram melhorar o custo destas mesmas parcerias público privadas.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quem é que as tinha feito?

O Orador: Mas o que é que diz o Tribunal de Contas nos Açores?

Diz que “o valor atualizado das responsabilidades futuras relativamente às parcerias público privadas nos Açores orçam os 500 milhões de euros, reduzindo-se em relação ao ano anterior mais de mil milhões de euros.”

Que diz o PSD na República? Que grande vitória!

Que diz o PSD nos Açores? Vivemos no país das maravilhas!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Mas que diz o PSD quando choca contra esta realidade?

Diz que “bom, mas os senhores têm muita coisa fora do perímetro orçamental; os senhores têm a dívida da saúde que está escondida.”

Mas o que é que acontece nos Açores?

Essa dívida já está incluída dentro do perímetro do défice das administrações públicas e qual é o défice que tivemos?

Na ordem dos 0,2 % do PIB.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: O que é que diz o PSD?

Diz na República que foi uma grande vitória quando se refere a esses números; quando fala nos Açores diz que nós vivemos no país das maravilhas.

Mas que diz o PSD sobre os resultados do setor público empresarial?

Diz que no país há uma forma rápida de resolver isto tudo: privatize-se! Venda-se tudo ao desbarato!

Nós nos Açores, no ano de 2013, segundo o que diz a página 177 do relatório do Tribunal de Contas, tivemos o melhor resultado do setor público empresarial, uma melhoria substancial, cerca de 2, 2 milhões de prejuízos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Começando na SATA!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: O que é que diz o Sr. Deputado na República?

Estamos a conseguir através das privatizações melhorar.

Nos Açores temos os melhores resultados.

O que é que nós vivemos?

Nós vivemos no país das maravilhas.

Mas ainda há algo que o PSD tenta utilizar é que: “Isto são só números, são só contas públicas. O que interessa é a vida das pessoas.”

Mas são essas contas públicas que nos permitem ter instrumentos para ajudar a vida das pessoas, ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: ... criando um conjunto de apoios sociais que ajudam as pessoas quando estão mais desfavorecidas, situação de desemprego, que nos permitem ter programas, que permitem a criação de emprego.

Mas que diz o PSD sobre esta realidade?

Que nós ainda temos de apresentar mais programas de apoio que ainda degradem mais as contas públicas que tanto criticam por outro lado.

Mas que resultado é que há ao nível do crescimento económico?

Bom, Sr. Deputado, nós nos Açores, nesta crise, desde 2007 até 2013, convergimos com o país.

Sabe o que é que isso quer dizer, Sr. Deputado?

Isto quer dizer que quando em 2007 nós pesávamos na riqueza do país 2,05 %, hoje pesamos 2,2 % se arredondarmos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O país estava a ser governado por José Sócrates!

O Orador: Sr. Deputado, nós convergimos com o país.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso foi a governação de José Sócrates!

O Orador: Quando o país caiu 1,4 %, nós caímos 1,2 %. Porquê?

Em resultado das políticas desse Governo Regional.

Que diz o senhor em relação aos resultados na República?

“Que grande vitória, que grande coragem do Governo de Passos Coelho”.

Que diz em relação aos Açores?

Que vivemos no país das maravilhas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Só há dois anos do PSD! O resto é do José Sócrates!

O Orador: Sr. Deputado, permita que lhe diga uma coisa: nós preferimos viver neste país das maravilhas dos Açores. Sabe porquê?

Porque a governação deste Governo, suportado por esta bancada, está a permitir que os açorianos consigam ultrapassar esta crise de uma muito melhor forma do que acontece lá fora.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não vou perder muito tempo nesta abordagem, nomeadamente aquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado António Marinho, nem pretendo entrar em muito no debate sobre essa matéria também com o PSD. Ao PSD já basta os debates internos que tem neste momento para ter que ainda enfrentar debates externos.

Deputada Benilde Oliveira (*PS*): Muito bem!

O Orador: Por isso, só queria clarificar algumas coisas essenciais.

A primeira questão é que nunca referi, ...

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Não tem jeito para humorista!

O Orador: ... nem nunca referirei qualquer situação de paraíso.

Os resultados de 2013 são resultados de esforço, de sacrifício de todos os açorianos.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Está a falar de Sócrates, é?

O Orador: São resultados conseguidos com muito sacrifício, com muita abdicção e numa situação (como eu comecei a minha intervenção) de dificuldade e complexidade.

As únicas palavras que utilizei foi dificuldade e complexidade.

Portanto, não estamos a falar de nenhum paraíso. Estamos a falar de algo que nos orgulha quando comparativamente com o contexto nacional e efetivamente vamo-nos esquecer que aqui está um Governo do PS e que tem uma oposição do PSD. Vamos esquecer tudo isso.

Se os senhores aplaudem ... Ainda ontem apelaram aos açorianos para votar num Governo da República, porque melhorou as contas públicas e

tinha 4,8 % de défice, o que diriam de um Governo que tem 24 vezes melhor o défice do mesmo ano?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Só?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É essa a questão. Se acham que com 4,8 deve-se apoiar esse Governo, o que se faz quando se tem 0,2, 24 vezes melhor?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Não estou a clarificar e a qualificar esta realidade. Factos são factos, são estes, por isso a intervenção do Sr. Deputado António Marinho foi sobretudo, mas menos a Conta da Região.

Nem uma palavra sobre a Conta da Região e fez uma questão que já vem de há muito anos. Pega num relatório de 275 página do Tribunal de Contas e vamos ver onde é que temos aqui umas falhas para falar dessas falhas e não falar sobre a Conta da Região.

Deputado António Marinho (PSD): Não sou eu que o estou a dizer! É o relatório do Tribunal de Contas!

O Orador: Mas o que lhe quero dizer Sr. Deputado é que acho que o Sr. Deputado continua a ir por aí, espero que esteja aí muitos anos, continue com essa intervenção muitos anos, que estaremos cá sempre com toda a paciência para falarmos e debatermos com todo o gosto sobre esta matéria.

Quero dizer que sobre isso temos toda a disponibilidade, mas não nos fazem desviar do essencial para ir ao acessório e depois tem um problema, sabe?

Quando não dizemos a nossa opinião e lemos o que os outros dizem só surge um problema: é (deixe-me passar a expressão com o devido respeito) como os cábula. O cábula quando copia tem um azar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Essa para quem é? Essa é para a primeira fila!

O Orador: Se copia uma parte errada, diz uma coisa errada.

Então vejamos por partes.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Colava e seleccionava!

O Orador: Diziam e referiam que os encargos com as parcerias público privadas eram 1.163 milhões. Quem diz não era o senhor, é o Tribunal de Contas.

Este ano o Tribunal de Contas diz que já não são 1.168, já são 550. O que é que o senhor tem a dizer sobre isto?

Deputado António Marinho (PSD): E os riscos? Fale dos riscos?

O Orador: Menos 600 milhões de euros num ano. Como é que isso aconteceu?

Mas não vou entrar nesse debate consigo. Respeito a sua opinião, espero, como disse, que fique aí muitos anos a defender a sua posição. Tenho muito gosto em debater consigo.

Por isso, só lhe queria dizer numa outra componente final que é: sempre fez a sua intervenção assente nos subsídios sem enquadramento legal. Este ano não falou neles. Porquê?

Porque a cábula que usou este ano não tem qualquer referência a subsídios sem enquadramento legal.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já selecciona!

Deputado António Marinho (PSD): Há falta de transparência!

O Orador: Outro aspeto essencial é que nós temos que nos entender de uma vez por todas. De uma vez por todas temos que nos entender.

Não podemos às segundas, quartas e sextas dizer uma coisa e às terças, quintas e sábados dizer o contrário.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Hoje é terça! Hoje disseste o contrário, António!

O Orador: À segunda, quarta e sexta os senhores já vêm há muitos anos a dizer “as finanças públicas, o pior cenário possível”, “em contraste”, “pior caracterização”; às terças, quintas e sábados acham que as finanças aguentam mais redução de impostos, mais apoios sociais, mais apoios disto, mais apoios daquilo, mais despesa disto e mais despesa daquilo.

Então em que é que ficamos?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Tem que ser bem gerida!

O Orador: São as finanças públicas que estão mal ou são as finanças públicas que suportam ainda mais redução de impostos, mais apoios sociais, mais investimento, mais obras?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Essas têm é de ser bem geridas!

Deputado Luís Maurício (PSD): Têm é de pagar o que devem!

O Orador: Em que parte é que se caracterizam?

Não podem é dizer uma coisa e o contrário no dia seguinte, porque isso só tem uma palavra e chama-se incoerência.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E para terminar sobre a questão das cartas conforto, Sr. Deputado António Marinho.

Cartas conforto existem desde sempre e muito bem.

Uma carta conforto dada, atribuída no sentido de reforçar a responsabilização só se pede a quem tem credibilidade ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e só dá quem tem credibilidade ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Exato! Não é o Vice-Presidente!

O Orador: ... e é essa credibilidade que faz com que a carta conforto nos termos legais que é definida seja feita exatamente como é feita em nome da credibilidade e essa credibilidade só tem um resultado. Chama-se poupança. Poupança! Redução de riscos, redução de custos financeiros e poupança e só faz cartas e só aceitam cartas de quem tem essa credibilidade, que não sou eu, é o Governo Regional e nem é o Governo Regional, é a Região Autónoma dos Açores e isso devia orgulhar os senhores e não fazer nesta matéria esse tipo de debate ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Demagogia!

O Orador: ... que pretendem fazer. É o vosso caminho. Dou-vos um conselho: não vão por esse caminho, porque gostaria muito de os ver ainda aí por alguns anos. Se forem por esse caminho não me parece que estarão aí nos próximos anos. Nem aí, nem nesta Assembleia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Responda lá!

O Orador: É um conselho que vos deixo ficar e se me permitem o que é fundamental, Sr. Deputado, é que nesta matéria vamos olhar para o essencial e o essencial é um património que os açorianos podem utilizar a bem dos Açores. Isto é que interessa. Isto é que é o mais importante. É usar este património a bem dos Açores, não é desmerecer este património para fragilizar esse mesmo património a bem dos Açores.

A grande sorte dos açorianos é que lá fora, fora da Região, ninguém acredita naquilo que os senhores dizem.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Lá fora toda a gente acreditava no José Sócrates!

Deputado José Ávila (PS): Em Duarte Lima!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Olhando para os números da Conta da Região de 2013 rapidamente concluímos:

Primeiro: se as empresas pagassem o que devem aos seus fornecedores o Governo estaria a injetar nestas pequenas empresas capital suficiente para alavancar a economia dos Açores.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Segundo: numa Região pequena, com uma economia frágil e ultraperiférica como a nossa, os números começam a ser verdadeiramente assustadores, ou seja, grande parte da riqueza produzida pelos açorianos é única e exclusivamente para pagar a dívida da Região.

Portanto, podem mandar vir *low cost*, ...

Deputado André Bradford (PS): Isso não tem nada a ver!

A Oradora: ... podem pedir milhões para a agricultura que nós, os nossos filhos e os nossos netos, ...

Deputado André Bradford (PS): Isso não tem nada a ver com a Conta da Região! Isso é um ensaio!

A Oradora: ... vão continuar a pagar por muitos anos a dívida contraída por este Governo.

Por último, podemos concluir que com toda esta dívida os açorianos nem sequer estão a ser beneficiados, senão vejamos.

Deputado André Bradford (PS): Ah, pois não!

A Oradora: Temos mais emprego? Não!

Temos mais desemprego!

Temos melhores condições na saúde? Não!

As listas de espera continuam a aumentar.

Temos melhor educação? Não!

Continuamos no último lugar das tabelas de classificação a nível nacional.

Temos melhores transportes marítimos? Nem preciso responder.

Portanto, esta dívida não é como os senhores fartam-se de afirmar um investimento para a Região.

Esta dívida é única e exclusivamente o resultado de uma gestão desastrosa desta governação socialista.

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Credo! Salvo seja!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente. Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, até porque não tenho muito tempo.

Primeiro para dizer que não vou entrar por essa obsessão com a República. Os senhores lá saberão os motivos pelos quais querem entrar.

Deputado Francisco César (PS): Ainda ontem falavam!

O Orador: Estão com essa obsessão. Se calhar é compreensível. Eu vou discutir a Conta da Região. Portanto, para a obsessão com a República não contem comigo para o fazer.

Deputado Francisco César (PS): Ah! Não se fala na República!

O Orador: Não utilizou a palavra só como ponto prévio. Não utilizou a palavra paraíso. O senhor fez um desenho do paraíso com as suas palavras.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É a sua opinião! Respeito a sua opinião!

O Orador: É aquilo que lhe tenho que dizer. Fez disto o melhor dos mundos!

Muito rapidamente para dizer: Setor Público Empresarial Regional.

Nós temos aqui um relatório. Se não me engano é o segundo ou o terceiro ano em que isso é feito. O Sr. Deputado Francisco César saberá isso melhor do que eu. É o terceiro ano.

Porque é que eu vou falar neste relatório?

Neste relatório nós abstivemo-nos o que não aconteceu relativamente ao parecer sobre a Conta da Região em que o aprovámos, dizendo que nos abstivemos com reserva para plenário.

Este relatório é muito pobre tecnicamente e quero aqui deixar uma coisa com clareza, porque isto é importante, que esta pobreza do relatório ...

Foi feito porquê?

Foi feito no âmbito da Comissão de Economia e o Sr. Relator da Comissão de Economia também não tem a obrigação de fazer melhor.

É um político, tal como todos nós somos políticos, portanto, não tem do ponto de vista técnico de fazer melhor do que aquilo que tem de fazer.

Agora isto lembrou-nos uma questão.

Portanto, o Sr. Deputado José Ávila fez o que podia fazer. Tecnicamente o relatório é pobre, mas a culpa obviamente não é sua, porque o senhor é um político.

Agora, fez-nos lembrar uma coisa, uma iniciativa que o PSD aqui teve ...

Deputado Berto Messias (PS): As voltas que o senhor deu!

O Orador: ... chamada a criação da unidade técnica de apoio orçamental que servia justamente para aqui, para fazer este relatório tecnicamente bem elaborado, com conclusões idóneas, para que depois politicamente cada partido tirasse as suas conclusões.

Não o fizeram. Não foi possível, porquê?

Nós preferimos um comissário político, assessor da Sr. Presidente da Assembleia. Não queremos a unidade técnica de apoio orçamental. Vamos criar mais um lugarinho para alguém.

O que é que isto faz? O que é que isto provoca?

Provoca isto assim: Tribunal de Contas, “aumento do endividamento das empresas públicas preocupa Tribunal de Contas.”

Sr. Deputado Francisco César, com aquele relatorozinho, que “não é carne, nem é peixe”, antes pelo contrário, as empresas públicas açorianas melhoraram significativamente o seu desempenho em 2013.

É isto que os senhores querem. É esconder aquilo que é a verdade. Por isso, aquilo que tenho a dizer é: a opção política pode não seguir aquilo que tecnicamente se conclui. É legítima! É uma questão de opção.

Aquilo que não é legítimo é politicamente negar aquilo que é concluído em termos técnicos, que é aquilo que acabei de ler.

Dizer o contrário àquilo que tecnicamente se apura é desonesto, é mentir, é atirar areia para os olhos, é a política pequena, é a política sem valores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas isto é uma cena infelizmente repetida ano a ano. Esta repetição relativamente a uma Região que vai alienando o seu futuro, que é um futuro que está cada vez mais comprometido e o Governo parece impune relativamente a esta questão e os açorianos infelizmente é que vão pagar o desgoverno de quem teoricamente governa os Açores.

Esta Conta não lida (lembrando-me de um spot publicitário, julgo eu, da SIC Notícias) maravilhosamente com a transparência.

Ficou claro. O que eu estive a ler foi o relatório do parecer do Tribunal de Contas.

A Conta não lida maravilhosamente com a transparência e os senhores não lidam maravilhosamente com a verdade.

Têm lata, têm desfaçatez, leem aquilo que não existe, viciaram-se na inverdade.

Tudo aquilo que nós dissemos aqui, dissemos, lemos, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... referimos aquilo que vinha no parecer do Tribunal de Contas.

Termino já, Sra. Presidente.

Bem sabemos que os senhores desvalorizam o Tribunal de Contas.

O Sr. Deputado Francisco César há um ano fez aqui uma declaração fantástica dizendo que o Tribunal de Contas era quase que dizendo (tenho de ter cuidado com as palavras!) ... que não tínhamos que seguir aquilo que o Tribunal de Contas tem que fazer.

Desvalorizam o Tribunal de Contas porque vos interessa para esconder aquilo que estão a fazer aos Açores.

Da nossa parte temos que deixar aqui este compromisso: nós temos mais confiança na independência do Tribunal de Contas do que nos interesses do Partido Socialista.

Os Açores e os açorianos não precisam de vendedores de “banha da cobra”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os Açores e os açorianos precisam de verdade e isso é uma exigência que tem de ser feita desde logo aqui no terreno parlamentar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD esgotou o seu tempo para este debate.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A perspetiva do PPM no âmbito da análise que aqui todos os anos fazemos em relação às diferentes Contas da Região Autónoma que temos vindo a analisar de há sete anos a esta parte, demonstram que nós temos uma situação do ponto de vista orçamental que se agrava de ano para ano. É fácil constatar que cada vez é mais difícil ao orçamento dos Açores suportar um conjunto de encargos político administrativos que consomem grande parte das receitas da Região e o que se tem vindo a verificar é que aumenta o endividamento, aumentam as dificuldades da Região nas diversas rúbricas e que assim é difícil libertar verbas para investimentos efetivos que não correspondam apenas a programas conjunturais no sentido de atacar questões que são questões que têm um peso político e administrativo muito grande, mas que do ponto de vista daquela que é a estrutura orçamental da Região há um facto que é inegável e que tem vindo a incrementar-se ao longo destes anos, que tem a ver de facto com a dificuldade que a Região tem em libertar verbas para setores que estão a conhecer problemas gravíssimos, como por exemplo a agricultura e as pescas, e tem uma enorme dificuldade em libertar verbas para o setor de investimento do ponto de vista da racionalidade dos investimentos que estão a ser feitos e também da capacidade de reproduzir este investimento em termos de crescimento da economia real.

Nesse sentido, considero que estes dados mais uma vez demonstram que esta situação se agrava e penso que está a atingir o limite da superestrutura política, ou seja, nós temos, na nossa perspectiva, uma estrutura administrativa e política demasiado alargada, ...

Deputado Francisco César (PS): Está cada vez mais pequena, Sr. Deputado! É isso que eu não percebo!

O Orador: ... que a Região não consegue já suportar do ponto de vista daquelas que são as nossas capacidades, daquela que é a nossa capacidade do orçamento e esta situação tem vindo a agravar-se.

Quero referenciar, utilizando aqui a cábula do Tribunal de Contas, na medida em que é uma cábula que consideramos credível e esta é legal ...

Deputado Francisco César (PS): Qual é que não é legal?

O Orador: ... e nesse sentido, no sentido de que nos é remetida para nossa análise e de que deve ser utilizada, considero que há aqui alguns números que quero referenciar de forma breve, fundamentalmente em três áreas.

A primeira tem a ver com situações que o Tribunal de Contas diz que afetam a fiabilidade. Quero apenas referenciar três pontos que considero que é importante evoluir.

“Omite informação relativa à dívida de entidades que integram o perímetro orçamental.” É uma informação grave e nesse sentido obviamente que o Governo deve fazer um esforço no sentido de solucionar esta questão que lhe é imputada por parte do Tribunal de Contas.

A segunda é que não “menciona as responsabilidades assumidas no âmbito das parcerias público privadas cujos encargos prolongam até 2039.”

A terceira é que “não demonstra o cumprimento dos limites legais de endividamento.”

São três questões. Existem outras. Selecionei estas três como três questões que afetam a fiabilidade e que considero que é urgente resolver. Depois selecionei uma segunda área do ponto de vista de alguns exemplos que quero aqui apresentar no sentido de sustentar as afirmações que fiz no início da minha intervenção.

Aqui na página n.º 5 do relatório do parecer do Tribunal de Contas diz o seguinte: “A dívida do setor público administrativo regional registou um acréscimo de 39,8 milhões de euros face a 2012, ascendendo no final de 2013 a 808,7 milhões de euros, ou seja, 22,7 % do PIB da Região Autónoma dos Açores, dos quais 770,9 milhões de euros eram referentes à dívida financeira e os restantes 37,8 milhões de euros à dívida de natureza administrativa.”

Ainda no mesmo âmbito o Tribunal de Contas refere ainda o seguinte: “A dívida global do setor público regional refletia um aumento de 130,4 milhões de euros em relação a 2012, atingindo os 1.721,6 milhões de euros, dos quais cerca de 1.557 milhões de euros correspondiam a dívida financeira e os restantes 170 a dívida administrativa e comercial.”

Depois, dá vários exemplos específicos no que diz respeito aos diversos setores, aos setores afetados.

Penso que estes números demonstram bem aquela que tem vindo a ser por parte da Região a assunção de responsabilidades cada vez maiores e um agravamento da situação orçamental no sentido de dar cada vez menor autonomia do ponto de vista das receitas que a Região tem para enfrentar aquele que é o grande desafio para que serve o orçamento da Região e todos os orçamentos das entidades autónomas ou independentes, que é o facto do orçamento ter que servir como uma alavanca para o crescimento

económico e ter que servir como um instrumento no sentido da justiça social.

Penso que, não tenho nenhuma dúvida, nenhum destes dois grandes objetivos de um exercício orçamental, o crescimento económico e a implementação de políticas de justiça social estão a ser alcançadas com êxito.

Temos um registo do ponto de vista do crescimento económico que não nos é favorável e temos também uma cada vez maior desigualdade social nos Açores e isso tem a ver, portanto, com uma má utilização, uma política orçamental que não tem sido eficaz nessas duas grandes áreas de responsabilidade (crescimento económico, justiça social) e este exercício orçamental revela bem que temos uma superestrutura administrativa e política demasiado alargada que consome o essencial dos nossos recursos e fica muito pouco para fazer crescer a economia real.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não estava para intervir, mas um conjunto de intervenções, nomeadamente do Sr. Deputado António Soares Marinho, motivou uma segunda intervenção.

Sr. Deputado António Soares Marinho, percebo a sua argumentação, ela aliás não é nova, o Sr. Deputado acabou por refleti-la na declaração de voto, salvo erro que fez, e que anexou ao relatório sobre o setor público empresarial, mas Sr. Deputado (eu lamento informá-lo) eu já calculava que fizesse essa intervenção.

Quando me referi aos dados do setor público empresarial, não me referi aos dados apurados pela Comissão de Economia. Referi-me aos dados

apurados pelo Tribunal de Contas, página 177 do relatório do Tribunal de Contas.

Deputado André Bradford (PS): Essa parte ele não leu!

O Orador: E sabe porquê, Sr. Deputado?

Por uma razão muito simples. Quando o relatório da Comissão da Economia sobre o setor público empresarial foi elaborado pela primeira vez, nós tínhamos a consciência de que para que ele fosse aprovado ele teria que ter um conjunto de critérios que satisfizessem todos os partidos políticos e como o objetivo deste relatório era um objetivo nobre, ou seja, contribuir para que houvesse informação disponível para toda a câmara e que fosse o menos subjetivo possível, ...

Deputado António Marinho (PSD): Não foi! O outro tem uma explicação!

O Orador: ... esse relatório foi baseado num relatório que é feito pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Economia. Foi, porque inclusive fui eu que o fiz. Fui eu que tive o cuidado de o fazer e ter esta base, mas eu não vou discutir esta base.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso só reforça o que disse o Deputado António Marinho!

Deputado António Marinho (PSD): O outro só diz que o PIB sobe e desce!

O Orador: O que lhe vou dizer é o seguinte: o relatório que foi feito pela Comissão de Economia relativamente ao setor público empresarial, em relação aos resultados líquidos apurados do setor público empresarial, é pior para o Governo do que o relatório do Tribunal de Contas.

Deputado António Marinho (PSD): Ah, é pior para o Governo? É pior ou melhor para os açorianos? Era isso que o senhor devia dizer!

O Orador: É pior em termos de resultados do que o relatório do Tribunal de Contas. O que o senhor pode e deveria ter reparado é o que diz a página 177 do relatório do Tribunal de Contas, que os resultados do setor público empresarial da Região Autónoma dos Açores foram negativos na ordem dos 2,9 milhões de euros, ou seja, foram os melhores resultados que nós tivemos nos últimos anos e se formos verificar em relação ao perímetro orçamental os resultados das empresas públicas que o senhor tanto critica foram positivos e contribuíram positivamente para o défice, tendo anulado todo um conjunto de operações que poderiam ter feito o défice ficar mais alto. Os resultados das empresas públicas foram cerca de 8,7 milhões de euros positivos.

Deputado António Marinho (PSD): Isso é o único fator que o senhor trouxe para este debate!

O Orador: Resultado?

Sr. Deputado, nós não vivemos aqui num país das maravilhas, nós vivemos num país de factos. Percebo a ideia do Sr. Deputado inclusive de tentar desvalorizar o mérito técnico e político do Sr. Deputado José Ávila, desta Comissão de Economia e devo-lhe dizer o seguinte: ...

Deputado António Marinho (PSD): O senhor é que parece que se está a sentir visado!

O Orador: ... que o relatório que o senhor achou pobre tecnicamente este ano foi um relatório que no ano anterior (tenho aqui várias testemunhas disso) foi elogiado, por exemplo, pelo Deputado do CDS, o Professor Francisco Silva, que é alguém especialista na área económica e que elogiou o trabalho que foi feito pela Comissão de Economia e pela capacidade técnica deste mesmo relatório.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado também no ano anterior não fez nenhuma crítica a este relatório, ...

Deputado António Marinho (PSD): Eu disse que era tecnicamente pobre! O senhor ouviu!

O Orador: ... sendo que ele tecnicamente até tinha menos *data* do que tem, tinha menos informação do que tem este relatório.

Aquilo que eu percebo é o seguinte: o Sr. Deputado há um ano não tinha uma proposta na opinião pública que contradizia ou que chocava com a existência deste relatório. Agora tem uma proposta que acha melhor do que ele e por causa disso desvaloriza-o.

Olhe, em política não se deve trabalhar assim, Sr. Deputado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Em política não se deve trabalhar assim!

O Sr. Deputado tinha obrigação de respeitar a Comissão de Economia.

Deputado António Marinho (PSD): O primeiro era uma desgraça! Este é pobre!

O Orador: O Sr. Deputado tinha obrigação de respeitar a Comissão de Economia, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... da mesma forma que nós respeitamos o Parlamento e temos respeitado esta instituição.

Muito obrigado.

Deputado António Marinho (PSD): O primeiro que foi apresentado era uma desgraça! Este aqui é pobre! Eu não era para falar nisso!

Deputado Francisco César (PS): Fale!

Deputado António Marinho (PSD): Já disse e espero que fique nos apertes!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para responder ao Sr. Deputado do PPM, Paulo Estêvão.

Sr. Deputado, o Sr. Deputado refere uma coisa que não corresponde ao documento que estamos aqui a analisar.

O Sr. Deputado vê e identifica que há maiores dificuldades em ter investimento público.

Ora bem, em 2013 houve um crescimento executado (estamos a falar de executado) de 41,3 milhões de euros do investimento público efetivamente executado, ou seja, mais 12 % que o ano anterior. Não corresponde àquilo que o Sr. Deputado referiu.

Portanto, sobre esta matéria gostaria de deixar ficar claro e é só possível crescer o investimento público precisamente, porque esta questão de falar de défice e de saldos pode parecer uma coisa muito técnica, mas a questão é essa.

O que é que é? A correlação entre a receita e a despesa que efetivamente se gera e quando se tem um resultado ou o diferencial é de apenas 0,2 % quer dizer que a despesa que é feita corresponde exatamente à receita.

Portanto, não onera o futuro e por outro lado permite efetivamente este incremento que foi acentuado neste ano de 2013 sobre o mesmo investimento.

Neste contexto, também gostaria de dizer ...

Um segundo exemplo só para lhe dizer, aliás, às vezes quando nós olhamos para os dados nem sempre correspondem à realidade. No caso concreto, o dado que citou que a dívida pública era de 800 milhões de euros.

Sou do tempo, há quatro anos, que o PSD anunciava aqui em cima que era 3 mil milhões.

Deputado Berto Messias (PS): É verdade!

O Orador: Aqui estamos a falar e cito que o Tribunal de Contas falou de 800. Aqui há uns anos era anunciado que era 3 mil.

Por acaso até tenho de lhe dizer que não é 800, porque o 800 que aí é referido, é referido na ótica do SEC 95 e o valor exato já na ótica do SEC 2010, ou seja, integrando no perímetro dos hospitais, da SPRHI, etc., é 1.262. Portanto, é um caso concreto onde, por exemplo, se olharmos para o que o Tribunal de Contas diz, é um valor até inferior àquele que é na realidade.

Portanto, quando nós estamos a dizer que não é assim, estamos até a dizer que a dívida é mais alta do que aquela que é referida, porque é na ótica do SEC ...

(Aparte inaudível do Deputado Joaquim Machado)

O Orador: Diga, Sr. Deputado Joaquim Machado?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não! Estava a falar para ali! Eu tenho mais que fazer!

O Orador: Não! O Sr. Deputado Joaquim Machado tem mais do que fazer?

Ah, muito bem!

Diga mais alguma coisa que depois gostaria de ter oportunidade de lhe dizer alguma coisa, mas não quero entrar por aí. Tenho pena! Inscreva-se que tenho uma coisa que lhe terei muito gosto em dizer!

Temos muito gosto em ouvi-lo e tenho sempre um enorme prazer em ouvi-lo, mas parece que o Sr. Deputado Joaquim Machado não quer ser ouvido.

Voltando à questão essencial é que nesta matéria, não ao contrário do que foi referido, o montante até não é o que foi aqui assinalado precisamente porque a base de referência ... Foi utilizada uma base antiga, de um critério anterior e não o critério atual, portanto, o que quer dizer que até o valor é outro e é aquele que eu referi de forma mais atualizado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O que eu lhe transmiti, que é a leitura política do PPM, é algo que o conjunto de observadores, de analistas da nossa comunidade em geral concordará. É que a capacidade de investimento real no setor produtivo real por parte do Governo Regional tem vindo a reduzir-se dramaticamente e disso é um bom exemplo analisarmos os últimos três anos.

Bem sei que aí vem por parte do Governo Regional um conjunto de obras públicas, um conjunto de atividade económica que vai coincidir com o ano eleitoral.

Agora a verdade é que estes três anos são absolutamente anémicos e essa constatação é feita pelo PPM, mas também é feita pelos empresários, é feita por quem analisa a economia regional.

Portanto, nesse sentido é evidente que mantenho e reitero aquela que foi a observação feita pelo PPM: é que o investimento público na economia

real, no sentido de conseguir um crescimento, promover o crescimento económico na Região, na nossa perspetiva, não é positivo.

Essa é uma constatação.

O grande problema que nós temos do ponto de vista da nossa autonomia,

...

Deputado Francisco César (PS): Era muito mais útil que o senhor nos dissesse quem é o vosso cabeça de lista! Ó Artur és tu?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ó Francisco, queres que seja eu?

O Orador: ... temos muitas questões de âmbito político, mas temos uma fundamental que é de carácter económico, que é a excessiva dependência económica da Região que nos torna muito dependentes.

Porque é dependente do ponto de vista económico, é dependente do ponto de vista político e essa é a questão fundamental que não tem sido invertida nestes anos, pelo contrário, se tem vindo a aprofundar. Essa é a nossa leitura que mantemos, Sr. Vice-Presidente.

Em relação à dívida global do setor público regional, pois cá as temos.

A dívida global do setor público regional e as outras referências que fiz, fiz as referências do Tribunal de Contas.

Considero que 1.721 milhões de euros é preocupante.

Aliás, o próprio Tribunal de Contas coloca muitas dificuldades e muitas interrogações em relação à situação financeira em que nos encontramos e um conjunto de responsabilidades demasiado alargadas da Região. Temos hoje um conjunto de responsabilidades demasiado alargadas da Região! Temos hoje um conjunto de responsabilidades demasiado alargadas para aquela que é a nossa capacidade do ponto de vista orçamental.

O PPM mantém essa perceção.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os nossos ilustres economistas gostam de fazer um jogo de muros. Se não percebem a leitura política dos valores que esta Conta da Região apresenta, ...

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): A sua!

A Oradora: ... eu não tenho qualquer problema de vos fazer lembrar os valores que nós podemos ver na Conta da Região de 2013.

Deputado Francisco César (PS): Na vossa opinião!

A Oradora: Em 2013, a dívida da administração pública foi de 809 milhões de euros, a qual foi inflacionada com a dívida das empresas públicas ... arredondando 913 milhões de euros, perfazendo uma dívida do setor público de 1.721,6 milhões de euros.

Se a isto acrescentarmos os encargos com as PPPs no montante de 557 milhões de euros, as responsabilidades dos avales ...

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

A Oradora: São dívida vossa, que os senhores têm que assumir. São dívida da Região.

Deputado Francisco César (PS): Dívida?

A Oradora: Com certeza!

... concedidos no montante de 488 milhões de euros e o total de responsabilidades assumidas em cartas de conforto no final de 2013 ascendiam os 347 milhões de euros.

Se a minha máquina calculadora não me traiu, ...

Deputado Francisco César (PS): Isso dá quanto do PIB?

A Oradora: ... o total da dívida da Região ultrapassa os 3 mil milhões de euros, ou seja, fazendo um cálculo de percentagem em relação ao PIB, ou seja, ...

Deputado Francisco César (PS): Por isso é que um economista dava jeito ao seu grupo parlamentar!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não queria ir por aí!

A Oradora: ... o montante da riqueza gerada pelos açorianos é praticamente 90 % para pagar a dívida da Região.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, o *superavit* de que o senhor tanto fala provavelmente é um *superavit* de ...

Deputado André Bradford (PS): Bem bom que a senhora não é economista!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nunca ouvi o Sr. Vice-Presidente referir isso!

Deputado Francisco César (PS): Nem eu!

A Oradora: ... derrapagem orçamental.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra. Dispõe apenas de um minuto e meio.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou dar-lhe um conselho, Sra. Deputada: fale primeiro daquilo que sabe.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Segundo conselho: não seja arrogante ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e não classifique as pessoas com aquilo que não sabe.

Vou dar-lhe um exemplo: o que a senhora acabou de fazer foi um espetáculo deplorável, porque somou três vezes a mesma coisa.

Deputado Francisco César (PS): Exatamente!

Deputado André Bradford (PS): Pois claro!

O Orador: Quando fala do passivo das empresas públicas estão os empréstimos bancários; quando fala nos avales são os mesmos empréstimos bancários; e quando fala nas cartas conforto são os mesmos empréstimos bancários.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Como é que é possível? Olhe para os números!

O Orador: Ou seja, a senhora para chegar a esse número somou três vezes a mesma coisa. Foi lamentável e só lhe resta, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Como é que soma três vezes a mesma coisa e dá um número inferior? Não é preciso ser economista!

O Orador: ... a bem deste debate e do respeito e consideração que tenho pelo PP, retirar o que disse, peça desculpa, é um ato de humildade. Só lhe fica bem. Enganou-se. Todos nós nos enganamos. Insistir no erro é que já é lamentável.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já é a segunda ou terceira vez que o Sr. Vice-Presidente se refere à minha pessoa em relação à arrogância.

Deputado André Bradford (PS): Deve ter alguma razão!

A Oradora: Tenho a certeza absoluta que se o senhor pudesse escolher a oposição que estaria aqui, escolheria uma oposição humilde, mas aí o senhor ainda não manda.

Portanto, esta é a oposição que o senhor tem e é com esta oposição que o senhor tem de vir a debate.

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): É só isso? Para dizer isso mandava uma “carta conforto”!

Deputado Berto Messias (PS): Uma arrogância lamentável! Isso nem parece seu, Sr. Deputado Artur Lima!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados, a Mesa de momento não tem mais inscrições.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação.

Sras. e Srs. Deputados, o debate acabou! O debate acabou!

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Resolução apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 16 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Era melhor repetir a votação.

Secretária: A Proposta de Resolução foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 16 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos a um quarto para as seis.

Eram 17 horas e 12 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 17 horas e 58 minutos.

Vamos entrar no ponto três da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 121/X – “Recomenda ao Governo Regional que desenvolva as iniciativas necessárias com vista à aquisição de um navio com capacidade de transporte de passageiros, veículos e carga, para estabelecimento de uma ligação marítima regular, anual, entre as ilhas de São Miguel e Santa Maria”**. Este Projeto de Resolução é apresentado pela Representação Parlamentar do PCP e dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires para apresentação do diploma.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta é a terceira vez que o PCP traz esta proposta a este Parlamento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E não será a última!

O Orador: E não será a última.

Fizemo-lo em 2012 e a nossa proposta foi rejeitada com os votos contra do PS, naturalmente, do PSD, estranhamente,...

Deputado Francisco César (PS): Estranhamente? O senhor tem noção do que disse na Comissão?

O Orador: ... e as abstenções do BE e do CDS, coerentemente.

Repetimo-la em 2013 e mais uma vez a proposta foi rejeitada, desta vez apenas com os votos contra do PS, já que a posição do PSD evoluiu para a abstenção e o CDS e o BE mantiveram a ausência de opinião sobre o assunto.

Deputada Zuraída Soares (BE): A abstenção não é ausência de opinião!

O Orador: Ao PPM reconheça-se a coerência do voto a favor em ambas as votações.

Será que à terceira é que é de vez? Esperemos que sim, a bem dos marienses e da nossa região.

Sras. e Srs. Deputados,

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Será à 3.^a vez! Se é para abandalhar isto!

O Orador: Não se trata de uma teimosia nem de uma obstinação cega do PCP. Insistimos nesta proposta porque a consideramos justa e necessária e, mais do que isso, porque é uma solução reclamada por muitos micalenses e por muitos marienses. Persistimos e persistiremos quantas vezes forem necessárias, porque para isso fomos mandatados pelo povo açoriano.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): De Santa Maria! Isso!

O Orador: E podem escrever, Sras. e Srs. Deputados, **mais cedo ou mais tarde, esta necessidade vai ter de ser satisfeita, mais cedo ou mais tarde esta proposta vai tornar-se uma realidade. O tempo que estamos a perder com a falta de perspectiva dos que ainda não conseguiram atingir uma visão integrada e integradora do nosso arquipélago, esse tempo custa muito caro e não pode ser recuperado.** Por isso apelo: vamos parar de perder tempo e começar a implementar as soluções, que até são óbvias, e de que as nossas ilhas tanto necessitam.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo,

Uma maior integração de mercado, fluidez de circulação de pessoas e bens entre São Miguel e Santa Maria traria grandes vantagens às duas ilhas. Esse tanto, cremos, é inteiramente consensual, dentro e fora deste Parlamento.

Agora a divergência surge quando avançamos para o passo seguinte e entramos na questão do: como é que vamos aumentar essa circulação na prática?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quanto é que isso custa?

O Orador: Para nós a resposta parece-nos clara, para não dizer óbvia: **precisamos de um meio de transporte, regular, fiável, de capacidade e polivalência que possa oferecer transporte a baixo custo.**

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E anual!

O Orador: Este é um papel que não cabe por inteiro ao transporte aéreo e que necessita desta complementaridade, ou seja, de uma ligação marítima regular e dedicada entre S. Miguel e Santa Maria.

A regularidade é uma questão importante porque queremos abrir portas à criação de circuitos económicos que exigem trocas e movimentos frequentes. A operação de verão da Atlanticoline, nos moldes acuais ou com os futuros navios que o Governo já encomendou, é útil e necessária, mas trata-se sobretudo apenas de aproveitar um influxo sazonal de passageiros, ou seja, não é a tal ligação regular e permanente.

Acusam-nos, este ano, de apresentarmos uma proposta pouco clara, de não definirmos já o tipo de navio, velocidade, dimensões, frequência e até o preço das viagens.

Deputada Zuraida Soares (BE): E a cor!

O Orador: Quem o faz procura desesperadamente argumentos para não aprovar, por pura teimosia, eles sim, ou mero cálculo político, a nossa proposta.

Apresentámos, como nos compete, uma proposta que define uma medida política de fundo. Essa é a competência deste Parlamento. Aprovada que seja a nossa proposta, compete ao Governo Regional estudar as formas de a implementar e apresentar para decisão por este Parlamento as alternativas mais viáveis e equilibradas. Governar, numa Democracia Parlamentar, é isso mesmo.

Neste momento a questão é a vontade política, ou a falta dela, do PS de criar esta ligação, de fazer este investimento. Quando essa vontade existir e se manifestar, passaremos então à discussão desses detalhes.

A opção pela aquisição e não pelo aluguer de um navio surge como óbvia dada a natureza regular e permanente da ligação que propomos. O aluguer de navios é, a prazo, mais oneroso e está sujeito muitas vezes aos

problemas bem conhecidos que sofremos na semana passada com as embarcações da Atlanticoline.

Uma objeção importante, que deve ser discutida, é a da rentabilidade financeira desta ligação. Mas, **em boa verdade, os estudos de viabilidade económica nunca foram feitos, pelo que tanto se pode afirmar que a ligação será rentável, como se pode afirmar o seu contrário.** Assim, esse estudo, com base no qual se podem definir tipologias, frequências e preços, será a primeira das diligências que competirá ao Governo realizar, se esta proposta vier a ser aprovada.

Mas, acreditamos, embora os dados efetivamente não existam, que **esta não será, em especial no seu início, uma operação rentável. Não. Assumimo-lo claramente. Mas pensamos que este pode ser um investimento sustentável tendo em conta os benefícios económicos indiretos...**

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sustentável! Bota que tem!

O Orador: ... que pode gerar nas duas ilhas do Grupo Oriental. E, a prazo, essa nova dinâmica económica pode tornar esta ligação lucrativa.

Em relação à objeção formalista, levantada por alguns, que esta medida não está enquadrada no Plano Integrado de Transportes, **tenho de repetir as mesmas palavras que aqui proferi em Abril de 2013, por serem sobejamente claras. Cito:**

“Não discordamos, pelo contrário apoiamos, a criação de um plano integrado de transportes para a Região. Mas parece-nos óbvio e incontestável que este consenso em torno da criação de uma ligação

marítima entre as ilhas do Grupo Oriental terá forçosamente de estar vertido nesse plano. Sendo assim, de que é que estamos à espera?

Já perdemos tempo demais. São horas de começarmos a recuperá-lo. Planeemos, estudemos, discutamos, mas não nos atrasemos ainda mais o desenvolvimento das nossas ilhas. Quem quiser adiar ainda mais esta decisão terá de o explicar não só a este Parlamento, como também aos açorianos, e em particular aos micalenses e aos marienses.

Para nós, PCP, não há dúvidas que este é o momento acertado para a decisão política de criar essa ligação.” Citei parte da intervenção que aqui proferi em abril de 2013.

Disse!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao Projeto de Resolução da Representação Parlamentar do PCP sob a epígrafe de Recomendação ao Governo Regional para desenvolver as iniciativas necessárias com vista à aquisição de um navio com capacidade de transporte de passageiros, veículos e carga para estabelecimento de uma ligação marítima regular, anual, entre as ilhas de São Miguel e Santa Maria, a primeira observação que o Bloco de Esquerda gostaria de fazer era sugerir ao Sr. Deputado Aníbal Pires que corrigisse esta epígrafe, porque, tenho a certeza, não queria dizer anual, queria dizer qualquer outra coisa, porque anual no vocabulário português é uma vez por ano...

Deputado Francisco César (PS): Ele não sabe bem o que é que quer!

A Oradora: ... e não me parece que os marienses ficassem contentes com essa frequência.

Portanto, corrigir, porque a iniciativa e a pretensão são justas e generosas e o título dá completamente cabo do seu objetivo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah, Sra. Deputada!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Dizer também que a propósito deste Projeto de Resolução, lembrar que o Governo Regional tem afirmado bastantes vezes, na nossa Região,...

(Diálogo entre os Deputados Aníbal Pires e Artur Lima)

A Oradora: Os apartes dos Srs. Deputados, por acaso, estão a interferir com a minha intervenção. Por acaso.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A Sra. Deputada está tão incomodada com os apartes, mas fez sempre apartes enquanto fiz a leitura da intervenção!

A Oradora: Muito obrigada.

Todos a seu favor, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Foi? Pronto!

A Oradora: Todos a seu favor.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Não ouviu bem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grande Zuraida!

A Oradora: Não ouviu bem!

(Aparte inaudível do Deputado Aníbal Pires)

A Oradora: Ah! Mas então fique tranquilo que foram todos a seu favor.

Dizia eu, Sras. e Srs. Deputados, que o Governo Regional tem afirmado bastas vezes nesta Região a sua intenção de comprar dois navios de grande porte, sendo que um ligeiramente mais pequeno do que o outro, pela módica quantia de 84, 85 milhões de euros.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não são os dois iguais!

A Oradora: E o Governo Regional tem reafirmado e teimado nesta opção, sem que até hoje tenha sido capaz de apresentar ou a tutela ou a empresa pública que fará esta aquisição e a porá, digamos, nas operações marítimas, refiro-me à Atlanticoline, nunca foi capaz de apresentar um único estudo, económico, financeiro, técnico, que comprovasse a necessidade não de um, mas de dois, exatamente daquela tipologia, exatamente com aquelas características.

Para além disso, o Governo Regional, ou melhor, neste caso, o partido que o suporta, tem votado, nesta Assembleia Legislativa, uma proposta de

estudo para a viabilidade e a conveniência de aquisição pela Região de um avião cargueiro, para funcionar entre todas as ilhas do arquipélago. Sras. e Srs. Deputados, foi aprovado, mas nós continuamos, mais uma vez, à espera do tal estudo, se é que ele alguma vez virá, que nos venha comprovar a conveniência, ou inconveniência, a todos os tipos e sob vários pontos de vista, da aquisição deste cargueiro proposto e aqui votado favoravelmente.

Neste contexto, é evidente que este Projeto de Resolução do PCP, que é, alias, a repetição, como o Sr. Deputado Aníbal Pires disse da tribuna, de um já apresentado em 2012, 2013, é evidente que o Bloco de Esquerda não põe em causa nem a generosidade, nem a necessidade, nem a justeza, ou a justiça de agilizar as trocas comerciais e o contacto entre duas ilhas que estão tão próximas, como é o caso de São Miguel e de Santa Maria. O Bloco de Esquerda não põe isto em causa, aquilo que o Bloco de Esquerda põe em causa é pelo facto exactamente do Partido Comunista já ter apresentado esta proposta desde 2013, o Partido Socialista e o Governo continuam a dizer não, sem que até hoje tenha sido capaz de, mais uma vez, apresentar um estudo, por mais elementar que fosse, que comprovasse e justificasse ou o seu não, ou o seu eventual sim, que é como quem diz o seu chumbo ou a sua aprovação.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, aquilo a que nós estamos a assistir é a uma coisa para que o Bloco de Esquerda chamou a atenção desde sempre, que é um Plano Integrado de Transportes que, do nosso ponto de vista, é muito pouco integrado e que também é muito pouco planeado, ou seja, não é nenhum Plano Integrado de Transportes, porque aparentemente isto é feito também a olho. É como a vigilância e a fiscalização dos cabeços dos portos, é a olho, é conforme dá jeito, é conforme as coisas acontecem

ou não acontecem e do ponto de vista político é aconselhável ou não é aconselhável votá-las.

Ora, nós consideramos que para que as necessidades dos marienses, e no caso também as necessidades dos micalenses, sejam justamente atendidas como é a pretensão desta proposta do PCP, é tempo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, de um estudo apurado, sério, responsável e completo de quê?

Primeiro: das necessidades da Região no seu todo no que diz respeito às ligações marítimas; das necessidades de cada ilha *per si*, no caso concreto, Santa Maria e São Miguel, e finalmente de entre as ilhas umas com as outras, coisa que até hoje, tanto quanto o Bloco de Esquerda saiba, não está feito, apesar de existir um Plano Integrado de Transportes que está a ser implementado, como? Também não fazemos a mínima ideia.

Isto é muito importante de chamar a atenção, sobretudo agora, neste momento, que estamos a um ano das eleições regionais, das próximas eleições regionais, porque é bom nós termos a consciência de que os representantes dos açorianos e açorianas não podem abrir a porta à possibilidade de no próximo ano cada ilha, cada uma das nove ilhas do nosso arquipélago, ter um barco e um avião prometidos até outubro, que é quando serão as eleições. E está tudo integrado, está tudo dentro do Plano Integrado. Repentinamente, o Plano Integrado, fez-se-lhe uma luz e percebeu de que é que a Região precisava, de que é que as ilhas precisavam e como é que elas se iriam relacionar entre si.

Finalmente, vou terminar, Sra. Presidente, dizendo que é tempo, aliás, repetindo a exortação do Sr. Deputado Aníbal Pires, da tribuna, do Partido Socialista apresentar não só um estudo que justifique as suas opções e até o seu sentido de voto, nesta Casa, relativamente a várias

propostas, uma delas esta do Partido Comunista Português, e de apresentar todos os outros estudos que, até hoje, não apresentou, ainda que defenda uma quantidade de opções, nomeadamente de transportes integrados, que implicam a aquisição de dois navios, que ainda ninguém percebeu qual é o suporte técnico, financeiro e económico para este tipo de opção.

E, portanto, neste sentido, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda, coerentemente, como diria e dirá o Sr. Deputado Aníbal Pires, vai-se abster nesta iniciativa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por falta de informação do Sr. Deputado! Não fundamenta!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

Não? Peço desculpa.

De qualquer forma, agradeço que alguém se inscreva, uma vez que a Mesa não tem qualquer inscrição.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aqui estou eu, respondendo ao seu apelo, Sra. Presidente.

Devo dizer o seguinte.

Vou repetir-me, com certeza, em relação àquilo que vou dizer em relação a esta iniciativa, uma vez que o PCP tem insistido em relação a esta proposta. E, portanto, nesse sentido, eu vou dizer aquilo que também disse no âmbito da Comissão.

Eu percebo que o Projeto de Resolução do PCP em relação a esta matéria seja um projeto com uma grande amplitude do ponto de vista da conceção que o Governo possa fazer.

O Partido Comunista parte do pressuposto, de dois pressupostos. Primeiro, é de que existem vantagens económicas e sociais para o desenvolvimento das ilhas de São Miguel e de Santa Maria com a criação de uma rota regular deste tipo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Anual! Rota anual!

O Orador: ... e depois parte também de um outro pressuposto, que a implementação prática deste Projeto, nomeadamente em relação a duas variáveis, que são as características do navio e também a regularidade, estas duas decisões dependerão da análise que o Governo deverá fazer, em relação a este Projeto, em relação à sua viabilidade.

A verdade é que antes de chegar a este Plenário já deveria existir, na perspetiva do PPM, uma leitura objetiva por parte do Governo Regional em relação a esta matéria, dizendo, claramente, que estudou um conjunto variável de cenários e que em todos eles não reconhece que exista vantagens para o desenvolvimento económico das ilhas e que não exista potencial do ponto de vista económico e também que essa necessidade é muito residual, de tal forma residual que a embarcação nunca terá as características ou a regularidade das viagens para tornar este Projeto concretizável.

E a verdade é que isto não foi demonstrado. Há uma afirmação por parte do Governo em relação a esta matéria, mas é uma, a mim, ao PPM, não me convenceu,...

Deputado Francisco César (PS): Nós, PPM! O Sr. Deputado não é absolutista!

O Orador: ... porque não apresentou, na Comissão Parlamentar respetiva, uma análise mais pormenorizada desta situação.

Eu, por exemplo, estou absolutamente convencido do contrário, estou absolutamente convencido que a ligação entre Santa Maria e São Miguel,

uma ligação regular com uma embarcação adequada, tem um largo potencial, isto até tendo em conta a nova realidade do ponto de vista do transporte aéreo para a Região e o aumento muito significativo do número de passageiros. Estou absolutamente convencido que existe um potencial de crescimento muito grande, nomeadamente neste âmbito através da criação de uma operação regular que depois se deverá ajustar à procura que se espera que cresça.

Eu acho que existe isto, mas cabe ao Governo, que tem os organismos técnicos responsáveis e os adequados, fazer esta demonstração. E, de facto, não fez. Eu interpreto esta posição do PCP de repetir aqui o Projeto, porque não está convencido em relação ao chumbo que lhe tem sido dirigido todos os anos e eu devo dizer que também não estou convencido. E, portanto, mantenho a minha votação que tenho repetido ao longo destes anos e vou votar favoravelmente esta iniciativa do PCP.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Macedo, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução do PCP é um Projeto pouco concretizado e, portanto, impossível de quantificar, diria eu, à moda do PCP, que se faça, que alguém paga.

Comete alguns erros, nomeadamente quando tenta, nos seus considerandos, comparar o transporte marítimo no triângulo com o transporte marítimo entre São Miguel e Santa Maria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Concorda?

O Orador: E no caso do triângulo registre-se que são movimentados mais de 400 mil passageiros entre Faial, Pico e São Jorge, quando refere no seu

preâmbulo, nos seus considerandos, que entre São Miguel e Santa Maria são cerca de 10 mil passageiros transportados por via marítima.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Anualmente!

O Orador: Eu tive a curiosidade de ver qual foi o número de passageiros transportados por via aérea, em 2014, e por via aérea foram transportados, ou foram desembarcados em Santa Maria, 33 mil passageiros e quando o Sr. Deputado refere que é necessário um navio que faça a ligação entre São Miguel e Santa Maria, um navio dedicado, excetuando as questões do preâmbulo e da frequência, se é anual, se é semestral, se é trimestral, ou mensal, ou diário,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É para não ser sazonal, Sr. Deputado!

O Orador: ... eu diria que quando se propõe um navio com determinadas características, assim de cabeça, um navio que faça uma ligação de 55 milhas, uma viagem de duas ou três horas, para o conforto dos passageiros, é bom que não seja um navio de 20 ou 30 metros, porque senão os passageiros chegam todos baldeados ao lado de lá.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Baldeados? Muito forte!

O Orador: Então, se for na altura de inverno, chegam mesmo todos baldeados ao lado de lá.

E, portanto, nessas circunstâncias tem que ser um navio já crescidinho, mas o Sr. Deputado também não diz que dimensão é que o navio deve ter. Mas depois acrescenta, no seu Projeto de Resolução, que “o esforço financeiro necessário à aquisição do navio dedicado a esta ligação representa um investimento sustentável no desenvolvimento económico sustentável e equilibrado das nossas ilhas”.

Sr. Deputado Aníbal Pires, qual é o seu conceito de sustentabilidade?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Se é “faça-se e alguém paga”, pois, naturalmente que esse investimento será sustentável nessa ótica, mas na ótica do PSD as coisas não são feitas à moda do PCP. Não é “faça-se, que alguém paga”.

O serviço público naturalmente não tem que ser um serviço que origine o chamado lucro, mas tem que ser um serviço que tenha uma operação no mínimo equilibrada, porque, ao invés disso, se a operação não for equilibrada, quem é que paga? Pagamos todos nós, ou seja, pagam todos os açorianos, porque o PCP entendeu que, por três vezes consecutivas, ou em três momentos consecutivos, dizer que é preciso uma ligação marítima dedicada entre São Miguel e Santa Maria.

Para além disso, comparar também com aquilo que se passa no triângulo, em que a distância maior, entre a Horta e Velas, são cerca de 22 milhas, com a viagem entre São Miguel e Santa Maria, cuja distância entre Ponta Delgada e Vila do Porto ronda as 55 milhas, estamos a falar de mais do dobro dessa distância.

Coloca-se aqui a questão da atratividade desse meio de transporte. Por absurdo que eventualmente pudesse ser a aprovação do Projeto de Resolução do PCP, disponibilizássemos nós um navio para esse tipo de ligações e os passageiros, quer micaelenses, quer de Santa Maria, quer os açorianos em geral, na época baixa, na época de inverno, estariam disponíveis, atendendo àquilo que eles naturalmente esperam ou têm a expectativa de ter conforto na viagem, para, durante duas horas e meia, irem baldeados dentro de um navio quando a alternativa, que é a alternativa do avião, permite-lhes que eles, passados 15 minutos, estejam na ilha vizinha de São Miguel, ou vice-versa, na ilha vizinha de Santa Maria?

Sr. Deputado, quando nós apresentamos projetos de resolução, convém que nós não sejamos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado Jorge Macedo!

O Orador: ... populistas ou demagógicos, porque naturalmente é bom que haja muitos navios a fazer ligações entre muitas das nossas ilhas, isso era o ideal, mas depois esse sistema não é sustentável, ao contrário daquilo que V. Exa. diz, a atratividade desse sistema, ou a procura desse sistema não revela atratividade e por essa via podemos chegar à conclusão de que no fim da linha, porque houve um dia que alguém que se lembrou de pôr navios a navegar inter-ilhas, pagam todos os açorianos. Acresce também outra questão, Sr. Deputado.

Quando se refere que deverá ser criada uma ligação, era importante que nós tivéssemos também na nossa posse, até para podermos fazer algumas contas, por mais simples que possam ser, para podermos ter, pelo menos, a ideia daquilo que íamos aprovar, abstermo-nos ou desaprovar, devíamos ter, pelo menos, uma configuração mínima daquilo que o Sr. Deputado Aníbal Pires e a Representação Parlamentar do PCP pretendem. É que nós damos voltas e voltas ao seu Projeto de Resolução e não encontramos nada que nos permita fazer...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Faltou dar uma volta!

O Orador: ... meia dúzia de contas. É completamente impossível perceber se o navio é de 40, 50 ou 60 metros, porque cada metro de navio custa muitos milhares de euros. É impossível perceber em que velocidade e em que tempo é que é razoável, perante a atratividade que esse sistema de transporte teria que ter, a velocidade do respetivo navio. Se as ligações seriam diárias, se seriam semanais, se seriam bissemanais, se seriam trimestrais, o que é que fosse, o que é que quer que seja, é impossível com esse Projeto de Resolução nós conseguirmos fazer uma única conta.

Por isso, Sr. Deputado, e nesta primeira fase, eu voltaria um pouco ao princípio.

Se esse Projeto de Resolução foi apresentado por três vezes, merecia que em cada uma dessas vezes ele pudesse vir um pouco mais concretizado,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Melhorado!

O Orador: ... permitindo-nos a nós podermos fazer algumas contas um pouco mais precisas para percebermos realmente aquilo que o Sr. Deputado e a Representação Parlamentar do PCP pretendem.

Faça isso e se não surgirem novos esclarecimentos por parte de V. Exa. nós naturalmente manteremos a coerência e o nosso sentido de voto será o de abstenção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então, não vota contra?!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Moreira, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução que nos traz aqui a Representação Parlamentar do Partido Comunista, e que já não é a primeira vez que o faz, traz a questão novamente das acessibilidades entre a ilha de Santa Maria e São Miguel, nomeadamente as acessibilidades por via marítima.

Acontece que este Projeto de Resolução é de tal maneira abrangente, largo, vago, que provavelmente se nós fôssemos lendo as suas ideias e perguntássemos a cada um de nós, aqui, individualmente, se concordamos com a melhoria das acessibilidades, claro que todos concordamos com a melhoria das acessibilidades. Se perguntarmos às pessoas se queremos mais frequências, claro que todos nós vamos dizer que queremos mais frequências, mais toques de navios, mas há aqui uma diferença que é uma

diferença fundamental e que é essa a diferença que caracteriza o Partido Socialista, que suporta o Governo, e o próprio Governo, que é a responsabilidade de ter que governar a Região,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... a responsabilidade de ter que apresentar propostas e soluções que sejam viáveis para a Região, para todas as ilhas dos Açores. Eu não sei se todos sabem como é que são as acessibilidades à ilha de Santa Maria neste momento, começando pelos transportes aéreos, face àquilo que está em vigor há pouco tempo das novas Obrigações de Serviço Público, Santa Maria ganhou mais um voo semanal com Lisboa. Nessas Obrigações de Serviço Público está contemplado um aumento de transporte de mercadorias que passou para 2 mil quilos por voo, o que quer dizer que, por semana, passámos a ter disponibilidade de 4 mil quilos de transporte aéreo com o continente, o que permite resolver uma parte de transporte de mercadorias dos perecíveis, que é uma preocupação que o Partido Comunista aqui apresenta e que é também, obviamente, uma preocupação nossa. Nós queremos que os nossos produtos perecíveis cheguem o mais rapidamente possível também aos mercados e as novas Obrigações de Serviço público vêm, de facto, dar essa complementaridade aos transportes marítimos.

Para além disso, há também um abaixamento dos custos do transporte aéreo de mercadoria em cerca de 40%, como todos nós sabemos, ao abrigo destas Obrigações de Serviço Público.

Depois, temos também a questão dos transportes marítimos.

E a questão no que diz respeito aos transportes marítimos, o transporte marítimo de mercadorias...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... entre o continente e os Açores é realizado, como todos nós sabemos, através de armadores nacionais e que não tem custos para o erário público.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tem custos?!

O Orador: No caso de Santa Maria tem dois toques por mês, de 15 em 15...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tem custos?!

O Orador: Para nós não tem custos.

Como sabe, em Santa Maria tem dois toques por mês, portanto, de 15 em 15 dias, temos o porta contentores, que faz o trabalho de transporte dessa mercadoria, e temos ainda, semanalmente, duas ou três ligações semanais, a empresa marítima Pareces, Lda..

Esta forma como o Partido Comunista apresenta o seu Projeto de Resolução põe também em causa os privados que operam nessas linhas e a própria empresa Pareces, Lda..

O Partido Socialista quer uma solução e acredita na solução que o Governo tem vindo a trabalhar. Como sabem, o Plano Integrado de Transportes prevê a aquisição de dois novos navios de transporte de pessoas e viaturas, e acredita plenamente que essa solução será uma solução que responderá, e vai responder de certeza absoluta, às necessidades da ilha de Santa Marias no escoamento de mercadoria de perecíveis e na ligação que nós necessitamos de fazer ao resto do mercado regional, ao resto das ilhas dos Açores.

Para além disso, e o Sr. Deputado Jorge Macedo já falou um pouco sobre isso, há aqui uma diferença enorme entre aquilo que se passa nas ilhas do triângulo e aquilo que se passa entre Santa Maria e São Miguel ao nível do transporte de pessoas. São mais de 400 mil pessoas, repito aquilo que foi aqui dito, em comparação com os números de passageiros

transportados na linha Santa Maria/São Miguel, São Miguel/Santa Maria. E só para termos uma ideia, em 2014, de Santa Maria para São Miguel, o número de passageiros transportados na Atlanticoline foi de 7.953, sendo que o grosso destes passageiros foi no mês de agosto, quando há as festividades do Festival Maré de Agosto e outras festas da ilha, e no trajeto entre São Miguel e Santa Maria o número de passageiros transportados foi de 8.063, valor que tem vindo a diminuir deste 2011.

E, portanto, face a todos estes considerandos, obviamente que vamos ter que ser novamente, e como sempre, coerentes com aquilo que foi dito aqui em 2013.

Quero terminar esta fase da minha intervenção referindo o seguinte e falando para os marienses, porque é importante que se perceba que as soluções que estão a ser trabalhadas são soluções responsáveis, são soluções que vão responder às necessidades da ilha.

Como nós sabemos, o Governo Regional decidiu e bem a aquisição de dois novos navios para transporte de passageiros e viaturas para todas as ilhas, e nós temos que ser integrados nesse sistema abrangente de transportes, fazendo a ligação entre todas as ilhas, entre toda a Região para que possamos ter aqui, de facto, um transporte mais eficaz, quer de pessoas, de viaturas e também de mercadorias, como referi até agora.

E por esse motivo, Sr. Deputado, reconhecendo a sua iniciativa, não adjetivando a mesma, como foi feito pelo Sr. Deputado Jorge Macedo, mas obviamente que vamos ser coerentes e vamos ter que votar contra a própria.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Oh, Sr. Deputado Jorge Macedo, primeiro uma questão, digamos, uma declaração de princípios.

Não reconheço ao PSD nenhuma autoridade para fazer a apreciação deste Projeto de Resolução quanto à sua fragilidade e mais um outro pormenor. Relativamente a transportes marítimos, é bom que todos nos recordemos que quem acabou com o transporte marítimo de passageiros na Região Autónoma dos Açores foi o PSD...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é falso!

O Orador: ... nos idos anos de 1984.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso era público! O Governo acabou com alguma coisa pública?

O Orador: Em 1984, o PSD deu por finda a operação de transporte de passageiros na Região Autónoma dos Açores.

Quanto à fragilidade que aponta ao Projeto de Resolução do PCP, também não reconheço nenhuma autoridade ao PSD (nenhuma!), porque normalmente a indigência que caracteriza a vossa propositura é, digamos, a conhecida de todos nós. E, portanto, não têm efetivamente nenhuma autoridade para fazer apreciações sobre estes aspetos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está certo!

O Orador: Ora bem, mas há mais, oh, Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ih! Ah mais!...

O Orador: Há mais!

Também serve, parte do que vou dizer, para responder ao Deputado Duarte Moreira.

A proposta do PCP tem sido caracterizada por ser vaga, por não ser precisa, porque não diz qual é a dimensão do navio, se é uma canoa, se é um veleiro, enfim, qual é a sua dimensão, qual é a sua tipologia, qual é a frequência.

A propósito de anual, isto é o contraponto do sazonal. E é evidente que Vs. Exas., todos perceberam, mas, entretanto, entenderam referir esse facto à falta de melhores argumentos. Portanto, é o contraponto ao sazonal, mas é bom que se perceba aqui uma coisa. Esta falta de alguns indicadores nesta proposta do PCP é por opção própria,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ou ignorância própria!

Deputado Francisco César (PS): Ainda é pior!

O Orador: ... porque, como eu referi em abril de 2013 e aquilo que citei há pouco, daquela tribuna, aquilo que se pretende ou o que se pretendia era que esta solução, sendo aprovada, fosse integrada no PIT, no Plano Integrado de Transportes. E, portanto, dando aqui margem ao Governo Regional para encontrar forma de integrar esta proposta do PCP.

Deputado Francisco César (PS): Mas é o senhor que se tem que integrar!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, esteja caladinho, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, esteja caladinho!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Esteja caladinho, Sr. Deputado! Esteja caladinho!

Oh, Sra. Presidente!

O Sr. Deputado tem de estar calado e ouvir.

Deputado Francisco César (PS): Isto não é o Partido Comunista Português!

Presidente: Oh, Sr. Deputado!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, esteja caladinho!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, os apartes são regimentais!

O Orador: São, são! E considera-se isto também um aparte. Aliás, espero que o meu cronómetro...

Presidente: O senhor está no uso da palavra.

O Orador: ... esteja parado, neste momento.

Presidente: O senhor está no uso da palavra.

O Orador: Isto é uma resposta a um aparte.

Deputado Francisco César (PS): Mas já justificava a sua proposta! Isso já!

O Orador: Portanto, isto dava margem ao Governo Regional para integrar esta iniciativa no Plano Integrado de Transportes, que me parece a mim que havendo o desenho de um Plano Integrado de Transportes, ao qual nós demos o nosso apoio explícito, como eu já referi, fazia todo o sentido que, vindo a ser aprovada, ela fosse integrada, deixando margem ao Governo para encontrar as melhores soluções, se assim o entendesse. Não o tem entendido, mas a verdade é que isto também não surgiu, esta proposta do PCP também não surgiu...

Deputado Berto Messias (PS): Eu sei como ela surgiu!

O Orador: ... por uma qualquer inspiração do Divino Espírito Santo.

Deputado Francisco César (PS): O seu partido é lato!

O Orador: Nada disso. Esta proposta do PCP surge porque da auscultação que fazemos,...

Deputado Berto Messias (PS): Sim, sim!

O Orador: ... quer aos marienses, quer aos micalenses, dessa auscultação se percebe da importância de manter...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Manter, não! Criar!

O Orador: ... uma ligação dedicada e diferente daquela que já existe entre São Miguel e Santa Maria. Portanto, não é nenhuma teimosia do PCP. Surge dessa necessidade. Aliás, não será por acaso que Santa Maria, este ano, o Conselho de Ilha de Santa Maria, deu um parecer favorável à proposta do PCP. É evidente que há lá também um parecer negativo, designadamente da Associação Agrícola de Santa Maria, mas isso todos nós percebemos porquê.

Portanto, a questão é esta.

Agora, um outro pormenor.

Oh, Sr. Deputado Jorge Macedo, V. Exa. sabe que, por exemplo, entre a Graciosa e a Terceira uma empresa que se chama de Transportes Graciosenses faz o transporte de passageiros?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sabe!

Deputado Francisco César (PS): Leva uma ou duas pessoas!

Se calhar o Sr. Deputado Jorge Macedo não sabe isso. Se calhar não sabe isso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sabe!

O Orador: E sabe por que é que a empresa de Transportes Graciosenses é utilizada para transportar passageiros? Ou melhor, por que é que tem procura?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem procura?!

O Orador: E quem diz essa diz outras. Há muita, muita gente...

Oh, Sr. Deputado João Bruto da Costa, mantenha-se sossegadinho.

(Risos do Deputado João Bruto da Costa)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Desculpe! Mas, quando o senhor diz uma asneira dessas, eu tenho que reagir! São contentorizados, é?

(Diálogo entre alguns Deputados da Câmara)

O Orador: Oh, Sra. Presidente, eu preciso de condições para continuar.

Presidente: Sr. Deputado, as condições estão reunidas.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Isto quer dizer o seguinte.

Circulam muitos açorianos por mar, ainda que à margem daquilo que é a rede de transportes já instalada.

Portanto, Sr. Deputado Jorge Macedo, a sua argumentação relativamente ao conforto do transporte aéreo, há quem prefira o transporte marítimo e o transporte marítimo continua a ter procura. Portanto, a sua argumentação é uma falácia.

Aliás, V. Exa. desconhece por completo a realidade regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Como o senhor agora provou que não conhece muito bem!

O Orador: Há muito tempo que V. Exa. se remete ao seu gabinete da delegação de São Miguel e não circula pela Região e como tal não a conhece bem, nem conhece os anseios das açorianas e dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pior do que isso é circular pela Região e não saber o que é que se está a passar!

O Orador: Só isso é que justifica a intervenção de V. Exa. relativamente a esta matéria.

Portanto, Sr. Deputado, depois há aqui uma outra questão que tem a ver com a procura ou com a não procura, com o conforto ou com o desconforto do transporte marítimo.

Oh, Sr. Deputado, enquanto não for implementada esta solução é evidente que só com os números que nós temos quer do transporte aéreo, quer do transporte de passageiros, é evidente que se olharmos só para eles se calhar a operação não é sustentável, mas a verdade é que ela existindo vai ter procura.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É uma questão de fé!

O Orador: Não é uma questão de fé, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é fé, é fezada!

O Orador: Depois há aqui uma outra coisa.

Oh, Sr. Deputado, esqueci-me de quem é que paga isto.

O Sr. Deputado diga-me uma coisa: quem é que paga os *charters* para Ponta Delgada?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os passageiros!

O Orador: Quem é que paga os *charters* para Ponta Delgada?

Não percebi!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Eles vêm de borla, é?

O Orador: Não percebi!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isto não tem ponta por onde se lhe pegue!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tu é que não lhe arranjaste a ponta!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP percebe a preocupação com as acessibilidades à ilha de Santa Maria que motivou a apresentação desta iniciativa que recomenda ao Governo a aquisição de um navio para uma ligação regular entre São Miguel e Santa Maria.

De facto, os marienses estão descontentes com o serviço prestado pela Atlanticoline e é compreensível que assim seja, senão vejamos.

Os toques a Santa Maria em 2012 foram 60; em 2013 só houve 53 toques; em 2014, 40 toques e para 2015 estavam previstos menos 4, ou seja, apenas 36 toques, mas infelizmente e mais um azar o barco embatei num cetáceo e, portanto, está neste momento recolhido nos estaleiros gregos. Portanto, nem 36 toques vão ter.

Deputado Francisco César (PS): Querem dizer que a culpa também é nossa?

A Oradora: Também lembro que entre 25 de maio e 12 de junho Santa Maria ficou sem escalas, incluindo o SATA Rally e o feriado 10 de junho, que neste último caso poderia ter potenciado a ida de micalenses a Santa Maria que com dois dias de férias teriam passado cinco dias em Santa Maria que muito teria ajudado a economia local.

Em relação à proposta em si, pergunto se não seria mais interessante (e já tive oportunidade de o dizer) considerar o aluguer de um barco para funcionar com uma regularidade não anual, ...

Deputado Francisco César (PS): Bianual!

A Oradora: ... mas pelo menos duas vezes por semana...

O Sr. Deputado insiste em manter a regularidade anual.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sim senhora! E a senhora insiste em não ouvir!

A Oradora: Está certo, se quiser pode manter, mas com a maior das boas vontades pergunto-lhe: considerando o carácter marcadamente sazonal do

transporte de passageiros entre São Miguel e Santa Maria, se não seria preferível o aluguer de um barco exclusivamente para realizar ligações frequentes entre São Miguel e Santa Maria?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Se tivesse ouvido o que eu disse na tribuna não tinha feito essa pergunta!

A Oradora: Mais! Uma outra questão que se coloca aqui e atendendo que a partir de 10 de outubro vamos ter as novas Obrigações de Serviço Público inter-ilhas, o preço da ligação São Miguel/Santa Maria será ainda mais baixo e atendendo a que a ligação por barco nunca se consegue fazer com tempo inferior a três horas, se a escolha preferencial por parte dos passageiros não seria a da ligação aérea em que com um voo de 15 minutos pagariam pouco mais?

São tudo questões que têm de estar em cima da mesa e que deveriam ser consideradas, porque efetivamente o Sr. Secretário diz que em relação às mercadorias o problema será solucionado com a aquisição dos dois novos barcos que já nos garantiu também que não fará cabotagem insular, que será apenas para carga rodada, mas a questão que lhe coloco é quando é que o Sr. Secretário prevê que vai poder efetivamente adquirir esses dois barcos, porque até ao momento o único quadro comunitário de apoio que foi aprovado foi o PRORURAL. Penso que não será através do PRORURAL que fará a aquisição e segundo é sabido os outros quadros comunitários foram devolvidos por falta de uma análise *ex ante*.

Portanto, gostaria de saber quando é que espera efetivamente adquirir esses dois barcos que irão servir e solucionar as ligações entre São Miguel e Santa Maria e já agora em relação ao resto de todos os Açores, porque a política de transportes não está a funcionar e não é só entre São Miguel e Santa Maria.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Parece tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Parece (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:
A minha intervenção vai ser curta e de alguma forma dar também aqui algum contributo ao debate naquilo a que a Santa Maria diz respeito.
A proposta do PCP, a apresentação deste Projeto de Resolução, visa essencialmente criar aqui um complemento à oferta existente no que aos transportes marítimos diz respeito.

Assenta basicamente em dois pressupostos: por um lado, o transporte de passageiros; e por outro lado, também o transporte de carga.

Relativamente ao transporte de passageiros, e como já foi aqui dito de alguma forma (também aqui pelo Deputado Jorge Macedo e também pelo Deputado Duarte Moreira), o grosso do transporte de passageiros efetua-se essencialmente nos meses de julho e agosto.

Aliás, se formos ver na estatística, e estou falando relativamente ao transporte da Atlanticoline, junho e setembro é praticamente residual.

Portanto, a proposta que aqui traz e não trazendo e especificando de que forma é que essa oferta se poderia fazer, não vemos também qual será a mais-valia dessa proposta.

Relativamente à carga há aqui uma realidade.

Santa Maria também como já foi dito é servida quinzenalmente e semanalmente por um barco de tráfego local que efetuava duas, três viagens.

Neste momento, a realidade é que relativamente a esse barco da empresa de transportes marítimos Parece Machado está a realizar uma única viagem e muitas vezes com alguma dificuldade por falta de carga e

mesmo a rotação em termos de contentores teve uma redução nos últimos tempos de 40 a 50 %.

Portanto, esta é a realidade com que se depara Santa Maria também neste momento ao nível dos transportes marítimos.

É evidente que poderemos aspirar e será lógico que haja uma melhoria, aliás, como avançou também, por exemplo, o Sr. Presidente da Câmara na sua audição em Comissão, se calhar o ideal seria um toque semanal do navio, mas também a verdade seja dita é que pontualmente em algumas situações são feitos ajustamentos na rotação do navio de modo a responder a situações pontuais que acontecem.

Lembro aqui, por exemplo, na altura das Marés de Agosto, na altura do Rally, em alturas de maior movimentação e que haja essa necessidade, tem havido por parte dos operadores essa preocupação.

Para finalizar, e reforçando também aquilo que já foi dito também aqui, o Projeto do PCP é de facto (e reiteramos) vago, não consegue demonstrar o real benefício da introdução de mais um barco a efetuar o trajeto em exclusivo entre São Miguel e Santa Maria, nem explica também, não consegue explicar, a forma de se articular com aquilo que é a realidade atual. Não consegue de igual forma explicar quais os reais benefícios para a economia das duas ilhas, nem consegue demonstrar ainda na nossa ótica o real impacto que tal medida poderá acarretar junto dos agentes económicos.

Julgo que o Sr. Deputado Aníbal Pires (embora reconheço, até porque já nos temos encontrado muitas vezes em Santa Maria) desconhece a verdadeira realidade mariense e desconhece também talvez, em determinadas situações, as reais necessidades marienses.

Muito obrigado.

Deputados Jorge Macedo e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Graça Silveira, por uma questão e neste caso é mesmo só de amabilidade, vou-lhe ler o que disse ali da tribuna a propósito da aquisição e não o aluguer.

Eu disse de além, daquela tribuna, o seguinte: “A opção pela aquisição e não pelo aluguer de um navio surge como óbvia dada a natureza regular e permanente da ligação que propomos. O aluguer de navios é, a prazo, mais oneroso e está sujeito a contingências de várias ordens.”

Não ouviu ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ouvi sim!

O Orador: ... porque estava na altura em animados apartes quando eu estava na tribuna.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não estava, não!

O Orador: Mas tudo bem, está no seu direito.

Não ouviu, mas eu fiz-lhe o favor de ler aquilo que disse de além.

Relativamente à questão da sustentabilidade e da importância da ligação, quer há pouco do Deputado Duarte Moreira, quer o Deputado Jorge Macedo, agora o Deputado Paulo Parece, vieram colocar aqui uma questão que não deixa de ser uma questão pertinente.

Digamos que o fluxo de passageiros (e vamos pôr agora a questão da carga de fora, de lado, pelo menos por alguns momentos) incide essencialmente entre julho e agosto. Sim senhor, é verdade!

Mas também é o PS e o PSD que têm uma grande expectativa relativamente às alterações que foram introduzidas em termos do transporte aéreo, designadamente com a liberalização de duas rotas para os Açores, sendo uma delas São Miguel. Também é expectável, designadamente pelos vossos partidos (e eu também o espero) que a atividade económica aumente, portanto, que haja mais fluxos de passageiros e que haja aqui algum dinamismo económico a propósito (e esperemos bem que seja bem aproveitado) deste novo modelo de transportes.

Como é sabido o PCP opôs-se sempre à liberalização das rotas, mas ela está aí e há essa expectativa e os grandes defensores (não se sabe muito bem quem é que é o pai, quem é que é a mãe, se o pai está aqui e ali é a mãe) disputam, digamos, a paternidade desse modelo e agora afinal de contas vêm justificar (e parece-me que um dos objetivos é quebrar a sazonalidade) com a sazonalidade para reprovar esta proposta.

Portanto, eu não percebo muito bem em que é que Vs. Exas. acreditam, porque quem desenhou o modelo foram Vs. Exas. - foram Vs. Exas.! – e pelos vistos não têm nenhuma expectativa relativamente à dinamização económica das nossas ilhas, designadamente aquelas que estamos a falar, remetendo-se apenas para números de agora e esquecendo-se das projeções que podem ser feitas sobre isto.

Aliás, quero reconhecer aqui que este foi exatamente um dos argumentos que o Deputado Paulo Estêvão utilizou há pouco na sua intervenção sobre esta matéria. Foi exatamente esse!

Sr. Deputado, é que é a visão de futuro! Não é?

Estes senhores estão amarrados ao passado e foram eles que criaram o modelo. Veja-se! O que fariam se não fossem!

Há aqui ainda uma outra questão que tem a ver com o seguinte: percebo que tenham que ser os deputados eleitos por Santa Maria a vir a terreiro defender as posições dos seus partidos e certamente quer o Deputado Duarte Moreira, quer o Deputado Paulo Parece, conhecem a realidade mariense muito melhor do que eu. Está fora de questão!

Mas há em Santa Maria muita gente que ...

Deputado Paulo Parece (PSD): A minha vizinha!

O Orador: ... apoia esta proposta.

Deputado António Parreira (PS): Quantos são?

O Orador: Mais! São muitos, Sr. Deputado!

Em São Miguel há muitos micalenses que desejam esta ligação regular há muitos anos e, portanto, isto não surge como eu disse há pouco da minha teimosia. Há uma coisa que abona a favor desta proposta e a favor daquilo que estou a dizer que é: isto surge porque há uma necessidade que é sentida entre alguns setores de São Miguel e de Santa Maria. Há de facto um dado aqui que abona a favor desta proposta: há de facto marienses que se pronunciaram, representantes dos marienses, a favor dela, que foi o Conselho de Ilha de Santa Maria.

Meus caros Srs. Deputados Duarte Moreira e Paulo Parece pelos vistos os representantes dos marienses ...

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Pois não sei, Sr. Deputado. Isso é outra discussão.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Parece, Sr. Deputado Duarte Moreira, certamente não quero de maneira nenhuma, ... conhecem muito melhor a realidade mariense, as necessidades da ilha onde residem e por onde foram eleitos, mas Srs. Deputados, lá em Santa Maria há um Conselho de

Ilha que tem representantes de vários setores da sociedade mariense e que diz (a nossa proposta do PCP) que “tem o nosso parecer favorável”.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores entende que o transporte marítimo de passageiros e viaturas é fundamental, mas é fundamental na perspetiva de integração global naquilo que é a oferta de transportes na Região e deve ser encarado também integrando os vários subsistemas existentes, nomeadamente naquilo que se refere ao tráfego local.

Ao contrário do que o Sr. Deputado Paulo Parece disse há pouco esta proposta não é complementar. Ela assume-se como concorrencial daquilo que já existe e que é desenvolvido por entidades privadas, nomeadamente a empresa Parece, que faz o transporte de carga entre São Miguel e Santa Maria.

O entendimento do Governo é que o transporte marítimo na Região deve ser feito não com medidas como esta, avulsas, mas deve ser feito numa perspetiva global e não está em causa a ligação entre São Miguel e Santa Maria.

Aliás, na lógica da aquisição dos dois novos navios para o desenvolvimento do tráfego marítimo entre todas as ilhas, Santa Maria faz parte do sistema, está integrada no sistema e naturalmente que será servida com regularidade, tanto ao nível de passageiros, como de carga rodada, apresentando-se assim como um complemento à oferta existente.

Já foi aqui referido por diversas vezes as estatísticas atuais e a oferta atual que existe em termos de transportes marítimos para Santa Maria.

Só gostaria de referir que em termos de passageiros nós estamos a falar de uma concentração nos meses de julho e agosto de 80 % no tráfego de passageiros o que dá bem mostra do carácter sazonal.

É evidente, Sr. Deputado, que o objetivo de todos nós é atenuarmos os efeitos da sazonalidade e aquilo que esperamos é que possa vir a haver no futuro um incremento de procura que possa dinamizar.

A nossa principal divergência provavelmente está em partir para a aquisição de uma embarcação dedicada a este tipo de transporte.

Como disse e muito bem o Sr. Deputado Jorge Macedo ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Deputado Jorge Macedo nunca diz muito bem!

O Orador: ... numa perspetiva de garantir conforto numa viagem com as características da existente entre São Miguel e Santa Maria nós estamos a falar de uma embarcação que tem de ter uma determinada dimensão, caso contrário a oferta não é apelativa para captar passageiros para essa ligação e também não é preciso fazer grandes cálculos para perceber que se nós necessitamos de dois navios para fazer a ligação entre todas as ilhas, se estivermos a incrementar mais um o custo dessa ligação ainda vai aumentar mais, portanto, estaríamos aqui a duplicar recursos perante aquilo que é o objetivo de dinamização do transporte marítimo inter-ilhas com dois objetivos claros: por um lado, aumentar a mobilidade dos açorianos; por outro lado, garantir o desenvolvimento do mercado interno.

Mas eu diria mais! Esta proposta do PCP é uma proposta de esforço mínimo, porque limitou-se a uma cópia daquilo que apresentou em 2013, nem a atualização estatística do tráfego de passageiros foi efetuada. É uma proposta avulsa que em nada irá contribuir, por um lado, para a melhoria do transporte marítimo inter-ilhas, para a dinamização do

mercado interno que se pretende e, por outro lado, em nada contribui também para a boa gestão dos recursos públicos.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS) e **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues)**: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Aníbal Pires gosta de repetir aquele velho mito de que os Governos do PSD acabaram com o transporte marítimo de passageiros, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E é mentira?

O Orador: ... mas recordo-me bem, porque com familiares aqui no Faial e no Pico as férias de família eram passadas aqui e desde os seis meses (dessa altura não me recordo), mas até aos 14 anos fazia sempre o seguinte trajeto: Ponta Delgada/Terceira eram oito horas; Terceira/Graciosa eram quatro horas; Graciosa/São Jorge, Velas, eram três horas; Velas/São Roque era uma hora e São Roque/Horta era mais uma hora.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas era uma festa, Sr. Deputado! Lembro-me perfeitamente dessas viagens!

O Orador: A partir dos 14 anos surgiram algumas melhorias no transporte aéreo e nessa altura, sem capacidade financeira obviamente, a família decidiu que nós não precisávamos de chegar baldeados em 24 horas ao Faial e passámos a viajar de avião por uma questão de comodidade.

Portanto, aquilo a que se refere que o transporte marítimo foi acabado pelo Governo *a*, *b* ou *c*, o transporte marítimo de passageiros terminou na altura porque não respondia aos níveis de conforto e às expectativas do consumidor.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): E o que é que os senhores fizeram?

O Orador: Oh, Sr. Deputado Ricardo, já ia acrescentar o resto. O senhor é que não me deixou. O senhor não me deixou acrescentar o resto.

Depois em 1998 (está a ver Sr. Deputado Ricardo Ramalho, não me deixou concluir o raciocínio) surgiu uma boa ideia dos governos socialistas. Está a ver como interrompeu antes do tempo?

Já escrevi isso muitas vezes, já repeti aqui, nesta Assembleia, muitas vezes, ...

Deputado André Bradford (PS): Mas é para depois dizer que foi mal!

O Orador: ... e provavelmente o Sr. Deputado já teve oportunidade de ouvir.

Teve uma boa ideia: criou o transporte marítimo de passageiros e viaturas.

Agora vem a parte má da questão que não sei se vai gostar de ouvir: é que esse transporte e essa boa ideia foram muito mal tratados ao longo desses anos todos, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: ... como nós todos sabemos, como os açorianos já testemunharam e prova provada é que passados quase 20 anos nós continuamos com um transporte marítimo muito pouco credível.

Aliás, os recentes acontecimentos são prova disso.

Deputado André Bradford (PS): Está a falar da baleia!

O Orador: Feito esse retrato e concentrando-me na proposta do Sr. Deputado Aníbal Pires e da Representação Parlamentar do PCP, Sr.

Deputado eu fiz umas contas muito rápidas, até porque a atratividade do eventual transporte marítimo regular de passageiros e viaturas entre São Miguel e Santa Maria também teria que ser feito por via do preço, (fiz umas contas muito por alto) e mesmo que fossem duplicados os números de passageiros que atualmente demandam aquela ligação São Miguel/Santa Maria, as receitas dessa eventual operação rondariam cerca de um milhão de euros. Isso não dá para o combustível.

Fiz outra conta que é: mesmo que duplicasse o número de passageiros, uma ligação diária entre São Miguel e Santa Maria representaria 55 passageiros por dia. Mas vamos imaginar que não era uma ligação diária, era uma ligação dia sim, dia não. Representaria 110 passageiros por dia.

Sr. Deputado, com estes números, mesmo que duplicando os atuais números, sendo também verdade que o transporte marítimo de passageiros ia concorrer com o transporte aéreo, ou seja, os passageiros que iam andar e viajar por via marítima deixariam de viajar por via aérea, a não ser que o crescimento fosse um crescimento exponencial nos próximos dois, três anos, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está com algum problema auditivo?

O Orador: ... situação essa que não é previsível.

Sr. Deputado, nesta Casa nós devemos discutir propostas que tenham o mínimo de substrato. Eu também provavelmente gostaria que há minha porta passasse sempre um transporte coletivo e naturalmente que ele até parasse à minha porta, mas nós temos que ter a razoabilidade de entender que quem paga esses desvarios, ou eventuais desvarios, são sempre os mesmos.

Para o PCP isso pode não fazer diferença nenhuma, mas para nós faz muita diferença. É porque todos os desvarios que foram cometidos nesta Região com o transporte marítimo de passageiros desde 1998 são pagos

sempre pelos mesmos: são os açorianos, os contribuintes açorianos que pagam as asneiras e as opções erradas que os governos tomam.

Por isso mesmo, Sr. Deputado, aconselhava, se é que me é permitida essa sugestão, que as propostas que o PCP trouxesse sobre esta matéria no próximo ano, ou daqui a dois anos, ou daqui a três anos, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Daqui a alguns meses! Para setembro!

O Orador: ... fossem mais consubstanciadas de modo a que nós pudéssemos fazer outras contas, porque mesmo as contas no limite como referi há pouco, duplicando o número de passageiros que atualmente demanda aquela rota e dividindo o número de passageiros duplicado pelo número de dias do ano, isso dá num caso 1 milhão de euros de receita que não dá para o combustível e no outro caso, 55 passageiros por dia, que naturalmente a SATA e o Q-400 transportam com a maior das facilidades.

Portanto, Sr. Deputado, relativamente a esta matéria e a esta proposta, o PSD julga que não terá necessidade de voltar ao debate e, como referi na primeira intervenção, irá abster-se.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra, mas dispõe apenas de um minuto e meio.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito rapidamente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Sr. Secretário Regional, apenas o seguinte: não há nem nos considerandos, nem na parte resolutiva desta iniciativa do PCP nada que diga que esta ligação seria para ficar no domínio público e que seria concorrencial com o serviço que nos parece que tem vindo a fazer entre São Miguel e Santa Maria e que historicamente tem assegurado essa ligação, designadamente no transporte de mercadorias.

Não é para ser concorrencial, não há nada, Sr. Secretário, que diga isso, antes pelo contrário e podia muito bem ser concessionado até preferencialmente aos Parece sem nenhum problema.

Depois, oh, Sr. Secretário, também não é avulsa. Como eu disse há pouco dali da tribuna (vou-me escusar de ler), isto era para ser integrado no Plano Integrado de Transportes, Sr. Secretário. Não é avulsa!

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, o Sr. Secretário já esclareceu tudo!

O Orador: Depois há aqui uma questão, Sr. Secretário.

A questão é a seguinte: se era para integrar no Plano Integrado de Transportes é aceitável e ela só podia ser desenhada desta maneira, não podia ser desenhada de outra, sob pena de então sim se criar uma barreira à entrada desta proposta. Se a proposta tivesse aqui alguns indicadores relativamente à dimensão do navio, enfim, um conjunto de indicadores que tanto aqui têm sido falados, ... Portanto, não é isso que se pretende. Só para esclarecer essa questão.

Oh, Sr. Deputado Jorge Macedo, ...

Presidente: Sr. Deputado, já não tem mais tempo.

O Orador: Vou já acabar.

... concluindo: foi o PSD que em 1984 acabou (foi isso que o senhor reconheceu) com o transporte marítimo de passageiros na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso diz o senhor!

O Orador: Sr. Deputado, quem está a pagar ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): É o povo!

O Orador: ... os desvarios do PSD é o povo português, são os trabalhadores e o povo português. Vs. Exas. levaram este país à ruína e empobreceram o país. Vs. Exas.!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não fomos nós! Foram eles! O senhor olhe para ali!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vem à luta agora, quando eu já não tenho tempo!

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há pouco o Sr. Deputado Aníbal Pires fez uma referência que acho que é importante esclarecer para que não fiquem dúvidas.

O Sr. Deputado disse que os TMGs têm procura por passageiros para serem transportados.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor não sabia!

O Orador: Podem até ter procura, não podem é ter oferta, a não ser que levem os passageiros “paletizados” para algum lado, porque os TMGs não têm oferta de transporte marítimo de passageiros.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor não vive na Graciosa? Sabe muito bem do que é que eu estou a falar!

O Orador: Portanto, se o fazem, não sei se o fazem podendo fazê-lo.

Infelizmente, Sr. Deputado, é verdade que devido àquilo que tem sido a evolução da economia graciosense os TMGs até reduziram as viagens que fazem para a ilha, porque infelizmente a economia não dá resposta àquilo que eram duas viagens que os TMGs tinham. Infelizmente, também vamos ficar de fora da linha lilás que vai ser implementada este verão e mais uma vez ficamos de fora dessa rota, sendo a única ilha do Grupo

Central que não vai ser servida pelos navios que servem atualmente o triângulo e que vão passar também a servir a ilha Terceira.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas isso eu não tenho culpa! Eu também tenho exigido isso!

O Orador: Essa é de facto uma realidade preocupante e que temos pena, mas é bom esclarecer que apesar de poder haver procura por parte de passageiros da ilha Graciosa ou de pessoas que querem ir para a ilha Graciosa por transportes marítimos, não há infelizmente oferta e isso é bom que fique esclarecido.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Por acaso não é assim!

Deputado Luís Garcia (PSD): É só por acaso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Penso não haver mais inscrições.

Sendo assim vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 18 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto tem ...

Não?

Para uma interpelação, tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para solicitar, Sra. Presidente, um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental e considerando o nosso horário vamos então interromper os nossos trabalhos.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 18 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Documentos entrados

1 – Proposta de Lei:

Assunto: Regula a atividade de marítimos a bordo de navios que arvoram bandeira portuguesa, bem como as responsabilidades do Estado português

enquanto Estado de bandeira ou do porto, tendo em vista o cumprimento de disposições obrigatórias da Convenção do Trabalho Marítimo, 2006, da Organização Internacional do Trabalho, e transpõe as Diretivas n.º 1999/63/CE, do Conselho, de 21 de junho de 1999, n.º 2009/13/CE, do Conselho, de 16 de fevereiro de 2009, n.º 2012/35/UE, do Parlamento e do Conselho, de 21 de novembro de 2012, e n.º 2013/54/UE, do Parlamento e do Conselho, de 20 de novembro de 2013 – n.º 328/XII – n.º 157/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 05 – 19

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 05 – 22;

Assunto: Procede à segunda alteração à Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, que aprova a lei-quadro das contraordenações ambientais – n.º 332/XII – n.º 158/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 05 – 27

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 06 – 16;

Assunto: Procede à sexta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, e à segunda alteração à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que modifica os procedimentos de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública – n.º 333/XII – n.º 159/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 05 – 27

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2015 – 06– 16;

Assunto: Procede à segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro – n.º 337/XII – n.º 160/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 06 – 02

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2015 – 06– 22;

Assunto: Aprova o regime jurídico da transmissão e execução de sentenças em matéria penal que imponham penas de prisão ou outras medidas privativas da liberdade, para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia, bem como o regime jurídico da transmissão execução de sentenças e de decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas, transpondo as Decisões-Quadro n.ºs 2008/909/JAI, do Conselho, e 2008/947/JAI, do Conselho, ambas de 27 de novembro de 2008 - n.º 337/XII - n.º 161/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 06 – 02

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 06– 22;

Assunto: Altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, e procede à primeira alteração à Lei-Quadro

das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho – n.º 165/X-
n.º 342/XII/4

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 06 – 05

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2015 – 06 – 25.

2 – Projeto de Lei:

Assunto: Amplia as Fontes de Financiamento da Segurança Social - n.º
966/XII – n.º 162/2015

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 06 – 02

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 06 – 22;

Assunto: Aprova o regime de regularização de cidadãos estrangeiros
indocumentados - n.º 974/XII – n.º 163/2015

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 06 – 04

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 06 – 24;

Assunto: Aprova o Regime Geral do Processo Tutelar Cível - n.º 338/XII
– n.º 164/2015

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 06 – 04

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 06 – 24.

3 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Aprova o regime jurídico das caixas económicas - MF - (Reg. DL269/2015).– n.º 178 /X-OGP

Proveniência: Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2015 – 05 – 20

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 06 – 01;

Assunto: Transpõe a Diretiva de Execução n.º 2014/111/UE, da Comissão, de 17 de dezembro de 2014, que altera a Diretiva n.º 2009/15/CE, na sequência da adoção pela Organização Marítima Internacional de determinados códigos e de emendas conexas a determinadas convenções e protocolos - MAM - (Reg. DL 268/2015) – n.º 179 /X-OGP

Proveniência: Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2015 – 05 – 22

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2015 – 06 – 03;

Assunto: Transpõe a Diretiva de Execução n.º 2014/111/UE, da Comissão, de 17 de dezembro de 2014, que altera a Diretiva n.º 2009/15/CE, na sequência da adoção pela Organização Marítima Internacional de determinados códigos e de emendas conexas a

determinadas convenções e protocolos - MAM - (Reg. DL 268/2015)– n.º 180 /X-OGP

Proveniência: Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2015 – 05 – 22

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 06 – 15;

Assunto: Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 108/2010, de 13 de outubro, que estabelece o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020, que transpõe a Diretiva n.º 2008/56/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho - MAM - (Reg. DL 274/2015). – n.º 181 /X-OGP

Proveniência: Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2015 – 05 – 22

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 06 – 15;

Assunto: Assegura a execução e garante o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 2160/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro de 2003, relativo ao controlo de salmonelas e outros agentes zoonóticos específicos - MAM - (Reg. DL 279/2015). – n.º 182/X

Proveniência: Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2015 – 05 – 27

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 06 – 15;

Assunto: Institui no território nacional o Sistema de Seguros Agrícolas - MAM - (Reg. DL 269/2015). – n.º 183/2015

Proveniência: Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2015 – 05 – 27

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 06 – 16;

Assunto: Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2006, de 4 de janeiro, eliminando a aplicação do regime previsto para os navios de registo convencional aos navios de bandeira portuguesa que façam transporte de passageiros e mercadorias na cabotagem insular - ME - (Reg. DL/305/2015). – n.º 184/2015

Proveniência: Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2015 – 05 – 29

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 06 – 22;

Assunto: Procede à terceira alteração ao Decreto Lei n.º 158/2006, de 8 de agosto, que aprova os regimes de determinação do rendimento anual bruto corrigido e a atribuição do subsídio de renda – n.º 186/2015

Proveniência: Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2015 – 06 – 04

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2015 – 06 – 17.

4 – Projeto de Decreto Regulamentar:

Diário da ALRAA Número 104

16 de junho de 2015

Assunto: Procede à sétima alteração ao Decreto Regulamentar n.º 43/87, de 17 de julho, que define as medidas nacionais de conservação dos recursos biológicos aplicáveis ao exercício da pesca em águas sob soberania e jurisdição portuguesas, e à primeira alteração ao Decreto Regulamentar n.º 14/200, de 21 de setembro, que define os requisitos e condições relativos à instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas marinhas e conexos, bem como as condições de transmissão e cessação das autorizações e das licenças - MAM - (Reg. DR 253/2015). – n.º 185

Proveniência: Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2015 – 05 – 29

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 06 – 11.

5 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Programa de Incentivo ao consumo de peixe dos Açores nas cantinas do Sistema Educativo Regional – n.º 51/X](#)

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2015 – 06 – 01

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2015 – 07 – 02.

6 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Curso para obtenção de carta de navegador de recreio - n.º 124/X](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2015 – 06 – 05

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 07 – 13;

Assunto: [Proposta de substituição integral do Projeto de Resolução n.º 116/X - Pedagogia da Autonomia na Comunicação Social](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2015 – 06 – 08

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: [Proposta de substituição integral do Projeto de Resolução n.º 115/X - Criação do Museu do Parlamento](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2015 – 06 – 08

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

7 – Anteproposta de Lei:

Assunto: [Programa especial de apoio social para a ilha Terceira - n.º 16/X](#)

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2015 – 06 – 08

Pedido de urgência.

8 – Petição:

Assunto: Contra as portagens, taxas e tarifas da Zona das Caldeiras da Lagoa das Furnas – n.º 38/X

Proveniência: Teresa Elizabete Medeiros

Data de Entrada: 2015 – 05– 29

Comissão: Economia

Aguarda Admissibilidade.

9 – Requerimentos:

Assunto: [Operacionalidade dos navios da Transmaçor no porto de São Roque do Pico](#)

Autor: Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 05 – 22

Referência: 54.03.06 – N.º 411 /X;

Assunto: [Agenda Digital e Tecnológica dos Açores](#)

Autores: António Ventura, Luís Rendeiro e Judite Parreira (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 05 – 27

Referência: 54.03.00 – N.º 412 /X;

Assunto: [Rua Dr. Vasco Rodrigues](#)

Autores: João Bruto da Costa e Valdemiro Vasconcelos (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 05 – 28

Referência: 54.03.04 – N.º 413 /X;

Assunto: [Terrenos nas Furnas expropriados](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2015 – 06 – 02

Referência: 54.06.02 – N.º 414 /X;

Assunto: [Cancelamentos na Operação de navios de cruzeiro no novo cais do porto da Horta](#)

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 06 – 03

Referência: 54.03.07 – N.º 415 /X;

Assunto: [Atraso no pagamento de retroativos a professores contratados \(2\)](#)

Autor: Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 06 – 08

Referência: 54.03.00 – N.º 416 /X;

Assunto: [Financiamento dos Polivalentes de Pedro Miguel e da Feteira na Ilha do Faial - Questões por responder e esclarecer](#)

Autor: Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 06 – 09

Referência: 54.03.00 – N.º 417 /X;

Assunto: [Atraso no pagamento a instituições de Ensino Particular, Cooperativo e Solidário](#)

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 06 – 11

Referência: 54.03.07 – N.º 418 /X.

10 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Igualdade de acesso do\(a\)s açoriano\(a\)s aos serviços de telecomunicações](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 05 – 22

Referência: 54.06.00 – N.º 387/X;

Assunto: [Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo - Relatório da Auditoria do Tribunal de Contas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 05 – 22

Referência: 54.03.03 – N.º 406/X;

Assunto: [Hotel do Governo na Graciosa em dificuldades](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 05 – 27

Referência: 54.03.04 – N.º 389/X;

Assunto: [Remoção de Amianto nas Escolas de Arrifes, Canto da Maia e Capelas, na ilha de São Miguel](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 05 – 29

Referência: 54.06.02 – N.º 345/X;

Assunto: [Atraso no pagamento de retroativos a professores contratados](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 05 – 29

Referência: 54.03.02 – N.º 348/X;

Assunto: [Atraso na conclusão das obras do Parque de Exposições na](#)

[ilha Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 06 – 01

Referência: 54.06.03 – N.º 374/X;

Assunto: [Apoyo aos Institutos Culturais dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 06 – 02

Referência: 54.03.00 – N.º 355/X;

Assunto: [Falhas de segurança no transporte de crianças](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 06 – 05

Referência: 54.07.03 – N.º 395/X;

Assunto: [Transporte de mercadorias para a ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 06 – 08

Referência: 54.07.03 – N.º 357/X;

Assunto: [Direitos individuais ao prémio à vaca aleitante](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 06 – 08

Referência: 54.07.03 – N.º 398/X;

Assunto: [Transporte escolar](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 06 – 08

Referência: 54.06.08 – N.º 410/X.

11 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a agradecer o Voto de Congratulação - Núcleo Regional da Liga dos Amigos Contra o Cancro

Proveniência: Liga Portuguesa Contra o Cancro, Francisco Cavaleiro de Ferreira

Data de Entrada: 2015 – 05 – 21;

Assunto: Ofício a comunicar a suspensão do mandato de deputada e a informar que o lugar será preenchido pela Deputada Zuraida Soares, com efeitos a partir do dia 1 de junho de 2015

Proveniência: Lúcia Arruda (BE)

Data de Entrada: 2015 – 05 – 27;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação em Diário da República o Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015 – “Cria o complemento especial para o doente oncológico – CEDO

Proveniência: Gabinete do Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2015 – 05 – 29;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação em Diário da República o Decreto Legislativo Regional n.º 13/2015 – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2015/A, de 17 de janeiro que aprova o Plano Anual regional para 2015”

Proveniência: Gabinete do Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2015 – 05 – 29;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação em Diário da República o Decreto Legislativo Regional n.º 15/2015 – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 15/2006/A, de 6 de abril que estabelece o regime jurídico da Educação Especial e do apoio educativo”

Proveniência: Gabinete do Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2015 – 05 – 29;

Assunto: Interpelação ao Governo Regional dos Açores sobre "O modelo de desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores”

Proveniência: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2015 – 06 – 02;

Assunto: Interpelação ao Governo Regional sobre as conclusões do relatório do Gabinete de Prevenção e de Investigação de Acidentes Marítimos relativo ao acidente do navio Gilberto Mariano em São Roque do Pico e cancelamento da interpelação ao Governo Regional dos Açores sobre "O modelo de desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores"

Proveniência: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2015 – 06 – 03;

Assunto: Debate de Urgência sobre a Reforma da Autonomia

Proveniência: Artur Lima (CDS-PP)

Data de Entrada: 2015 – 06 – 09;

Assunto: Ofício enviado por correio eletrónico as verificações internas de contas de gerência aprovadas e abaixo indicadas:

- Relatório n.º 15/2015-VIC/SRATC (Ação n.º 109.143) – “Unidade de Saúde da Ilha do Corvo”;
- Relatório n.º 16/2015-VIC/SRATC (Ação n.º 14/429VIC3) – “Escola Secundária Domingos Rebelo”;
- Relatório n.º 17/2015-VIC/SRATC (Ação n.º 14/430VIC3) – “Escola Básica Integrada de Ponta Garça”

Proveniência: Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2014 – 12 – 09;

12 – Relatórios:

Assunto: [Proposta de Lei n.º 325/XII – Procede à 37.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, transpondo integralmente as Diretivas n.ºs 2008/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008, relativa à proteção do ambiente através do Direito Penal, e 2009/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, que altera a Diretiva n.º 2005/35/CE relativa à poluição por navios e à introdução de sanções em caso de infrações. A Proposta de Lei n.º 325/XII – Procede à 37.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, transpondo integralmente as Diretivas n.ºs 2008/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008, relativa à proteção do ambiente através do Direito Penal, e 2009/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, que altera a Diretiva n.º 2005/35/CE relativa à poluição por navios e à introdução de sanções em caso de infrações.– n.º 152-AR](#)

Proveniência: Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 06 – 03;

Assunto: [Proposta de Lei - que regula a atividade de marítimos a bordo de navios que arvoram bandeira portuguesa, bem como as responsabilidades do Estado Português enquanto Estado de bandeira ou do porto, tendo em vista o cumprimento de disposições obrigatórias da Convenção do Trabalho Marítimo, 2006, da Organização Internacional do Trabalho, e transpõe as Diretivas n.º 1999/63/CE, do Conselho, de 21 de junho de 1999, n.º 2009/13/CE, do Conselho, de 16 de fevereiro de 2009, n.º 2012/35/UE, do Parlamento e do Conselho, de 21 de novembro de 2012, e n.º 2013/54/UE, do Parlamento e do Conselho, de 20 de novembro de 2013 - n.º 328/XII - n.º 157-AR](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 06 – 08;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 115/X – “Criação do Museu do Parlamento”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 06 – 11;

Assunto: [Pedido de autorização para o Deputado Paulo Jorge Abraços Estêvão possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação de Processo Comum n.º 4/14.6FBSCF, que corre termos junto da Instância Local - Secção de Competência Genérica – J1, de Santa Cruz das Flores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 06 – 11;

Assunto: [Proposta de Lei 320/XII – regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, previstas no Código dos Contratos Públicos, e transpõe o artigo 29.º da Diretiva n.º 2014/23/EU, o artigo 22.º e o anexo IV da Diretiva n.º 2014/24/EU e o artigo 40.º e o anexo V da Diretiva n.º 2014/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014 – n.º 149-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 05 – 21;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 321/XII - Estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das entidades intermunicipais e o estatuto do respetivo pessoal dirigente – n.º 151-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 05 – 29;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 322/XII - Procede à primeira alteração à Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto, transpondo a Diretiva n.º 2014/40/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros no que respeita ao fabrico, apresentação e venda de produtos do tabaco e produtos afins e que revoga a Diretiva n.º 2001/37/CE e a Diretiva n.º 2014/109/UE, da Comissão, de 10 de outubro de 2014, que altera o anexo II da Diretiva 2014/40/UE do](#)

[Parlamento Europeu e do Conselho estabelecendo a biblioteca de advertências ilustradas a utilizar em produtos do tabaco – n.º 150- AR](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 06 – 01;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 889/XII que - Procede à segunda alteração à Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, alterada pela Lei n.º 33/2014, de 16 de junho, que aprova a Lei Antidopagem no Desporto, adotando na ordem jurídica interna as regras estabelecidas no Código Mundial Antidopagem – n.º 155- AR](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 06 – 01;

Assunto: [Petição n.º 34/X - Pela construção de um novo complexo escolar na Povoação](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 06 – 01;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 106/X - Criação de um roteiro cultural dedicado a Carlos George Nascimento](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 06 – 01;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 47/X – Estabelece o Regime Jurídico do Dador de Sangue no Serviço Regional de Saúde](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 06 – 02;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 898/X – Código Cooperativo – n.º 156/X-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 06 – 03;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que procede à criação da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens e define as respetivas missão, atribuições e tipo de organização interna e funcionamento - MSESS - \(Reg. DL 260/2015\) - n.º 179/X](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 06 – 03;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 53/X – “ primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro, que criou os hospitais atualmente integrantes do serviço regional de saúde dos Açores organizados como entidades públicas empresariais, e aprovou o regime jurídico aplicável aos membros bem como os respetivos estatutos”.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 06 – 12;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 117/X - denominado análise das lacunas, insuficiências e fragilidades das políticas públicas regionais açorianas de proteção das crianças](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 06 – 12;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 06 – 12;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei – Assegura a execução e garante o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento \(CE\) n.º 1107/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado e que revoga as Diretivas n.ºs 79/117/CEE e 91/414/CEE, do Conselho – MAM \(Reg. DL 215/2015\) – n.º 177/X - OGP](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 05 – 28;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei – Aprova o regime jurídico das caixas económicas – MF – \(Reg. DL269/2015\).](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 06 – 02;

Assunto: [Proposta de Lei – Aprova a Lei de Enquadramento Orçamental - n.º 329/XII n.º 153-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 06 – 04;

Assunto: [Aprova o regime jurídico da ourivesaria e das contrastarias - n.º 330/XII - n.º 154-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 06 – 04;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 121/X - Recomenda ao Governo Regional que desenvolva as iniciativas necessárias com vista à aquisição de um navio com capacidade de transporte de passageiros, veículos e carga, para estabelecimento de uma ligação marítima regular, anual, entre as ilhas de São Miguel e Santa Maria](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 06 – 12;

Assunto: [Audição do Gestor Público indigitado para a Presidência do Conselho de Administração da Portos dos Açores, S.A.](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 06 – 12;

Assunto: [Projeto de Decreto Regulamentar – Procede à sétima alteração ao Decreto Regulamentar n.º 43/87, de 17 de julho, que define as medidas nacionais de conservação dos recursos biológicos aplicáveis ao exercício da pesca em águas sob soberania e jurisdição portuguesas, e à primeira alteração ao Decreto Regulamentar n.º 14/200, de 21 de setembro, que define os requisitos e condições relativos à instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas marinhas e conexos, bem como as condições de transmissão e cessação das autorizações e das licenças - MAM - \(Reg. DR 253/2015\) – n.º 185-OGP](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 06 – 12.

13 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 100, 101, 102.

Diário da ALRAA Número 104
16 de junho de 2015

As redatoras, Ana Sofia Machado e Sónia Nunes

Diário da ALRAA Número 104

16 de junho de 2015